



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA DO TRABALHO – CEGeT
www.fct.unesp.br/ceget

Alimentar ou ser Alimentado?
A Expansão da Agroindústria Canavieira e a
Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP

VALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA VALÉRIO

VALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA VALÉRIO

***Alimentar ou ser Alimentado? A Expansão da
Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em
Flórida Paulista/SP***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento
de Geografia da Faculdade de
Ciências e Tecnologia da Unesp,
campus de Presidente Prudente,
para obtenção do título de
bacharel em Geografia, sob
orientação do professor Antonio
Thomaz Junior.

Presidente Prudente, 2011

TERMO DE APROVAÇÃO

VALMIR JOSÉ DE OLIVEIRA VALÉRIO

Alimentar ou ser Alimentado? A Expansão da Agroindústria Canavieira e a Soberania Alimentar em Flórida Paulista/SP

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Geografia, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Professor Dr. Antonio Thomaz Junior
Departamento de Geografia, UNESP

Professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Departamento de Geografia, UNESP

Professora Dra. Sônia Maria Ribeiro de Souza

Presidente Prudente, Novembro de 2011

DEDICATÓRIA

Para minha esposa, mulher e amiga, Daniela Ferrarezi Valério,

Pelo apoio, paciência e dedicação que me permitiram ser Pai,
Estudante e Pesquisador.

AGRADECIMENTOS

Como seres sociais nossa formação está intrinsecamente ligada às relações estabelecidas no decurso da vida, com as quais tornamo-nos o que somos e moldamos a forma como vemos e pensamos o mundo. Assim, manifesto minha gratidão:

À minha avó, Ana Madalena Cândido, agricultora camponesa que com sabedoria soube intervir sempre com precisão, guiando-me pelos caminhos tortuosos daqueles que cresceram filhos de mãe solteira numa década de recessão e miséria, na qual fui apresentado ao fenômeno da fome, em plena década de oitenta;

À minha mãe, Jovelina Alves de Oliveira, mulher forte e corajosa, que ousou, sozinha, criar três filhos sem jamais deixa-los à sorte das dificuldades, oferecendo-nos a base do que somos hoje;

À minha irmã, Vânia Patrícia, por ter me iniciado nas letras desde os mais tenros momentos, nos quais, de forma lúdica, conduziu-me ao gosto pela leitura;

À minha esposa, Daniela Ferrarezi Valério, sem a qual meus passos ficariam mancos, desprovidos do apoio que sempre encontrei nos momentos de dificuldade;

Ao meu orientador, Antonio Thomaz Junior, pelas lições que me fizeram despertar para o estudo das causas de um flagelo que conheci na infância, no qual a privação de alimentos expressa à perversidade de uma sociedade em que as coisas se sobrepõem aos homens;

Aos Professores do Departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente, pelos ensinamentos que me permitiram ver o mundo a partir da Geografia, no qual o homem protagoniza o movimento que faz do espaço liberdade ou cárcere, fartura ou fome, vida ou morte, de acordo com a disposição dos atores e fatores que consubstanciam as diversas porções do espaço;

Aos membros do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho), pelos momentos de reflexão que me permitiram avançar nas ações de pesquisa;

Aos Professores do CEFAM (Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) de Tupi Paulista/SP, pelo aprendizado que se consolidou como o divisor de águas na minha trajetória de vida.

EPÍGRAFE

*[...] a cana tá tomando conta do
mundo! E a fome vai entrar [...]*
(Amara Maria de Oliveira,
agricultora camponesa de
Flórida Paulista/SP)

Resumo:

Devido às características de uso e ocupação do território nas últimas duas décadas, marcadas pela substituição da heterogeneidade da paisagem camponesa pela monotonia dos mares verdes do agronegócio, o município de Flórida Paulista contempla elementos representativos para analisarmos algumas das resultantes entre a expansão da cana-de-açúcar e a produção de alimentos voltados ao abastecimento dos locais próximos. Com isso buscamos entender, com base no recorte eleito para estudo, o percurso do alimento no espaço, desde as pequenas propriedades camponesas que ainda resistem à imposição do formato único, até os diversos pontos de venda/aquisição de alimentos disponíveis na área urbana, além do CEASA de Presidente Prudente/SP, responsável pela distribuição da maior parte dos produtos alimentícios encontrados nas bancas do município. A expansão das áreas monocultoras encontra-se sintonizada aos imperativos da lógica do abastecimento alimentar referenciado no movimento do alimento no espaço, no qual áreas antes policultoras, produtoras de alimentos, são sobrepostas pela geometria monocultural dos canaviais, o que diminui as possibilidades de abastecimento local e reforça o discurso de que os alimentos devam ser garantidos a partir de sujeitos estranhos ao lugar. Alimentar ou ser alimentado, soberania ou segurança, poder de decisão que emana autonomia ou dependência, constituem o eixo central no debate aqui proposto, de modo a identificar, a partir do movimento que denuncia a lógica por detrás do alimento, atores e setores entre a terra e o alimento. Com o objetivo de compreender as implicações do *modus operandi* próprio ao agronegócio canavieiro para os recursos terra e água, elementos centrais na consolidação do espaço da Soberania Alimentar, analisamos ainda as principais características edafoclimáticas do município e região, o que permitiu vislumbrar condições em que sujeitos e territórios fazem da terra e da água cúmplices de um modo de vida ou reféns de um modo de produção.

Palavras-chave: produção de alimentos; soberania alimentar; segurança alimentar; cana-de-açúcar.

Resumen:

Debido a las características de uso y ocupación del territorio en las dos últimas décadas, marcado por la sustitución de la heterogeneidad del paisaje campesino por la monotonía del mar verde de la agroindustria, el municipio de Florida Paulista incluye elementos representativos para analizar algunos de los desdoblamientos de la expansión de la caña de azúcar y de la producción de alimentos destinados al abastecimiento de los lugares más cercanos. Con esto tratamos de entender, basados en el recorte elegido para el estudio, cual es la ruta de los alimentos en el espacio, a partir de pequeñas propiedades rurales que todavía resisten a la imposición del formato único, a los distintos puntos de venta/compra de alimentos en las zonas urbanas, y CEASA de Presidente Prudente/SP, responsable por la distribución de los alimentos que se encuentran en la mayoría de las tiendas de esta ciudad. La expansión de las áreas de monocultivos está en sintonía con los

imperativos de la lógica de la oferta de alimentos que hace referencia al movimiento de los alimentos en el espacio, en el que las áreas antes dedicadas a la producción de diversas culturas, los productores de alimentos, se superponen por la geometría del monocultivo de la caña de azúcar, lo que reduce las posibilidades de abastecimiento local y refuerza el discurso de que los alimentos se debe ser abastecidos por elementos exógenos al lugar d consumo. Alimentar o ser alimentados, la soberanía o la seguridad, la toma de decisiones que emane de la autonomía o dependencia, constituyen el eje central del debate que aquí se propone identificar, a partir del movimiento que denuncia la lógica que se mueve por detrás de la producción de los alimentos, actores y sectores entre la tierra y la comida. Con el fin de comprender las implicaciones del propio funcionamiento de la agroindustria de la caña de azúcar para los recursos tierra y agua, elementos clave en la consolidación de la zona de la soberanía alimentaria, he analizado las principales características de suelo y clima de la ciudad y de la región, una idea de lo que las condiciones en que los sujetos y territorios componen la tierra y el agua, cómplices de una forma de vida o rehenes de un modo de producción.

Palabras clave: producción de alimentos; Soberanía alimentaria; seguridad alimentaria; caña de azúcar.

LISTA DE TABELAS

01	Casas de moradia <i>habitadas</i> na zona rural do município de Flórida Paulista nos anos de 1995/96 e 2007/2008	52
02	Total de casas de moradia na zona rural do município de Flórida Paulista/SP nos anos de 1995/96 e 2007/2008	53
03	Número de proprietários residentes na U.P.A. nos anos de 1995/96 e 2007/2008	57
04	Familiares do proprietário que trabalham na U.P.A. no município de Flórida Paulista/SP	58
05	<i>Pequenas e Grandes</i> Unidades de Produção Agrícola em relação à área ocupada nos anos de 1995/96 e 2007/2008 no município de Flórida Paulista/SP	58
06	Produtos alimentícios encontrados em relação ao número de propriedades em que cada um foi localizado	64
07	Produtos encontrados nos pontos de venda existentes na área urbana de Flórida Paulista/SP de acordo com a origem dos mesmos	67
08	Quantidade de alimentos entregues <i>semestralmente</i> nas escolas e creches de Flórida Paulista/SP	71
09	Cronograma do percentual da área <i>mecanizável</i> onde não se pode efetuar a queima	99
10	Cronograma do percentual da área <i>não mecanizável</i> , onde não se pode efetuar a queima	99

LISTA DE QUADROS

01	Principais características dos sistemas de relevo presentes nas bacias dos Rios Aguapeí e Peixe (modificado de IPT 1981)	94
02	Principais tipos de solos encontrados no interflúvio Aguapeí/Peixe	96

LISTA DE MAPAS

01	Localização da área de estudo	20
02	Principais rotas de abastecimento alimentar para Flórida Paulista <i>via</i> CEASA de Presidente Prudente/SP	86
03	Localização da área de estudo internamente à microrregião da <i>Nova Alta Paulista</i>	90
04	Localização da rede hidrográfica em relação à hipsometria do relevo: <i>Microrregião da Nova Alta Paulista/SP</i>	95
05	Aptidão edafoclimática para a cana-de-açúcar no Estado de São Paulo	98
06	Espacialização da cana-de-açúcar no município de Flórida Paulista/SP	105
07	Localização da rede hidrográfica em relação à hipsometria do relevo em Flórida Paulista/SP	106

LISTA DE GRÁFICOS

01	Evolução da área plantada com café no município de Flórida Paulista/SP de 1990 a 2009 (ha)	55
02	População urbana, rural e total de Flórida Paulista entre os anos de 1970 e 2010 (pessoas)	56
03	Comparativo entre a evolução da população residente na zona rural e a área total destinada ao cultivo de produtos alimentícios no período de 1991 a 2009/2010	73
04	Evolução da área plantada com alimentos e cana-de-açúcar no período de 1990 a 2009 em Flórida Paulista/SP (ha)	75
05	Origem dos alimentos encontrados nos pontos de venda da área urbana de Flórida Paulista/SP	84
06	Ocupação do território agrícola em 1995/96 e 2007/2008 – Flórida Paulista/SP	87
07	Produção anual de leite: Flórida Paulista (<i>mil litros</i>)	88
08	Precipitação mensal média de 1970 a 2003 – Flórida Paulista/SP (mm)	91
09	Precipitação total anual de 1970 a 2003 – Flórida Paulista/SP (mm)	91
10	Balanço hídrico-climatológico para o município de Flórida Paulista/SP	92

LISTA DE FOTOS

01	Escola desativada no <i>Bairro do Alécio</i> em Flórida Paulista/SP	54
02	Igreja desativada no <i>Bairro do Alécio</i> em Flórida Paulista/SP	54
03	Território camponês (abaixo) e território do <i>agronegócio</i> (acima) em Flórida Paulista/SP	60
04	Consórcio café-feijão em Flórida Paulista/SP	62
05	Consórcio café-mamão em Flórida Paulista/SP	63
06	Produção de feijão para subsistência em Flórida Paulista/SP	65
07	Horta para subsistência em Flórida Paulista/SP	65
08	Alimentos entregues pelos produtores participantes do <i>PNAE</i> no município	70
09	Formas de relevo predominantes no município de Flórida Paulista/SP	93

SUMÁRIO

	Introdução	16
1	Procedimentos metodológicos	24
2	O campesinato e a soberania alimentar: da maneira de viver ao <i>jeito de produzir</i>	28
2.1	Demarcações teóricas para uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar	35
2.1.1	O espaço da Soberania Alimentar	36
2.1.2	Soberania e Segurança Alimentar: uma distinção <i>necessária</i>	39
2.1.3	Identificar limites para avançar no debate	43
2.2	Por <i>detrás</i> do prato: <i>atores e setores</i> entre a terra e o alimento	47
3	O campesinato no espaço rural de Flórida Paulista	52
3.1	O abastecimento alimentar em Flórida Paulista/SP	66
3.2	O abastecimento alimentar <i>público</i> no município (<i>PNAE e PAA</i>)	69
3.3	A Soberania Alimentar como produto da simbiose cidade-campo: realidades e possibilidades (<i>A geografia entre a terra e o prato</i>)	73
3.3.1	A geografia entre a terra e o prato	74
3.4	Das <i>distintas temporalidades</i> aos descaminhos da Soberania Alimentar	78
3.5	Os <i>circuitos espaciais</i> de produção e consumo de alimentos	80
3.6	Os <i>(des) caminhos</i> do alimento em Flórida Paulista/SP	83
4	Terra e água no território canavieiro: o <i>quadro natural em questão</i>	89
4.1	O quadro natural de Flórida Paulista/SP	89
4.1.1	Clima	89

4.1.2	Relevo	92
4.1.3	Hidrografia	95
4.1.4	Solos	96
4.2	<i>A fome com a vontade de comer: da aptidão edafoclimática ao <i>modus operandi</i> da agroindústria canavieira</i>	97
4.2.1	Uso de agrotóxicos na cana-de-açúcar	100
5	Do discurso positivo à negação da Soberania Alimentar: o agronegócio e a “modernidade” destrutiva do capital	103
5.1	Para além dos canaviais: projetos de sociedade em disputa	107
6	Considerações finais	111
7	Referências	114

Introdução

Ao questionarmos a procedência dos alimentos que consumimos, colocamos em relevo territórios e territorialidades com as quais o alimento teve origem a partir do tempo biológico inerente às espécies vivas, seus requisitos em relação aos componentes edafoclimáticos que caracterizam a diversidade de quadros naturais no espaço (nacional/internacional), seu percurso da planta na terra até as bancas de venda/aquisição/consumo e os sujeitos responsáveis por articular os diversos territórios e territorialidades que, em conjunto, permitem identificar a *condição alimentar*¹ nas diversas escalas.

A abordagem do fenômeno alimentar pressupõe atentarmo-nos para a condição específica que caracteriza a alimentação das pessoas no que diz respeito, por um lado, ao direito a uma alimentação saudável, acessível, sintonizada à diversidade de padrões alimentares existentes nas mais variadas combinações do quadro natural em relação ao contexto histórico que particulariza cada porção do espaço, legando-lhes padrões alimentares com estatuto territorial específico e, por outro, imposições alimentares oriundas de um modelo de abastecimento centrado no *movimento do alimento no espaço*, no qual a alimentação das diversas populações fica na dependência dos interesses centrados na lógica da mercadoria.

O uso do território condiciona o alcance das forças de ligação entre pontos potencialmente habilitados na constituição de uma rede sócio-espacial alimentar, *soberana*, quando do predomínio do movimento endógeno dos fluxos alimentares, ou *dependente*, condição eufemisticamente denominada segurança alimentar, ou seja, a segurança de *ser alimentado*. Desse modo, o recorte eleito para estudo apresenta características marcantes em relação ao processo de substituição da heterogeneidade característica da paisagem camponesa pela homogeneidade que marca os *mares verdes*, o que permite analisar o fenômeno alimentar a partir do uso do território.

A expansão da atividade canavieira pressupõe a incorporação de novos territórios, o que resulta na uniformidade guiada pela territorialização do monopólio

¹ Para além de demarcar neologismos, consideraremos *condição alimentar* como síntese das relações que definem o abastecimento alimentar interno ou externo a um determinado território.

agroindustrial². Este processo revela, pois, a desigual disputa por território na qual figura de um lado a cana-de-açúcar e a sua face monocultural e, de outro, as *demais culturas*. Nesse cenário de disputa, uma diversidade de cultivos, incluindo um grande número de culturas alimentícias, como o milho, feijão, mandioca, etc., praticadas predominantemente nas pequenas propriedades camponesas, tem sua existência ameaçada frente aos imperativos do agronegócio e sua marcha destrutiva sobre as *terras novas* do Oeste Paulista.

Nossa opção pelo recorte territorial limitado ao município de Flórida Paulista, parte da representatividade do mesmo em relação à dinâmica expansionista da cana-de-açúcar no bojo da territorialização do monopólio agroindustrial canavieiro. Considerado internamente à microrregião da Nova Alta Paulista (dezesesseis municípios), o município em questão possui a segunda maior área agrícola (52.502,1 ha) e a maior área plantada com cana-de-açúcar (23.013,6 ha ou aproximadamente 44% do total)³. Por outro lado, chama a atenção o *relativamente grande*⁴ número de proprietários residentes na unidade produtiva (18,36%), assim como o expressivo contingente de familiares do proprietário que trabalham na mesma (1.156 pessoas)⁵.

A partir do recorte territorial eleito para estudo, procedemos à análise dos elementos formadores daquilo que compõe a *geografia alimentar* local, estrutura sócio-espacial responsável pela definição da origem dos alimentos consumidos numa determinada parcela do espaço, o que permite avaliar o grau de dependência em relação aos gêneros alimentícios necessários para a alimentação das pessoas, pressuposto para o entendimento do espaço no bojo da Soberania Alimentar.

Com isso, nossas compreensões estiveram referenciadas no entendimento da origem dos principais alimentos encontrados no município, assim como nas estratégias que possibilitam a continuidade daqueles que resistem à homogeneização da paisagem que resulta da tomada do território pela cana-de-açúcar.

Devido ao alto preço das terras em virtude da pouca disponibilidade nas regiões canavieiras tradicionais do Estado de São Paulo, tais como Ribeirão Preto, Campinas/Piracicaba, Bauru/Jau, somado ao fato da maior parcela da área agrícola

² Cf. THOMAZ JUNIOR, 1989; 2002.

³ Cf. LUPA, 2008.

⁴ Relativamente grande devido ao contexto no qual figuram, marcado por grandes extensões plantadas com cana-de-açúcar.

⁵ Cf. LUPA, 2008.

regional constituir pastagens, predominantemente pastagens degradadas e em decadência, além de condições edafoclimáticas ideais ao desenvolvimento da gramínea e predomínio de baixa declividade, ou seja, aspectos e particularidades favoráveis para a mecanização, a Nova Alta Paulista desponta como destino certo para as articulações e investimentos necessários frente à satisfação da crescente demanda, tanto do açúcar como principalmente do álcool carburante.

Dada a posição privilegiada na atual conjuntura energética nacional e internacional, amparada na panaceia do combustível projetado como limpo, renovável, seguro e supostamente adequado à constituição de medidas que contribuam para o combate ao aquecimento global, além de responder como o provável substituto do petróleo, a cana-de-açúcar ganha contornos de santidade e é cristalizada num eficaz aparato midiático-ideológico via políticas estatais, tal como o Programa Nacional de Produção do Biodiesel (PNB) e outras medidas que beneficiam direta e indiretamente o império do agronegócio.

Com a substituição da heterogeneidade produtiva do território camponês pela paisagem monocultural resultante da territorialização do capital agroindustrial canavieiro, emergem questões de ordem sócio-espacial, pois, afinal, tal expansão pressupõe a incorporação de territórios antes regidos por dinâmicas diametralmente opostas àquelas ligadas à homogeneidade da forma de uso imposta pela cana-de-açúcar.

Os debates acerca da questão da fome e da alimentação humana têm se realizado no bojo da dicotomia segurança x Soberania Alimentar, com diferenças substanciais no que se refere aos conteúdos sociais e geográficos que resultam de tais propostas. Assim, para além de definir o fenômeno sob o ponto de vista das especificidades individuais, buscamos demarcar realidades e possibilidades referentes ao abastecimento alimentar local, de modo a identificar sujeitos, territórios e territorialidades responsáveis pela produção, distribuição e consumo de alimentos, numa escala que vai da dependência absoluta à autonomia territorial alimentar, condição *sine qua non* para a afirmação da Soberania Alimentar enquanto paradigma de uma sociedade emancipada nas disposições alimentares.

No período em que procedemos às nossas investigações acerca da produção de alimentos com base no estudo de caso a partir do município de Flórida Paulista/SP, a grande mídia nacional e internacional dedicou amplo espaço para o fato do aumento acentuado no Índice Global de Preços dos Alimentos da FAO

(Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) que, em dezembro de 2010 chegou a 214,7 pontos, acima dos 213,6 pontos registrados no ano de 2008, momento em que as constantes elevações nos preços dos alimentos provocaram diversas manifestações ao redor do planeta⁶.

No mesmo sentido, Jean Ziegler, Relator Especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, argumenta que a expansão indiscriminada das plantações com monocultura destinada à produção de combustíveis renováveis comporia uma ameaça ao direito à alimentação das camadas mais pobres, com destaque para a cana-de-açúcar, matéria-prima para a produção do álcool carburante⁷.

Milhares de cidades e vilarejos passam a ser cercados por esse monstro, que é a cana-de-açúcar. Durante um tempo o açúcar sofreu um declínio, e a agricultura se desenvolveu. Agora esse monstro está de volta, devorando a terra da agricultura. O açúcar voltou a ser santificado, como na época da colônia, quando a oligarquia enriqueceu e a música, a cultura, tudo era pago pelo açúcar. [...] O etanol aumenta a miséria e o desemprego. A terra se torna tão cara que as famílias não conseguem mais subsistir. É um retrocesso social histórico e um afastamento de tudo a que o Brasil moderno aspira.⁸

Em acepção diametralmente oposta, Arnaldo de Campos, Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), verifica que “não existe concorrência entre a produção de biocombustíveis e a produção de alimentos no Brasil”, afirmando que a produção de alimentos e a produção de *energia* poderiam caminhar juntas, sem prejuízo à primeira⁹.

Nesse sentido, buscaremos entender o comportamento da agricultura camponesa frente à expansão da monocultura canavieira no município de Flórida Paulista/SP, com as atenções voltadas aos rebatimentos no âmbito da Soberania Alimentar; analisada a partir das influências da composição fundiária na produção de alimentos e, assim, da maneira que se apresenta a questão agrária em relação à complexa trama de relações que compõem o circuito produtivo agroalimentar e as diversas formas de uso da terra e do território.

Para tanto, verificaremos a viabilidade e os benefícios do modelo de produção camponesa em relação ao formato projetado pelo agronegócio, na dimensão das relações entre o urbano e o rural que permitem tanto a manutenção da vida no

⁶ Folha *on line*, 05/01/2011.

⁷ Cf. THUSWOHL, 2007.

⁸ Folha *on line*, Controvérsia, 05/12/2007.

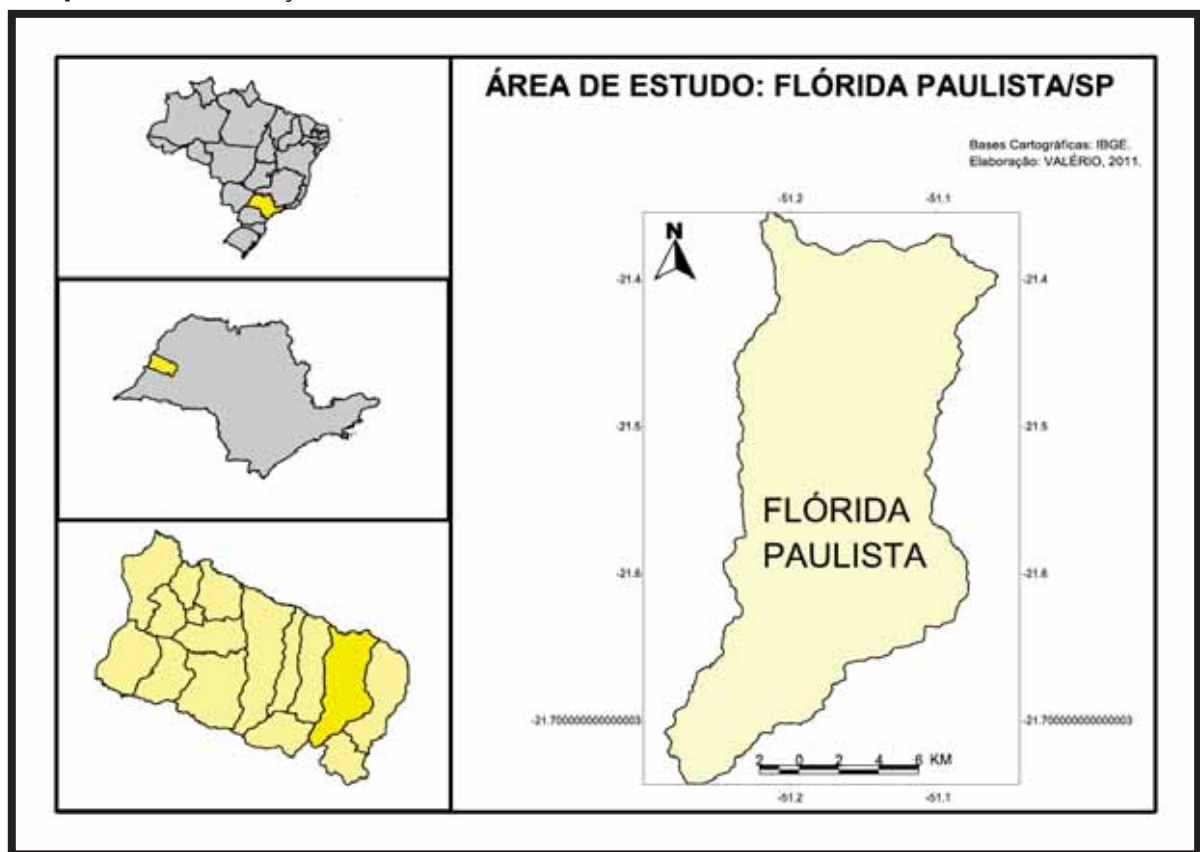
⁹ Cf. THUSWOHL, 2007.

campo, como a produção de alimentos são e de qualidade direcionados aos consumidores da cidade.

Nossas reflexões referentes às resultantes da relação entre a expansão das plantações com cana-de-açúcar e a produção de alimentos voltada aos consumidores locais (município de Flórida Paulista) estiveram pautadas no conceito de Soberania Alimentar, por meio do qual o fenômeno alimentar é analisado a partir da *capacidade interna* de um dado território em abastecer a demanda por alimentos.

A partir do recorte territorial eleito para estudo (Mapa 01) procedemos à análise das relações entre a expansão da cana-de-açúcar e a produção de alimentos, de modo a evidenciar a *condição alimentar* do município, tendo em vista o abastecimento alimentar *interno* ou *externo* aos limites do território.

Mapa 01: Localização da área de estudo.



Fonte: IBGE. **Elaboração:** VALÉRIO, 2011.

A análise da composição produtiva das pequenas propriedades subsidiou-nos com elementos para entender os significados do espaço camponês em relação ao fenômeno alimentar, assim como os elementos empíricos que o embasam enquanto categoria teórica.

As implicações da territorialização da monocultura canavieira para a produção de alimentos podem ser verificadas por diversas “portas de entrada”. A paisagem visual é primeira a se impor ao espectador desavisado, de forma a expor a sobreposição de *outras dimensões* componentes da paisagem: sons, odores, sabores e formas de vida que, sobrepostos pela geometria agroindustrial, redundam na alteração da *ecologia dos lugares*, na qual uma diversidade de insetos, pássaros e outros animais de grande importância para o êxito das atividades agrícolas são eliminados para dar lugar à esterilidade dos *desertos verdes*.

Em campo, pudemos constatar elementos que denunciam os efeitos predadores da alteração da paisagem para aqueles que, mesmo cercados pela homogeneidade agroindustrial, persistem na atividade agrícola. Pudemos verificar, por meio de depoimentos, o desaparecimento de uma espécie específica de besouro, responsável pela polinização das flores do maracujá, fato que, segundo os agricultores, onera e dificulta a continuidade do cultivo.

A compreensão da paisagem em sua íntegra pressupõe considerarmos múltiplas dimensões correspondentes às diversas percepções dos sentidos humanos, desde a visão, passando pela percepção do deslocamento do ar no espaço (tato), pela percepção dos odores (olfato), até a extensão sonora própria aos mais variados contextos sócio-espaciais que, uma vez alterados por meio da imposição do *formato único*, resultam na sobreposição de dimensões heterogêneas em favor de *uma paisagem*: a forma da cana, a cor da cana, o odor da cana, o sons da cana. Expressa de forma monocultural, a paisagem canavieira se impõe de forma incontestável à integralidade das formas de vida e para todos os sentidos e formas de perceber o espaço.

Mesmo constrangida em meio ao império dos canaviais, a produção camponesa local expressa uma *marcante* participação no fornecimento de alimentos, tanto para a comercialização na área urbana (pontos fixos + feira-livre) como por meio de projetos oficiais de aquisição e distribuição de alimentos, além da diversidade de culturas alimentícias presentes nas propriedades visitadas, conforme verificado quando da realização dos trabalhos de campo. As poucas interações entre os pontos constituintes da rede sócio-espacial alimentar local indicam deficiências que, por um lado, impedem uma maior oferta de produtos locais nas bancas do município e, por outro, retiram do campo possibilidades de geração de renda e manutenção da família na terra.

A constatação do aumento acentuado das áreas de cana-de-açúcar, vista a partir do fenômeno da produção de alimentos, enseja pensarmos as implicações da generalização do território canavieiro para os recursos terra (solo) e água, elementos centrais para consolidação da Soberania Alimentar, tendo em vista o *modus operandi* próprio à agroindústria canavieira em relação ao quadro natural em que se dá o processo, daí a oportuna sugestão conceitual de agrohídronegócio¹⁰.

Terra, água e família compõem os sustentáculos principais na estruturação do território da Soberania Alimentar, assim, para além dos efeitos imediatos da substituição da heterogeneidade das paisagens camponesas pela monotonia da paisagem homogeneizada, chamamos a atenção para as implicações no âmbito das bases fundamentais com as quais as gerações futuras terão que cultivar seus alimentos, minadas pela contaminação por resíduos tóxicos.

A pouca quantidade de estudos com o foco na identificação de resíduos contaminantes procedentes da cana-de-açúcar e seus efeitos para a saúde humana mascara impactos presentes e futuros. Aqui e acolá, *quando realizados*, alguns estudos isolados referentes a diferentes tipos de monocultura indicam índices alarmantes de contaminação, como no caso da contaminação de leite materno por agrotóxicos em Lucas do Rio Verde/MT, realizado pela UFMT.

Dadas as condições de relevo em relação à quantidade de precipitação anual para o município, a espacialização do território canavieiro e às ações próprias ao agronegócio, tais como as frequentes aplicações de agrotóxicos por meio de aviões de pulverização, projeta a contaminação por processos de lixiviação e escoamento superficial, prejudicando a qualidade dos solos, da água e dos alimentos produzidos.

Durante o processo de análise dos primeiros resultados, referente à origem dos alimentos disponíveis nas bancas do município, a constatação do predomínio do abastecimento alimentar externo aos limites do território nos levou a aventar a possibilidade de traçar a rota do abastecimento alimentar para o município, de modo a identificar quais os principais sujeitos responsáveis pelo fornecimento de alimentos. Para tanto, foi necessário alargarmos nossos horizontes espaciais até a Central de Abastecimento de Presidente Prudente/SP (CEASA), órgão apontado pela maioria dos comerciantes locais como principal fonte fornecedora de alimentos para Flórida Paulista e região.

¹⁰ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009; 2010.

Principal entroncamento de produtos alimentícios para o abastecimento da região, o trabalho de campo junto ao CEASA de Presidente Prudente possibilitou-nos acesso às informações referentes aos caminhos percorridos pelos alimentos desde as áreas produtoras até a Central de Abastecimento, o que nos permitiu vislumbrar a geografia dos alimentos consumidos no município de Flórida Paulista.

Por se tratar de um fenômeno intrinsecamente relacionado à evolução e à atividade humana, realizamos uma breve discussão acerca dos significados do alimento e da alimentação no desenvolvimento histórico do homem, com destaque para os sujeitos compreendidos entre a terra e o alimento que, pensado a partir da ascensão do capitalismo, ganha novos contornos e significados, encimados na “missão evangelizadora do capital de transformar tudo e todos em mercadorias”¹¹.

¹¹ Cf. THOMAZ JUNIOR., 2009, p. 196.

1- Procedimentos metodológicos

O recorte territorial limitado ao município de Flórida Paulista compõe nosso primeiro critério metodológico, o *estudo de caso na ótica qualitativa*. As características de uso e ocupação do solo no espaço em questão ilustram de maneira marcante o fenômeno da expansão agroindustrial canavieira e os efeitos que advém de tal processo para os pequenos agricultores familiares, assim como a repercussão na produção e no abastecimento de produtos alimentícios, o que permite inferências de caráter geral quanto ao fenômeno estudado, assim como sua generalização em situações análogas (SEVERINO, 2009, p.121).

Para atingir nossos objetivos recorreremos tanto a dados e informações primárias, tais como observações, descrições, entrevistas e questionários, como secundárias, (CEPAGRI; CIIAGRO; EMBRAPA; LUPA, 1995/96 e 2007/2008; INPE/CANASAT, 2003/2004 a 2009/2010; IBGE/SIDRA, 1996 a 2007, indicadores e estatísticas da UDOP, UNICA, Ministério da Agricultura), entre outras.

Com o objetivo de apontar os significados geográficos circunscritos aos alimentos disponíveis nas bancas de comercialização do município de Flórida Paulista, analisamos o caminho percorrido pelos alimentos desde os pontos de comercialização até a origem de produção dos mesmos, de modo a delimitar sujeitos e territórios responsáveis pela materialização da *condição alimentar* local. Para tanto, foram realizados trabalhos de campo nos pontos de venda de produtos alimentícios da área urbana de Flórida Paulista e no CEASA de Presidente Prudente/SP, principais entroncamentos do abastecimento alimentar para os moradores do município.

De posse das informações acerca da *espacialidade* dos alimentos disponíveis para venda nas bancas do município, procedemos à análise dos circuitos responsáveis pela (*des*) articulação do abastecimento alimentar local, o que implicou na realização de trabalhos de campo nas pequenas propriedades produtoras que ainda resistem à imposição do *formato único*, nas quais buscamos identificar elementos explicativos quanto ao *desencontro* entre produtores e comerciantes locais.

Para além da constatação do aumento das áreas plantadas, buscamos demarcar as potenciais implicações da territorialização da cana-de-açúcar para o

solo e para a água, elementos centrais na consolidação do espaço da Soberania Alimentar. Dessa forma, com o auxílio do *software gvSIG*, elaboramos um mapa hipsométrico no qual sobrepomos a rede hidrográfica do município e região, de modo a analisar a dispersão dos resíduos próprios ao *modus operandi* da agroindústria canavieira, marcada pela larga utilização de agrotóxicos e maturadores químicos que, entendidos a partir do quadro natural em questão, permitem inferências quanto ao transporte de resíduos por processos de lixiviação e escoamento superficial.

A elaboração dos produtos cartográficos necessários à localização da área de estudo, correlação entre relevo e rede hidrográfica e movimento dos alimentos, pautou-se na utilização de bases fornecidas pelo Projeto de Mapeamento Topográfico do IBGE e imagens SRTM procedentes do Projeto **Brasil em Relevo**, da Embrapa.

Pelo fato de lidarmos com elementos submetidos de forma inextricável ao tempo biológico, a base natural na qual se assentam as atividades agrícolas compõe um dos referenciais imprescindíveis ao entendimento da especificidade dos impactos gerados pelas diversas formas de uso e ocupação do território. Assim, realizamos um breve levantamento acerca das principais características de clima, relevo, hidrografia e solos da área de estudo, o que nos subsidiou com elementos para inferir quanto aos impactos resultantes da “nova” equação territorial (quadro natural + território canavieiro), assim como às *estratégias espaciais* do capital canavieiro, tendo em vista os requisitos edafoclimáticos da cana-de-açúcar.

A espacialização do território canavieiro na escala do município e região foi analisada por meio das imagens disponibilizadas pelo Projeto INPE/CANASAT, responsável identificar e mapear a cana-de-açúcar através de satélites de observação da terra. Com isso, verificamos a *situação geográfica* das áreas monocultoras em relação ao quadro natural em que se dá o fenômeno, assim como em relação às propriedades visitadas.

Pelo fato de nosso objeto de pesquisa não estar restrito ao urbano ou ao rural, mas na interação reciprocamente vantajosa entre estas dimensões diferenciadas do espaço, fez-se necessária a elaboração de instrumentos de análise capazes de captar os principais enunciados relativos ao fenômeno do abastecimento alimentar no município, o que nos levou à aplicação de questionários fechados em todos os estabelecimentos fixos de comercialização de alimentos, mais a feira-livre,

realizada às sextas-feiras, de modo a compor uma tipologia dos alimentos encontrados em relação à origem dos mesmos, interna ou externa ao município.

Com o objetivo de elaborar uma leitura de conjunto acerca dos principais significados do fornecimento alimentar na área urbana do município, preparamos uma tabela onde buscamos ilustrar por meio de cores, o movimento dos alimentos no espaço, de modo a compor uma corografia das frutas, verduras e legumes encontrados no bojo da geografia compreendida entre a terra e a prateleira, o que permitiu inferências quanto ao “grau” de dependência alimentar no espaço em questão.

A entrevista com os responsáveis pelos órgãos públicos (CATI, Prefeitura Municipal) e privados (lojas de insumos agrícolas, Sindicato Rural) permitiu avaliar a participação da esfera pública nas questões relativas ao campo e a produção e abastecimento de alimentos no município, além de contribuir com preciosas informações quanto à localização dos pequenos produtores que ainda resistem na atividade agrícola.

Dentre as atividades previstas para a compreensão do fenômeno ao qual nos propomos desvendar, o *trabalho de campo* ocupou lugar de destaque, subsidiando-nos com elementos que, advindos dos sujeitos que vivenciam na prática a realidade em questão, traduzem nosso principal referencial na apreensão do objeto de estudo eleito para análise na ótica qualitativa, abrangendo tanto a pesquisa *exploratória* como a *explicativa*¹².

Munidos das informações acerca da localização dos principais “aglomerados rurais”, pontos onde se encontram localizadas a maior parte das pequenas propriedades produtoras de alimentos, estabelecemos um primeiro contato com os agricultores encontrados em campo, de modo a agendar dia e horário mais adequados à realização da entrevista propriamente dita, de acordo com a disponibilidade de cada agricultor.

A divisão das atividades de campo em duas etapas compôs um recurso metodológico com o qual buscamos contemplar dois principais objetivos: tornar a entrevista menos distante, por um lado, devido ao impacto causado por pessoas *estranhas* chegando de surpresa em um espaço cuja dinâmica põe em relevo qualquer elemento alheio aos sujeitos do território. Por outro lado, as *visitas de apresentação* permitiram a composição de um “mapa” com a localização daquelas

¹² Cf. SEVERINO, 2009, p. 123.

propriedades eleitas como representativas da realidade encontrada, de acordo com nossos critérios metodológicos, o que facilitou o planejamento das atividades referentes à segunda etapa dos trabalhos de campo, as entrevistas propriamente ditas.

Dessa forma, procedemos à realização das entrevistas semiestruturadas ou *não-diretivas*¹³ a partir do discurso livre, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações, balizando discretamente o diálogo com base nos objetivos propostos. As atividades de Trabalho de Campo foram realizadas em dois finais de semana, da sexta ao domingo, de modo a contemplar a área urbana na sexta-feira e a área rural no sábado e domingo, estratégia que nos permitiu dar conta tanto do contexto urbano (órgãos públicos e privados, feira-livre, aplicação de questionários fechados nos pontos de venda de alimentos, etc.) como do rural (observações, descrições, entrevistas, etc.), além de facilitar o encontro e o diálogo com os agricultores que, durante os dias úteis concentram-se nas atividades da lavoura.

Com o objetivo de estabelecer uma tipologia das variedades de alimentos encontrados no espaço rural em questão, elaboramos uma tabela a partir das principais culturas alimentícias encontradas, o que nos auxiliou na descrição detalhada de todas as culturas praticadas, tanto para subsistência como para a comercialização, colocando em relevo uma diversidade de culturas alimentícias fundamentais à manutenção da família na terra e que as pesquisas oficiais insistem em negligenciar.

Face aos limites de operacionalidade das principais definições relativas à Soberania Alimentar, dedicamos um capítulo especialmente para a discussão acerca dos princípios norteadores para uma abordagem geográfica da capacidade de abastecimento interno nos limites do território em questão, momento de reflexão que nos orientou metodologicamente nas intervenções em campo, subsidiando-nos com instrumentos adequados à coleta de dados nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem¹⁴, durante as pesquisas de campo.

¹³ Ibidem, p. 125.

¹⁴ Ibidem, p. 123.

2- O campesinato e a Soberania Alimentar: da maneira de viver ao *jeito de produzir*

Em face do que (OLIVEIRA, 2001) considera como elementos da produção camponesa¹⁵, elegemos o conceito de camponês como ferramenta teórica de abordagem do sujeito social envolto no território por nós estudado. Para o autor, a produção camponesa seria caracterizada por elementos como a força de trabalho familiar, a utilização da parceria, do trabalho acessório e a propriedade da terra e dos meios de produção, compondo a *produção simples de mercadorias*. Assim, a pertinência do conceito de camponês se justificaria simplesmente pela gênese do camponês enquanto classe, gestado na contradição do modo capitalista de produção.

Sujeito rodeado de polêmicas e muitas vezes negado, o camponês e sua existência histórica têm fomentado debates em torno da compreensão dos seus papéis na contemporaneidade. Diferentes vertentes teóricas analisam um mesmo personagem a partir de distintos enfoques, tanto para negar como para afirmar a pertinência conceitual do campesinato.

Em meio aos presságios de sua extinção a partir da intensificação das relações de produção capitalista na agricultura, (THOMAZ JUNIOR, 2009) discute o processo de diferenciação do campesinato a partir de autores clássicos e contemporâneos.¹⁶ Em Lênin (1982) a convivência da nova agricultura capitalista com o que descreve como *velho sistema de pagamento em trabalho, ou semi-servidão*, apresenta-se como obstáculo à construção do socialismo, enfatizando que somente com a expansão das relações capitalistas seria possível transformar o campo, por meio da industrialização/mecanização. A indústria seria responsável pelo direcionamento do modo de vida urbano/fábrica para o campo, provocando uma revolução nas condições de vida das populações rurais. Posteriormente, com base na importância da participação dos camponeses na Revolução Russa de 1905, revê suas formulações argumentando que, “os restos do regime servil no campo resultaram muito mais fortes do que se pensava”¹⁷.

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, 2001, p. 55.

¹⁶ Lênin (1982), Kautsky (1986), Engels (1981), Chayanov (1974), Oliveira (1991), Abramovay (1992), entre outros.

¹⁷ Lênin (1982) p. 340 *apud* Thomaz Junior, (2009) p. 179.

Engels, (1981) afirma que ao camponês deveria ser reservado o papel de operário agrícola, podendo assim contribuir para a revolução. Na mesma linha de pensamento, Kautsky, (1986) argumenta que o parcelamento das terras impossibilitaria a emancipação dos camponeses, o que o faz apostar no sistema cooperativo como pressuposto para a superação da condição camponesa e a edificação do socialismo. Nesse sentido, (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 180) aponta que, dessa forma:

[...] estava prescrita a adoção de técnicas modernas, o aumento da produtividade do trabalho, a especialização da produção em determinados produtos, o rebaixamento dos custos de produção, enfim, todos ou quase todos os elementos essenciais ao empreendimento capitalista, em total observância à extinção da organização camponesa.

Em Chayanov, para além da possibilidade de descamponização, o processo de diferenciação atuaria como estratégia de manutenção do modo de vida camponês. Discutindo a economia capitalista, (CHAYANOV, 1981, p. 139) indica a existência de explorações econômicas sustentadas por lógicas fora do modo capitalista de produção. Internamente ao que denomina “economia familiar”, o grau de “auto-exploração” seria determinado por um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho para tal. Assim, para a família camponesa, uma vez percebido um aumento da produtividade do trabalho, consequentemente haveria uma diminuição do grau de “auto-exploração” de sua capacidade de trabalho, sendo a quantidade de produto determinada pelo equilíbrio entre o montante de esforços da família e o grau de satisfação de suas necessidades. Referindo-se a isso, afirma:

[...] alguns estudos empíricos demonstram que, em inúmeros casos, as peculiaridades estruturais da exploração familiar camponesa abandonam a conduta ditada pela fórmula costumeira de cálculo capitalista do lucro. (CHAYANOV, 1981, p. 140).

De sujeito social desenhado a partir do seu modo de vida, à figura metamorfoseada do *agricultor familiar*¹⁸, o homem do campo passa a ser visto enquanto profissional, a par das relações de produção modernizadas e da adoção e manuseio de técnicas que os vinculem ao mercado, transformando modo de vida em profissão. Em relação aos significados da dicotomia conceitual camponês x agricultor familiar, (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 194) indica que:

¹⁸ Cf. ABRAMOVAY 1998.

Tamanha rede de articulações, mediações e contradições serve para plantar uma formulação ideológica, com o fim do campesinato, com vistas a colher os frutos muito rapidamente, dado a eficiência dos fundamentos que vinculam a agricultura familiar às relações tecnológicas modernas do modelo agroexportador do agronegócio, e que está associado à fragilização e ao desmantelamento da estrutura camponesa.

Atento ao movimento contraditório que revela e refaz sentidos e significados do universo do trabalho, o autor assevera que, “sendo o capital um processo, este engendra e reproduz não somente relações capitalistas, mas também recria relações não capitalistas de produção”.¹⁹ Assim, o campesinato, como parte do processo metabólico do capital, é “absorvido, reproduzido, redimensionado e recriado pelo capital,” havendo aí “um marcante estreitamento de relações entre formas diferentes de expressão do trabalho”²⁰, apontando para a necessidade de considerarmos as *diferentes expressões do campesinato*²¹.

No contexto da atual fase de reestruturação produtiva do capital, a constante mudança no patamar tecnológico altera procedimentos técnicos e promove readequações nas rotinas de trabalho, redimensionando processos à custa do desmonte de setores inteiros. Do ponto de vista do *metabolismo social do capital*, a migração de atividades laborativas, vínculos territoriais e diferentes formas de externalização do trabalho, refletem o que Thomaz Junior, (2009, p. 205) define como a *plasticidade do trabalho*, constantemente refeita na materialização das diferentes expressões da lavra humana.

Em decorrência disso, estaríamos frente a uma cada vez maior dificuldade em conceituar a classe trabalhadora, composta agora por novas identidades laborais, territorialmente expressas no rompimento com as predefinições da divisão técnica do trabalho. Dessa forma, focamos o campesinato enquanto parte da classe trabalhadora, a partir da dinâmica geográfica do trabalho e suas múltiplas territorialidades, “que refletem os rompimentos das fronteiras cidade-campo e dos conteúdos sociais do trabalho”²².

Devido ao fato de ser regida por uma lógica diferenciada daquela do capital, a diversificação produtiva da unidade camponesa expressa, num primeiro momento, estratégias para garantir a subsistência da família produzindo o máximo dos gêneros

¹⁹ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 196.

²⁰ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009, loc. cit.

²¹ Ibidem, p. 203.

²² Ibidem, p. 233.

necessários e, noutro, a oferta de alimentos são e baratos destinados ao consumo urbano por meio da comercialização do excedente produtivo. Nesse cenário, tendo em vista a atual dinâmica expansionista da cana-de-açúcar no município e região, destacamos a importância da reflexão em torno das consequências de tal processo na conformação do espaço agrícola em estudo, de forma a considerar a estrutura fundiária e a consequente concentração de terras, par siamês da monocultura e do agronegócio, reavivando debates em torno da questão agrária brasileira.

Para que a produção de alimentos são e de qualidade voltada aos pequenos circuitos constitua realidade na vigência da atual fase de *mundialização do capital*²³, faz-se necessário pensar de forma integrada o sistema produtivo (produtor) de alimentos, considerando tanto a estrutura de produção e o projeto social que lhe fundamenta, como os objetivos e pressupostos para uma produção voltada aos consumidores próximos às áreas de produção, o que nos remete à reforma agrária atrelada à Soberania Alimentar.

Considerada a partir da heterogeneidade produtiva e da multiplicidade de formas, culturas e práticas componentes do modo de vida camponês, vinculamos a agricultura camponesa aos preceitos de autonomia para a produção, distribuição e consumo de alimentos em respeito à sustentabilidade ambiental, social e econômica; de acordo com os hábitos alimentares dos povos e da demanda local. Tal vinculação nos remete ao comportamento da agricultura camponesa em meio ao processo de incorporação de terras ao empreendimento canavieiro e as implicações na destinação de espaços para a produção de alimentos constituintes da cesta básica que, atualmente, caracterizam-se cada vez mais como espaços residuais, repondo debates em torno da necessidade da reforma agrária como pressuposto de uma sociedade emancipada e soberana.

No Brasil, a estrutura fundiária concentrada marca a distribuição e o acesso desigual às terras. Fruto da divisão em capitâneas hereditárias e sua subdivisão em sesmarias, a alta concentração fundiária reflete o direcionamento de interesses originados como herança colonial. Com a proclamação da independência e o fim do regime escravista, a Lei de Terras de 1850 vem para legalizar grandes extensões de terras, agora sob o jugo dos mecanismos de compra e venda ditados pelo mercado,

²³ Cf. CHESNAIS, 2001.

através do pagamento em dinheiro, fato que restringia ou mesmo impossibilitava aos recém-libertos, o acesso a terra²⁴.

Por conseguinte, o campesinato no contexto do desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura brasileira, é gestado a partir da crise do trabalho escravo, o que valeria dizer que “o camponês é fruto da história atual do capitalismo no país”²⁵.

Com a evolução do capitalismo na agricultura e o consequente aumento da industrialização, o processo urbano-industrial passa a ditar os usos do território e a definir as formas de existência do trabalho no campo. Nesse sentido, a incorporação de técnicas industriais e a adoção de procedimentos do modo industrial de produção, resultam no estabelecimento do fetiche da *modernidade no campo*²⁶. Assim, tudo aquilo que destoa do receituário prescrito pelo paradigma da tecnificação agrícola passa a ser visto como “atrasado”, “arcaico” ou simplesmente superado.

Desse modo, o campesinato e sua maneira tradicional de semear a terra com sementes crioulas, em respeito aos calendários naturais dos cultivos e à rotatividade da produção, encontra-se ameaçado frente às exigências que vislumbram na sua relação com o mercado e na incorporação de *novas técnicas* o *único* caminho para continuarem existindo, porém, agora, subsumido ao rótulo de empreendedorismo do agricultor familiar.

A dualidade agricultor familiar x camponês, para além de mera questão semântica, deixa transparecer os interesses em torno do não reconhecimento do campesinato enquanto classe, em favor da ampla propagação da figura do empresário rural, eficiente e em sintonia com os preceitos do mercado.

De forma diferente, as experiências da agricultura camponesa e a prática da policultura, em harmonia com a preservação da diversidade dos ecossistemas e da biodiversidade, permitiriam o uso de uma variedade de práticas e conhecimentos tradicionais, além da autonomia dos povos para decidirem livremente sobre os vínculos entre a produção agropecuária e os consumidores, com base nos pequenos circuitos de produção/consumo e na associação da reforma agrária à Soberania Alimentar.

Assim, considerando o circuito produtivo agroalimentar:

²⁴ Cf. OLIVEIRA, 2001, p. 28.

²⁵ Ibidem p. 49.

²⁶ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 357.

[...] desde a produção familiar camponesa e empresarial, passando pelo circuito industrial-processador e pelos mecanismos de comercialização, até chegar aos consumidores finais, podemos atestar que a reforma agrária e a soberania alimentar têm a ver com o conjunto da sociedade, não sendo exclusivas da dimensão agrária ou rural, como habitualmente se apresentam (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 149).

Da produção ao consumo, a satisfação das necessidades de alimentação em respeito à diversidade cultural e à produção de alimentos de qualidade destinados ao abastecimento dos locais próximos, compõe uma peculiar geografia produtiva nas escalas local e regional, responsável pela produção de uma variedade de alimentos comercializados em diversos pontos de venda na área urbana dos municípios, além de contribuírem para a subsistência e manutenção da família camponesa.

Sustentado pela conjuntura favorável tanto na escala nacional como internacional, o agronegócio canavieiro esboça um aumento cada vez maior das áreas plantadas com cana-de-açúcar, com reflexos no desencadeamento da disputa territorial, vindo à tona o conflito entre modelos de sociedade distintos.

A atual dinâmica expansionista da cana-de-açúcar encontra-se em estreita relação com os imperativos da reestruturação produtiva do capital em escala internacional, projetando uma agricultura amparada no cultivo de grandes extensões com monocultura e na contínua intensificação e precarização do trabalho²⁷. Disposta entre os interstícios do monopólio territorializado, a agricultura camponesa conforma “ilhas” em meio ao “mar de cana”.

Devido ao fato da existência de uma “descontinuidade territorial” entre aquelas médias e grandes propriedades tidas como “adequadas” e “disponíveis” para a expansão da cana-de-açúcar, o capital canavieiro passa a articular estratégias de cooptação também sobre as pequenas propriedades camponesas, imprescindíveis para a formação do território técnico-logístico do agronegócio “moderno” e sua geometria característica, impactando de forma negativa na conformação de um espaço em sintonia com os preceitos da Soberania Alimentar enquanto paradigma de uma sociedade emancipada.

O conceito de Soberania Alimentar teria surgido no âmbito das lutas promovidas pela Via Campesina desde a segunda metade da década de noventa, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos. De

²⁷ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

acordo com o *Documento Temático Cinco*, produto da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em março de 2006, na cidade de Porto Alegre/RS:

O conceito de Soberania Alimentar foi desenvolvido pela La Via Campesina, e trazida para o debate público durante a Cimeira Mundial da Alimentação em 1996, e tem sido, desde então, endossada por uma gama alargada de organizações da sociedade civil à volta do mundo [...] (p. 07).

A Soberania Alimentar implica na defesa do direito dos povos e dos países em decidir sobre suas próprias políticas e estratégias de produção, livres das amarras dos grandes conglomerados *agro-químico-alimentares* e destinados ao abastecimento de suas populações, de forma que a produção de alimentos seja garantida em sintonia com a decisão dos povos sobre o que, quando e em quais condições produzirão.

No bojo do capitalismo mundializado, a internacionalização da economia brasileira tem levado a uma violenta expansão das culturas de exportação, em detrimento das culturas destinadas ao abastecimento do mercado interno, para alimentar a população brasileira, levando a alteração de hábitos alimentares e introdução de novos produtos, como é bem ilustrativo o caso da soja e da generalização de seu óleo como produto básico na alimentação nacional. Assim, o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura é marcado pela sua industrialização, entendida internacionalmente por meio das alianças e fusões com a participação e o beneplácito do Estado (OLIVEIRA, 2001, p. 23-24).

Thomaz Junior (2007b) alerta para o perigo da produção agropecuária voltada para o mercado, indicando ser a mesma, objeto de controle de poucas empresas. Tais empresas decidiriam de acordo com seus pressupostos de acumulação e maximização dos lucros, o perfil dos alimentos a serem produzidos e a definição dos hábitos alimentares aos moldes do que define como *sociedade macdonaldizada*, em alusão às articulações promovidas por conglomerados agroindustriais na tentativa de uniformizar padrões de consumo na escala global²⁸, propondo pensar a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar como prerrogativa do conjunto da sociedade, sintonizada aos enunciados gerais da classe trabalhadora.

Analizada a partir do exposto, a capacidade de abastecimento interno numa dada parcela do espaço deixa transparecer o caráter estrutural contido na definição

²⁸ Idem, 2007b, p. 03.

da Soberania Alimentar, fato geográfico originado a partir da ativação de pontos e linhas numa perspectiva de integração e reciprocidade funcional, o que pressupõe uma abordagem integrada que dê conta tanto da cidade como do campo, tanto do homem como do meio. Da semente na terra ao prato que sacia, o fenômeno da alimentação humana define o *espaço da Soberania Alimentar*, cuja abordagem geográfica permite apreender alcances e delimitar escalas, revelando sujeitos, territórios e territorialidades.

2.1- Demarcações teóricas para uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar

Tal qual já asseverara Josué de Castro, “é dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome” (1961, p.19). O fenômeno da fome sintetiza a expressão mais nefasta do descompasso entre as necessidades de suprimento nutricional do homem em relação ao potencial de satisfação que a diversidade do quadro natural pode oferecer no decurso do processo histórico. A ausência de determinados elementos nutritivos nos regimes habituais de alimentação faz com que se instale a fome parcial, oculta, coletiva, fome endêmica que mata lentamente, mesmo os que comem todos os dias. *Parcial* devido à ausência de *alguns* nutrientes; *coletiva* pelo fato de atingir toda a população.

Se na época em que Josué de Castro elaborara sua Geografia da Fome o dilema brasileiro estava posto na disputa entre “pão ou aço”, hoje, devido ao acentuado movimento de territorialização do capital agroindustrial canavieiro no campo e a consequente homogeneização do território, sobressai a expressão atualizada do dilema nacional: pão ou álcool, ou como já dissemos anteriormente, *prato ou tanque*²⁹.

O tema da fome atrelado ao debate da Soberania Alimentar evidencia a multidimensionalidade envolta na constituição de padrões alimentares que atendam de maneira satisfatória a nutrição humana, para além do cardápio *macdonaldizado*

²⁹ Cf. VALÉRIO, 2009.

que procede das articulações patrocinadas por grandes conglomerados *agro-químico-alimentares* na tentativa de homogeneizar hábitos e práticas alimentares na escala do globo, resultando em graves anomalias nutricionais.

Da obesidade mórbida à anemia aguda, transparecem faces diferenciadas de um mesmo processo. A industrialização dos hábitos alimentares é acompanhada *pari passu* pela sua mercantilização, o que reforça o abismo entre os que comem e os que não, entre os famintos do *fast food* e seus notórios índices de carência vitamínica e nutricional e aqueles privados do mínimo necessário à sua manutenção biológica; famintos na gula ou famintos na fome, uma sociedade de famintos.

A afirmação de um sistema de abastecimento alimentar suficientemente competente para com o suprimento integral das necessidades nutricionais de uma dada população, passa pela construção de sistemas alimentares autônomos, soberanos, que assegurem a satisfação das necessidades na linha direta de decisão das populações, onde a *terra de trabalho* represente mais que um pedaço de terra, um *modo de vida* que reflete a inseparabilidade entre um campo vivo e um prato cheio.

Em texto anterior (VALÉRIO, 2009), ao discutirmos os efeitos do aumento das áreas plantadas com cana-de-açúcar para a produção de alimentos, demarcamos alguns limites relacionados a dimensão teórico-conceitual envolta na definição das principais características da produção de alimentos direcionada ao abastecimento dos locais próximos e de acordo com as práticas e hábitos tradicionais, projetada no conceito de Soberania Alimentar.

Em busca de respostas às questões originadas a partir dos limites colocados com a ausência de uma definição geográfica da Soberania Alimentar, propomo-nos aqui a este “desafio de gigante”. Longe de acreditar na possibilidade de definições prontas e acabadas ou mesmo em resolver a questão, buscamos tão somente demarcar limites e possibilidades para avançar nas respostas, de sorte que a dúvida e o questionamento compuseram eixo central no debate aqui proposto, possibilitando reunir elementos para propor uma abordagem geográfica da Soberania Alimentar, o que nos remete às principais categorias de análise da Geografia como instrumental privilegiado de estudo e reflexão.

2.1.1- O espaço da Soberania Alimentar

De acordo com a formulação de Santos, (2002) o espaço constitui um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados numa totalidade solidária e também contraditória, onde a história acontece por meio da interação entre tais sistemas, ou seja:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2002, p. 63).

Com o argumento de se tratar de uma necessidade epistemológica, o autor diferencia a paisagem e o espaço apontando que, enquanto a paisagem refere-se ao conjunto de formas expressas nas heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza, o espaço contempla tais formas acrescidas da vida que as anima. A configuração territorial, muitas vezes utilizada em substituição à paisagem, expressa o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área, sendo a paisagem uma porção da configuração territorial possível de abarcar com a visão. Assim,

No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas, mas só as formas mais recentes correspondem a determinações da sociedade atual. (SANTOS, 2002, p. 104). (grifos do autor).

Numa perspectiva geográfica de abordagem, a Soberania Alimentar se apresenta, por um lado, pela heterogeneidade da configuração territorial expressa na diversidade de elementos naturais e artificiais que compõe um dado território em relação à forma de uso que o caracteriza e, por outro, devido à existência de pontos e linhas³⁰ articuladas em forma de rede de modo a compor um sistema territorial capaz de abastecer a demanda interna por alimentos. Assim considerada a Soberania Alimentar, impõem-se questões de operacionalização escalar, exigindo reflexão e aprofundamento. No âmbito operacional, como definir a escala de constituição da Soberania Alimentar? Qual seria sua “morfologia”? E o método de abordagem?

³⁰ Referimo-nos aos *pontos* enquanto unidades produtivas de gestão familiar, por um lado, e unidades de distribuição e consumo próximas às áreas de produção, por outro; *linhas* (materiais e imateriais) representadas pelas estradas, rodovias, rios e demais acessos que caracterizam a fluidez física do território, além das relações econômicas, sociais e políticas capazes de articular o território e conferir-lhe unidade e soberania nas determinações sobre agricultura e alimentação.

Desse modo, propomos a abordagem geográfica da Soberania Alimentar como forma de identificar escalas e sistemas territoriais capazes de consolidar o abastecimento alimentar dos homens e mulheres que constituem um território soberano, considerado aqui como o conjunto de ações e relações que permitem o “predomínio do movimento centrípeto sobre o centrífugo numa parcela estabelecida do território” (HAESBAERT, 2004, p. 123).

Ao discutir o conceito de território e seus componentes formadores, Haesbaert (2004) recorre à obra de dois filósofos franceses³¹ para fazer a leitura do social desde o desejo e daí, a passagem do desejo ao político; o desejo como uma força ativa primária que requer um agenciamento, pois “o desejo vem sempre agenciado”. Nesse sentido, o desejo cria territórios, pois compreende uma série de agenciamentos que:

[...] são, assim, moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Todo agenciamento é territorial e duplamente articulado em torno de um conteúdo e uma expressão, reciprocamente pressupostos e sem hierarquia entre si. Um território, portanto, pode ser visto como o produto “agenciado” de um determinado movimento em que predominam os “campos de interioridade” sobre as “linhas de fuga” [...] (HAESBAERT, 2004, p. 143).

O território constitui, assim, um ato, uma ação, uma relação, um movimento de territorialização e desterritorialização, um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle. É como se tomássemos como exemplo a dinâmica territorial do trabalho, vista a partir da contradição capital x trabalho e os desafios para o exercício do controle social sobre toda a sociedade, e toda a ordem de conflitos e tensionamentos vigentes (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Neste ponto, o conceito de território expõe pressupostos para a efetivação da soberania alimentar. Para que haja a Soberania Alimentar, faz-se necessário a soberania territorial, ou seja, o controle endógeno do movimento de territorialização e desterritorialização responsável pela dinâmica territorial no espaço e no tempo, constituindo uma rede entre pontos dispersos num dado território, articulada por linhas (materiais e imateriais) que possibilitam tanto o abastecimento alimentar, como a ativação de tais pontos enquanto unidades produtivas de gestão familiar.

Curien (1988) define rede como toda infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação, inscrita num território caracterizado “pela

³¹ Cf. GUATTARI, 1986, p. 316 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 118.

topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”, pois, através das redes, “a aposta não é a ocupação de áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos” (SANTOS, 2002, p. 262).

A paisagem revela formas que permitem adentrar o visível e transcender as aparências, caracterizando uma específica distribuição de *formas-objetos*³², porta de entrada para identificar e qualificar os sujeitos que delimitam territórios e territorialidades, de modo a expor as estruturas que condicionam o funcionamento do espaço, sua dinâmica, seu conteúdo e significados sociais.

O território projeta o alcance das decisões soberanas numa dada parcela do espaço, possibilitando demarcar escalas de constituição de economias alimentares locais, territórios soberanos onde impera “a preservação das funções vitais da reprodução individual e societal”, em sintonia com o estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas (ANTUNES, 1999, p. 19-20).

Sob a égide da Soberania Alimentar, o território expressa a materialização das mediações de primeira ordem³³, aproximando o trabalhador dos meios de produção numa totalidade sócio territorial pensada para o homem, em oposição à lógica de subordinação estrutural do trabalho ao capital.

A apreensão da lógica de funcionamento expressa na dinâmica social materializada no espaço abre as portas para entendermos as vias de constituição dos elementos que compõem um sistema alimentar e o alcance de suas determinações (escalas), o que permite avaliar sua soberania ou sua dependência em relação ao mercado.

Com isso, por meio da operacionalização teórico-conceitual das principais categorias de análise da Geografia, esperamos poder avançar na leitura geográfica da Soberania Alimentar, de modo a descrever paisagens, delimitar territórios, identificar formas e funções que permitam apreender o espaço na dimensão das relações necessárias para a afirmação do abastecimento alimentar próximo às áreas de produção e em sintonia com a soberania dos territórios.

2.1.2- Soberania e Segurança Alimentar: uma distinção necessária

³² Cf. SANTOS, 2002, p. 103.

³³ Cf. ANTUNES, 1999, p. 19-20.

Originado no âmbito dos embates promovidos pela *Via Campesina* desde 1996, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos, o conceito de Soberania Alimentar³⁴ define o direito de todos os povos ou países para poderem decidir sobre suas próprias políticas de agricultura e alimentação, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento das áreas próximas e, assim, “garantir a produção de alimentos na linha direta da decisão dos povos, da classe trabalhadora sobre o que, como, quanto e em quais condições se produzir” (THOMAZ JUNIOR, 2008c, p. 08). Desse modo,

A Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital, portanto da opressão e das desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais, sendo que o direito de acesso à terra, à água, aos recursos públicos para produzir, às sementes e à biodiversidade seja garantido para aqueles que nela produzem os alimentos, social e culturalmente definidos pelos trabalhadores, ou seja, produtores e consumidores (THOMAZ JUNIOR, 2008c, p. 25).

Com base em documento preparado pelo *Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (IPC)* a pedido da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a agricultura (FAO), entendemos a Soberania Alimentar enquanto conjunto de políticas e ações necessárias para que a reforma agrária e o desenvolvimento rural possam verdadeiramente reduzir a pobreza e cumprir o direito à alimentação, à terra, à elaboração de políticas próprias de agricultura e alimentação em respeito aos territórios indígenas, pescadores tradicionais, etc. e o estabelecimento de prioridade para a produção alimentar voltada aos mercados locais e nacionais³⁵.

O século XXI nos põe frente a uma enorme variedade de novos desafios, alguns, encimados em contradições que remontam ao período colonial. Expressões como: “mundo rural em crise”, “crise no campo”, “crise de alimentos”, “aumento da fome no mundo”, expõem traços das atuais políticas de articulação neoliberal onde instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), impõem um conjunto de políticas macroeconômicas e setoriais que tem conspirado para eliminar a viabilidade econômica dos pequenos agricultores e camponeses. Tais políticas têm atuado no sentido de fomentar a liberalização do comércio e a

³⁴ Para mais detalhes, ver: Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural.

³⁵ Ibidem, p. 04.

consequente inundação dos mercados locais com alimentos importados abaixo do preço mínimo praticado, contra os quais os pequenos agricultores não podem competir, o que resulta no desmonte da produção agrícola direcionada a alimentar as pessoas próximas às áreas de produção³⁶.

No bojo da abrangência conceitual pretendida na definição da Soberania Alimentar, estaria ainda a prioridade da produção agrícola local, o acesso dos camponeses e daqueles agricultores sem terra aos recursos água, terra, sementes, crédito, acompanhamento técnico, a criação de mecanismos de proteção aos preços agrícolas oriundos da importação de alimentos, além do reconhecimento e valorização dos direitos e do papel das mulheres agricultoras no desempenho de funções primordiais na produção agrícola e na alimentação, de modo a “desenvolver economias alimentares locais baseadas na produção e processamento local [...]”³⁷. Assim pensada,

A soberania alimentar assegura o *direito de cada pessoa a uma alimentação localmente produzida* e nutritiva, a um preço justo, segura, saudável, culturalmente apropriada e, a uma vida com dignidade (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, p. 09). *Grifo nosso*

Para Thomaz Junior (2008c), faz-se necessária a distinção entre segurança alimentar e Soberania Alimentar, sendo que a primeira estaria relacionada “com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos”, enquanto a segunda implicaria na “defesa do direito dos povos e dos países em definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população” (p. 08), o que configura a Soberania Alimentar como um conceito abrangente que sintetiza uma complexa trama de relações na materialização de um espaço em consonância com a soberania dos territórios numa peculiar geografia produtiva, expressão geográfica da Soberania Alimentar.

Longe de trazer solução para os problemas relacionados à fome no mundo, o conceito de segurança alimentar tem alimentado, na verdade, a circulação de mercadorias na escala do globo. Convertida em mercadoria, a alimentação das pessoas perde o caráter de centralidade contido na produção de alimentos, em favor

³⁶ Ibidem, p. 05.

³⁷ Ibidem, p. 08.

da reprodução e ampliação permanente do mercado e do capital, pelo fato de sua realização estar condicionada à circulação das mercadorias.

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos ligados aos interesses da saúde pública (CASTRO, 1961, p. 14).

Travestido na panaceia da segurança alimentar à sombra da dita “Revolução verde”, consolida-se o desmonte deliberado das práticas camponesas de policultura em sintonia com a especialização produtiva como expressão de um progresso em que a circulação constrange outros objetivos “menos nobres” da produção agrícola, como o abastecimento alimentar local, de modo que o abastecimento interno de alimentos passa a depender de constantes importações, reafirmando o mercado como o *locus* privilegiado de mediação entre produtor e consumidor.

Segurança alimentar e Soberania Alimentar são, assim, reciprocamente excludentes. Enquanto a soberania traz a tona o sentido de domínio interno das determinações de agricultura e alimentação, a segurança reflete os interesses em alimentar a circulação das mercadorias em favor da reprodução ampliada do capital, o que se traduz na emergência de pelo menos dois paradigmas³⁸: o da “terra de negócio” e o da “terra de trabalho”³⁹; ou ainda: a terra enquanto sustentáculo de produção e reprodução de mais-valia ou como expressão de um modo de vida que implica na possibilidade da composição de um sistema territorial alimentar que integra cidade e campo numa perspectiva de interação e reciprocidade. Assim,

Em muitos casos, e até dos principais, os fatores positivos que favorecem a agropecuária brasileira como “negócio”, constituíram precisamente, como constituem ainda, as circunstâncias negativas responsáveis pelo baixo nível de vida de nossa população rural (PRADO JUNIOR, 1981, p. 24-25).

A Soberania Alimentar implica superação, ruptura e restabelecimento do poder dos homens e mulheres de produzir o próprio alimento, em sintonia com

³⁸ Cf. KHUN (2007, p. 30) indica que, alguns exemplos aceitos na prática científica proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica. Desse modo, “guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções” (Ibidem, p. 147).

³⁹ Do ponto de vista dos grandes proprietários de terra, a quem Prado Jr. denominara homens de negócio, a utilização da terra constitui um negócio como outro qualquer; de forma diferente, para a massa de trabalhadores camponeses, proprietários ou não, a terra e as atividades que nela se exercem constituem a única fonte de subsistência para eles acessível (PRADO JUNIOR, 1981, p. 22).

hábitos e práticas culturais originados a partir de uma rica trama de relações que particularizam cada lugar no decorrer do processo histórico, dando origem a práticas alimentares com estatuto territorial específico. Dessa forma, cristaliza-se no ideário popular uma série de associações entre produtos alimentares e culinárias, em relação a esta ou aquela região.

Na esteira da segurança alimentar, o único compromisso é com o mercado e a reprodução ampliada do capital, não deixando margem à manutenção de sistemas alimentares locais, minados com a liberalização e inundação dos mercados com alimentos importados abaixo do preço praticado, fato que inviabiliza a produção e coloca em risco uma diversidade de culturas alimentares locais, projetando um futuro sombrio no que se refere à Soberania Alimentar enquanto autonomia de cada povo para fazer da terra berço de uma sociedade emancipada e autônoma nas decisões sobre agricultura e alimentação.

Tal qual a soberania enquanto poder de decisão que emana independência, a Soberania Alimentar pressupõe a autonomia de cada povo para produzir de acordo com hábitos e práticas culturais de agricultura e alimentação, em sintonia com sistemas alimentares constituídos na diversidade de combinações resultantes da heterogeneidade do quadro natural em relação ao processo histórico-social que os caracterizam, de forma a permitir a manutenção/restauração do poder de produzir/consumir o próprio alimento, na linha direta da expressão cultural que caracteriza cada lugar, cada modo de vida, cada conjunto específico de sistemas de objetos e sistemas de ações⁴⁰ que se materializam na paisagem, configuram territórios e animam o espaço.

2.1.3- Identificar limites para avançar no debate

Conceito largamente utilizado nos últimos anos para tratar questões relativas à crise de alimentos e à fome no mundo, a Soberania Alimentar, definida segundo algumas das principais conceituações disponíveis, encontra limites quando pensada de forma operacional. Ou seja, considerada enquanto expressão de múltiplas relações no espaço torna-se imperiosa a demarcação de como se apresentaria a

⁴⁰ Cf. SANTOS, 2002.

Soberania Alimentar segundo as várias escalas (local, regional, nacional etc.), assim como em relação aos seus principais elementos constituintes na dimensão do território, ou seja, sua configuração territorial, questões que ficam em aberto e demandam reflexão e esforço teórico para fazer avançar o debate.

Interessados em compartilhar os fundamentos da Soberania Alimentar na construção de políticas alternativas de acesso à terra e combate à fome, diversos Fóruns, Conferências e Reuniões têm se dedicado ao assunto⁴¹, em especial aqueles vinculados à *Via campesina*. Vejamos algumas considerações:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. [...] Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para ENCAUZAR os sistemas alimentários, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais [...] (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY, 2007). Grifo nosso

Soberania alimentar é o direito reclamado pelos movimentos sociais rurais, a nível mundial, de todos os povos, “países” ou “uniões de estados” para poderem definir as suas próprias políticas de agricultura e alimentação, sem imposições de políticas por parte de agências multilaterais nem nenhuma venda abaixo dos preços de custo (dumping) nos seus mercados locais, por países terceiros (Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, 2006, p. 07). Grifo nosso

As várias definições acerca da Soberania Alimentar expressam características em comum quanto aos seus pressupostos, de tal forma que, *o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, o direito de cada pessoa a uma alimentação localmente produzida e nutritiva*, implica por em relevo os elementos que estruturam a Soberania Alimentar como um direito inalienável de todos os povos, comunidades ou países de produzir alimentos destinados ao abastecimento dos locais próximos, abrangendo produção, circulação e consumo numa perspectiva de totalidade territorial.

Para Santos, (2002) a totalidade compreende “o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, *em sua realidade*, isto é, em suas relações, e em seu

⁴¹ Cimeira Mundial da Alimentação, Roma/Itália, 1996; Fórum Mundial de Soberania Alimentar, Havana/Cuba, 2001; Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, Porto Alegre/Brasil, 2006; Fórum mundial de Soberania Alimentar, Selingue/Mali, 2007, entre outros.

movimento”⁴², assim, o seu conhecimento pressupõe análise e a análise pressupõe sua divisão, ficando subentendida a ideia de que a totalidade comporta um conjunto indissociável de totalidades, produto de “combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular”⁴³.

A Soberania Alimentar seria, nesse sentido, uma totalidade dinâmica que “se afirma modelando um subespaço do espaço global”⁴⁴, síntese de múltiplas relações expressas desde uma unidade familiar de produção, quando a maior parte dos alimentos consumidos tem origem interna à propriedade, passando pela comunidade, na medida em que os limites territoriais compreendem o abastecimento alimentar a partir de um conjunto de unidades de produção demarcadas numa dada porção do território, sem com isso abranger todo o município, até a escala do município propriamente dito, quando do predomínio do abastecimento interno em relação ao externo.

Neste exercício teórico de identificação escalar da Soberania Alimentar, temos, num primeiro momento, aquilo que denominaremos escala primária de constituição, definida a partir do predomínio do movimento centrípeto em relação ao centrífugo numa determinada configuração territorial, expressa por meio da capacidade de articulação e coesão entre, por um lado, produtores familiares ligados à produção alimentar e, por outro, centros de consumo próximos às áreas de produção, na proporção do potencial de transmissão de matéria e energia das redes (materiais e imateriais) existentes.

A abordagem escalar da capacidade de abastecimento interno de uma dada população na escala imediatamente posterior àquela do município, impõe quantificar e qualificar o número de pontos potencialmente habilitados na produção de alimentos no bojo da policultura, assim como a força de ligação entre pontos e entre pontos e linhas, de modo a avaliar o alcance das determinações soberanas no que se refere às decisões sobre agricultura e alimentação.

Considerada a partir do exposto, a escala de abordagem da Soberania Alimentar pode ser definida de acordo com o alcance de tais determinações soberanas até o limite da capacidade de articulação entre pontos e entre pontos e linhas, definindo a territorialidade da soberania: local, zonal, regional, nacional, etc., o que configura a Soberania Alimentar como fato geográfico expresso numa

⁴² Cf. SANTOS, 2002, p. 116. *Grifo nosso*

⁴³ Ibidem, p. 125.

⁴⁴ Cf. SILVEIRA, 1993, p. 204-205 *apud* SANTOS, 2002, p. 125.

complexa trama de relações sócio territoriais, possíveis de serem apreendidas por meio da operacionalização teórico-conceitual das principais categorias de análise da Geografia.

Por meio da abordagem geográfica da Soberania Alimentar é possível mapear os usos do território de modo a analisar a diferenciação das paisagens na dimensão da produção de alimentos, revelando sujeitos, domínios, escalas, práticas alimentares, enfim, o conjunto indissociável que caracteriza e delimita aquilo que compõe os mais variados hábitos alimentares, soberanos ou não.

A operacionalização das principais categorias de análise da Geografia na abordagem da Soberania Alimentar possibilita apreender alcances e delimitar escalas da complexa trama de relações que compõe um circuito produtivo agroalimentar em sintonia com a afirmação da capacidade interna de abastecimento alimentar numa dada configuração sócio territorial.

Pensada sob um ponto de vista geográfico, a Soberania Alimentar expressa o conjunto de relações envoltas na definição do alcance das forças de ligação resultantes da simbiose entre cidade e campo que configura e delimita a territorialidade da capacidade de abastecimento interno numa porção do espaço, o que permite identificar atores e setores envoltos no processo de consolidação de um sistema territorial em que predomina o abastecimento alimentar interno, local, próximo às áreas de produção.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem geográfica compõe um recurso de análise multidimensional, atributo que, diante da complexidade da trama de relações que se combinam na constituição de um sistema alimentar local soberano, afirma a propriedade da utilização do método geográfico na interpretação do fenômeno da alimentação humana que, a depender da combinação que decorre do processo histórico das mais variadas populações em relação à heterogeneidade do quadro natural no qual se desenvolvem, resulta em fome, dependência ou soberania.

Em tempos de crise no campo e da iminência de escassez no abastecimento alimentar, resultado da ausência (negligencial ou proposital) de políticas de fortalecimento das pequenas propriedades de gestão familiar, articulada aos imperativos nocivos da reestruturação produtiva na escala do globo, a Soberania Alimentar impõe-se como síntese contraditória de um movimento que privilegia a reprodução ampliada do capital em detrimento da vida. Gestada nos limites

contraditórios da incontabilidade do capital e sua ânsia em transformar tudo em mercadoria, a Soberania Alimentar constitui superação, colocando o homem no centro das prioridades.

2.2- Por *detrás* do prato: *atores e setores* entre a terra e o alimento

A necessidade da alimentação constitui uma das mais importantes buscas do ser humano desde remotos períodos, instinto primário⁴⁵ que encontra no intercâmbio com a natureza a *possibilidade* de aquisição dos nutrientes indispensáveis ao pleno desenvolvimento biológico do indivíduo. Pelo fato de se alimentar tanto de seres fotossintetizantes (plantas) como de outros animais, o homem faz parte dos *onívoros* (do latim *omnis*, tudo), o que implica, no plano espacial, na busca pelo domínio de parcelas do território, com fins à domesticação de animais e plantas para a obtenção daqueles elementos indispensáveis à sua manutenção e desenvolvimento biológico (carboidratos, lipídios, proteínas, sais minerais, vitaminas e água). Com isso,

A alimentação humana é submetida a duas séries de condicionantes mais ou menos flexíveis. As primeiras são referentes ao estatuto de onívoro e impostas aos "comedores" por mecanismos bioquímicos subjacentes à nutrição e às capacidades do sistema digestivo, deixando um espaço de liberdade largamente utilizado pelo cultural e contribuindo, assim, para a socialização dos corpos e para a construção das organizações sociais. Já as segundas são representadas pelas condicionantes ecológicas do biótopo no qual está instalado o grupo de indivíduos; essas condicionantes também oferecem uma zona de liberdade na gestão da dependência do meio natural (POULAIN, 2003, p. 04).

Flannery (1973) verifica que a revolução neolítica ocorrida há aproximadamente dez mil anos marca a transição do nomadismo para o sedentarismo, momento em que a domesticação de espécies animais e vegetais em vários locais, simultaneamente, permitiu a passagem de uma *economia coletora* para uma *economia produtiva*, baseada na exploração da terra, o que teria gerado mudanças na maneira como o homem adquiria os alimentos necessários à sua dieta, passando, gradativamente, do extrativismo para a agricultura, processo hoje denominado *Revolução Agrícola* (BORÉM, 1999, p. 69).

⁴⁵ Cf. CASTRO, 1961.

De acordo com o autor, o homem teria domesticado, em toda sua existência, em torno de cem a duzentas espécies entre os milhares de vegetais disponíveis, sendo que, dentre estas, menos de quinze supririam a maior parte da dieta humana na atualidade, podendo ser agrupadas em quatro classes: (a) *Cereais*: arroz, trigo, milho, sorgo e cevada; (b) *Raízes e caules*: beterraba, cana-de-açúcar, batata, mandioca e inhame; (c) *Legumes*: feijão, soja e amendoim; e (d) *Frutas*: citros e banana⁴⁶.

A emergência da agricultura teria resultado em importantes consequências na relação do homem com o território, segundo estimativas,

[...] na pré-história seriam necessários 250 ha de terra para alimentar um homem por ano. Atualmente essa relação é de 1 ha por pessoa por ano. A agricultura também modificou a estratificação social, formando a classe dos proprietários de terra. Finalmente, aumentou o impacto do homem sobre a natureza, pela substituição dos ecossistemas naturais pela produção agrícola (BORÉM, 1999, p. 69).

Conforme afirma Harlan (1992), a atividade agrícola “tem sido inseparável da evolução e da atividade humana”⁴⁷. Dessa forma, no bojo do capitalismo avançado a agricultura ganha novos contornos e significados, encimados na missão do capital em permitir com isso a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, possibilitando assim que os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem ser direcionados ao consumo de *bens não alimentares*, sobretudo bens duráveis. Esta teria constituído uma das mudanças mais importantes no capitalismo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, transformando de forma significativa a cesta de consumo das massas trabalhadoras para, assim, “auxiliar no processo geral de moldagem de *um novo modelo de consumo* e, por aí, de *acumulação*”⁴⁸, no qual

[...] o próprio produto agrícola sofreu transformações que o integraram nesta nova norma social de consumo. Ele foi *padronizado, massificado* e pode assim participar da verdadeira revolução que atingiu os padrões sociais de consumo alimentar, com base num aumento na ingestão de produtos de origem animal e de *gêneros que passavam cada vez mais por processamento industrial* (ABRAMOVAY, 1998, p. 232). (Grifo nosso)

Ao discutir as particularidades da agricultura no capitalismo avançado, o autor chama a atenção para o fato de que, por maior que seja o desenvolvimento técnico e as inovações surgidas, sobretudo depois da Segunda Guerra no plano genético e

⁴⁶ Cf. BORÉM, 1999, p. 69.

⁴⁷ Cf. BORÉM, 1999, loc. cit.

⁴⁸ Cf. ABRAMOVAY, 1998, p. 227-228. (grifo nosso)

químico, “o fato é que a agricultura conserva-se uma atividade fundamentalmente tributária da natureza e dependente dos elementos biológicos sobre cujo ritmo e sequência o controle humano é limitado”⁴⁹.

Para Smith (1984, p. 08), “a natureza da agricultura não admite tantas subdivisões de trabalho nem uma tão acentuada divisão entre os diferentes ramos da produção como a que se verifica na indústria”, fato que impossibilitaria a completa separação dos diferentes ramos de trabalho usados na agricultura, frustrando assim o desejo capitalista de organizar a agricultura aos moldes do constante aprofundamento na divisão do trabalho verificada no setor industrial, dessa forma:

Submetida a forças naturais e ao fato de lidar com elementos vivos, a agricultura enfrenta obstáculos insuperáveis no processo de divisão do trabalho: é impossível, [...] colher e plantar ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Por mais que se reduza o tempo de germinação de uma cultura ou de gestação de um animal, o ritmo natural continua a decidir a ordem das operações produtivas. Neste sentido a Revolução Industrial na agricultura consiste em mudanças essenciais nos *instrumentos de trabalho*, mas não na sequência em que são usados. As operações agrícolas encontram-se tão separadas antes da introdução das máquinas quanto depois (ABRAMOVAY, 1998, p. 236). (Grifo do autor)

A incompatibilidade entre o *tempo da natureza* e as demandas do modo capitalista de produção, legou à produção familiar um papel de fundamental importância no processo de consolidação do regime fordista. O exemplo da divisão do trabalho no interior da fábrica de alfinetes da *Riqueza das Nações* permite inferir quanto às especificidades sociais e econômicas da agricultura no capitalismo contemporâneo, pois, “é pela mudança na *ordem temporal* das atividades que o trabalho, as ferramentas e as máquinas especializadas revolucionam o processo produtivo”⁵⁰.

Ao discutir a experiência do tempo e do espaço na sociedade moderna, Harvey (2007) assevera que as compreensões de espaço e tempo “são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social”, de maneira que “cada modo distinto de produção ou formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço”. Com isso, faz surgir o “tempo da família”, referindo-se ao tempo destinado à criação dos filhos e à transferência de conhecimento e de bens entre

⁴⁹ Ibidem, p. 235.

⁵⁰ Ibidem, p. 236. (grifo do autor)

gerações por meio de redes de parentesco, ou ainda o “tempo industrial”, responsável pela alocação e realocação do “trabalho para tarefas, segundo vigorosos ritmos de mudança tecnológica e locacional forjados pela busca incessante de acumulação do capital”, o que pressupõe “que reconheçamos a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o *papel das práticas humanas em sua construção*”⁵¹.

Com base na formulação acima, aventamos a possibilidade de pensar o *tempo biológico* enquanto representação social do tempo necessário ao cumprimento das etapas de maturação daqueles organismos vivos manipulados pelo homem em seu benefício, assim como o *tempo da natureza* ou mesmo o *tempo do capital*, representações sociais referentes ao tempo para além do “poder regulador dos símbolos sociais” (ELIAS, 1998, p. 21) e ao tempo do ponto de vista da reprodução do capital via extração da mais-valia social, respectivamente.

O *tempo do capital* “permite” que *outras lógicas* assumam funções inicialmente desinteressantes ao modo de produção dominante para, depois, subordiná-las via mecanismos de expropriação quando da comercialização do seu produto. Oliveira (1986, p. 67) discute a existência do campesinato na agricultura capitalista a partir do desenvolvimento contraditório do capital onde, “além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua produção”, devido ao fato de que:

[...] os camponeses conseguem produzir mercadorias abaixo dos preços praticados no mercado (abaixo da taxa média de lucro), e o sistema de subordinação ao circuito mercantil, amparado na sujeição da renda da terra a capital, faz com que a produção camponesa transfira renda ao capital mercantil, financeiro, agroalimentar e ao Estado (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 197).

Em relação ao processo de trabalho agrícola, a divisão e simultaneidade das operações encontram limites, impostos pelo fato de que “o produto vivo não se deixa subdividir como o alfinete”, pois:

Não é a colheitadeira que produz o trigo nem a ordenhadeira mecânica que fabrica o leite. E é exatamente neste sentido então que, *por definição, o trabalho agrícola não é industrial*. [...] é que a agricultura, opondo-se ao aprofundamento da divisão do trabalho, bloqueia os elementos que levam à formação do trabalhador coletivo de Marx [...] Na esmagadora maioria dos casos, o progresso técnico

⁵¹ Cf. HARVEY, 2007, p. 188-189. (grifo nosso)

na agricultura não resulta de sua subdivisão. As etapas produtivas e sua sucessão na produção de cana-de-açúcar não se alteraram fundamentalmente do século XVII para cá. [...] É a natureza e não o processo mecânico que escraviza o trabalhador a seu ritmo (ABRAMOVAY, 1998, p. 237-238). (Grifo do autor)

Com isso, setores inteiros, como é o caso da produção de alimentos, permanecem como atividade fundamentalmente familiar, conforme demonstra Oliveira (2003), em contraponto à distorcida unanimidade imposta pelos meios de comunicação quanto aos papéis desempenhados pela pequena propriedade e pelo dito agronegócio “moderno” na constituição das bases econômico-sociais do país, indicando, por meio de uma exaustiva apresentação de dados do censo agropecuário do IBGE, a superioridade das pequenas unidades de produção em geração de empregos, volume de produção e renda.

Instalada na natureza, a agricultura “produz segundo a *Physis*, conduzindo-a mais que a obrigando”⁵². Assim,

Se o movimento da *Physis* vai do germe à flor e ao fruto, e assim recomeçando o ciclo, o espaço e o tempo camponeses não rompem esse ciclo; eles se inserem nele; dependem intimamente de suas particularidades: composição do solo, flora e fauna espontâneas, equilíbrios biológicos, microclimas etc. A indústria, por sua vez, captura a natureza e não a respeita; dispende suas energias; ela a desventra para apoderar-se de seus recursos em energia e em matéria; a devasta para “pro-duzir” coisas (intercambiáveis, vendáveis) que não são da natureza nem estão nela (LEFEBVRE, 2004, p. 110).

A discussão acerca dos significados do alimento e da alimentação na atual sociedade globalizada impõe analisar as distintas temporalidades que compõem cada alimento no seu percurso da terra ao prato, o que implica considerar a espacialidade do alimento, ou seja, o alimento entendido a partir do espaço/tempo responsável pela articulação entre os sujeitos entendidos desde a semente lançada na terra até o alimento que sacia.

⁵² Cf. LEFEBVRE, 2004, p. 110. (grifo nosso)

3- O campesinato no espaço rural de Flórida Paulista

Situado na microrregião da *Nova Alta Paulista*, o município em questão possui uma população de 12.849 pessoas, das quais 10.138 moram na área urbana e 2711⁵³ na área rural⁵⁴. Imerso no processo de homogeneização da paisagem que resulta do aumento acentuado das áreas com fins à produção da monocultura canavieira, o campesinato local resiste na terra, lutando para continuar a existir frente às dificuldades que advêm da ausência histórica de políticas de apoio aos pequenos produtores, espalhados em 432 *casas habitadas* distribuídas em 317 Unidades de Produção Agrícola, uma diminuição de 42,63% no total de *casas habitadas*, quando comparado ao ano de 1996 (Tabela 01).

Tabela 01. Casas de moradia *habitadas* na zona rural do município de Flórida Paulista. (1995/96 e 2007/2008).

ANO	1995/96	2007/2008
U. P. A. (propriedades)	490	317
Total de casas <i>habitadas</i>	753	432

Fonte: LUPA (1995/96 e 2007/2008).
Org.: VALÉRIO, 2011.

Por meio da análise dos dados relativos ao número de *casas existentes* (Tabela 02) verificamos que, até o ano de 1996, das 828 Unidades de Produção Agrícola existentes no espaço rural de Flórida Paulista, 601 possuíam no mínimo uma casa, perfazendo 1.159 no total. Os dados relativos ao ano de 2008 projetam uma diminuição de 15,31% no número de propriedades com casas em relação ao ano de 1996, diminuição ainda mais acentuada quando consideramos o número total de casas, que tem uma diminuição em torno de 23,9%⁵⁵.

A diferença entre o total de *casas existentes* na zona rural e o número de *casas habitadas* é outro elemento que permite inferir quanto aos significados

⁵³ A população rural apresentada pelo IBGE para o ano de 2010 computa a população carcerária da unidade prisional instalada no ano de 2002 na zona rural do município, o que acrescenta em torno de 1300 homens à população residente na zona rural de Flórida Paulista.

⁵⁴ Cf. IBGE/CIDADES, 2010.

⁵⁵ Cf. LUPA, 1995/96 e 2007/2008.

diferenciados do espaço rural precedente, produto da pujança econômica que marcou os períodos áuricos da agricultura cafeeira paulista, quando a política e a economia confluíam para a manutenção da maior parte da população na zona rural, em benefício da oligarquia agrária que ditava as “regras do jogo”.

Tabela 02. Total de casas de moradia na zona rural do município de Flórida Paulista/SP (1995/96 e 2007/2008).

ANO	1995/96	2007/2008
U. P. A. (propriedades)	601	509
Total de casas	1.159	882

Fonte: LUPA (1995/96 e 2007/2008).
Org.: VALÉRIO, 2011.

A população rural do município é composta principalmente por antigos moradores, remanescentes do período “de ouro” do café, quando o município chegou a registrar uma população total quase 35% maior que a atual⁵⁶, a maioria na zona rural, conforme nos indicou “seu” Alécio, filho do fundador do Bairro do Alécio, local onde a densidade habitacional justificava a presença de uma igreja e uma escola de primeiro grau (Fotos 01 e 02), hoje às ruínas devido ao esvaziamento do conteúdo social que às conferiam sentidos e significados, conforme ilustra o depoimento abaixo:

[...] tinha trinta mil habitantes Flórida, tinha mais de trinta mil, na cidade não tinha ninguém, na cidade acho que não tinha duas mil pessoas. É pra “ocê” vê, aqui “é” vinte alqueires, tinha cinco famílias aqui. “Família”, “vamo” dizer, finado meu pai era nove “filho”, meu tio Pedro era nove, meu tio Zé era cinco, tinha outro do outro lado que era empregado tinha sete. Aqui esse sítio do vizinho, tinha sete famílias, vinte e cinco alqueires, *tudo café, era só café* [...] (José Roberto Alécio, Trabalho de Campo, 2010).

Excetuando o exagero dos números apontados de maneira informal nos depoimentos dos agricultores, que traduz mais a maneira como sentiam a vivacidade da paisagem rural do passado, ao analisar os dados oficiais referentes à população do município entre os anos de 1970 e 2010, verifica-se uma similaridade no padrão de distribuição da população em relação ao que relata o agricultor acima,

⁵⁶ Cf. SIDRA, 1970.

ou seja, uma mudança radical na localização da densidade populacional, marcada pelo aumento da população urbana em detrimento da população rural, sobretudo em virtude do declínio da cultura cafeeira a partir de meados do final da década de setenta e início da década de oitenta, principal cultura praticada pela maioria dos agricultores quando do início das atividades no município e cuja decadência marca a ruptura do padrão demográfico, do rural para o urbano.



Foto 01: Escola desativada no *Bairro do Alécio* em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.



Foto 02: Igreja desativada no *Bairro do Alécio* em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2010.

Historicamente em posição de maior produtor e exportador mundial de café, no período compreendido entre 1900 a 1991 “a tendência mais relevante é a contínua erosão da sua participação: responsável por quase 80% das exportações mundiais no início do século, responde atualmente por cerca de 25% do total”⁵⁷. A partir da crise resultante da desregulamentação do setor cafeeiro,

[...] ocorreu uma seleção entre os cafeicultores brasileiros, uma vez que inexistiram políticas internas para sustentação do setor. A reestruturação permitiu que cafeiculturas empresariais com alta produtividade permanecessem no setor, *eliminando primordialmente as cafeiculturas familiares de pequena escala e regiões decadentes* (COUTINHO, 1993, p. 04). *Grifo nosso*

O golpe de misericórdia na cultura cafeeira praticada em Flórida Paulista ocorre a partir do início da década de 1990, ano seguinte ao início das atividades da *Usina Floralco* no município, inaugurada no ano de 1989, quando a formação do território canavieiro para a ativação do processamento industrial passa a competir território com todas as *demais culturas*, redundando na diminuição da área de produção da maioria das culturas anteriormente praticadas, como ilustra o exemplo do café (Gráfico 01).

Gráfico 01. Evolução da área plantada com café no município de Flórida Paulista/SP de 1990 a 2009 (ha).



Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: VALÉRIO, 2011.

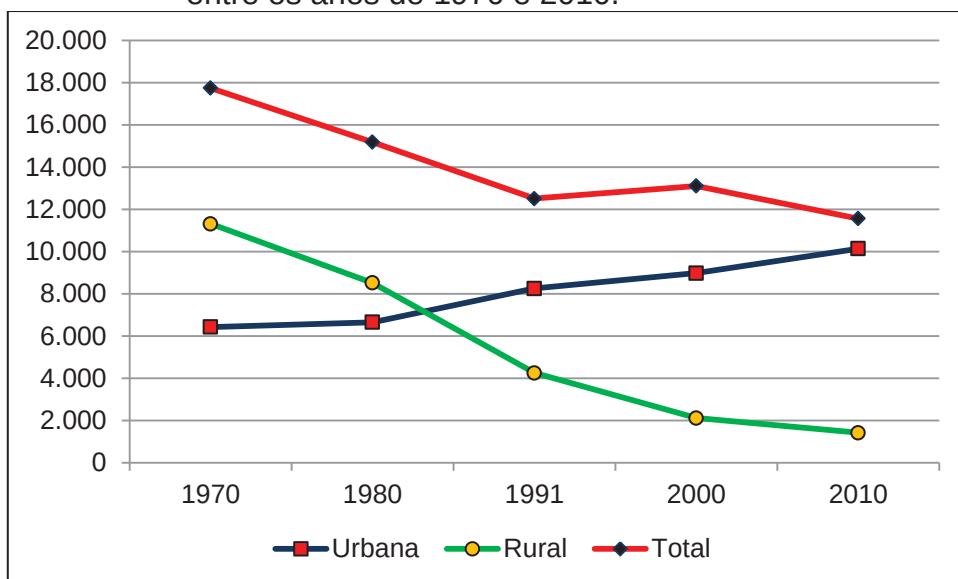
⁵⁷ Cf. COUTINHO, 1993, p. 01.

Ao discorrer sobre as mudanças decorrentes do arrendamento da propriedade em que moram para o plantio de cana-de-açúcar, a senhora Amara Maria de Oliveira, agricultora do município de Flórida Paulista, nos chamou a atenção quanto aos significados da transformação da paisagem anteriormente predominante para a satisfação das necessidades de alimentação da família:

(antes da cana) Era bem “mais mió” “pra” pessoa “sobrevivê”, porque além da pessoa trabalhar a pessoa tinha o sobrevivente, que era o pão de cada dia, hoje em dia o pão de cada dia é de quem trabalha na cana, quem não trabalha, não tem como ganhar. [...] Então eu acho que a cana, tudo no mundo tem que ter, “ah”, como é que fala? O tanto certo, um limite. Eu acho que a agricultura não era pra ter acabado. [...] Então, quando tinha o café, a gente tinha o café, a gente tinha o feijão, a gente tinha o milho. Hoje não, a gente planta o milho, mas é “pouquinho”, só pro gasto. [...] Então, eu acho que a cana está tomando conta do mundo! E a fome vai entrar.

O movimento de saída do homem do rural para o urbano no período de 1970 a 2010 dá forma ao esvaziamento do campo que deixa o caminho livre à expansão do agronegócio canavieiro e à diminuição das áreas destinadas aos cultivos alimentares, praticados predominantemente nas pequenas propriedades camponesas (Gráfico 02)⁵⁸.

Gráfico 02. População urbana, rural e total de Flórida Paulista entre os anos de 1970 e 2010.



Fonte: SIDRA/IBGE, S.A.P./SP. Org.: VALÉRIO, 2010.

⁵⁸ Para a composição da população rural no ano de 2010 subtraímos um total de 1289 pessoas, correspondente à população carcerária do presídio de Flórida Paulista em novembro de 2010, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo (SAP/SP).

Por meio da observação dos dados referentes à *população total* é possível notar a diminuição da população de Flórida Paulista nos últimos quarenta anos, que teve uma redução de aproximadamente 35% (34,84%), de 17.741 moradores na década de setenta para os atuais 11.560, já descontada a população carcerária referente ao presídio local. Tendo em vista o período de 1970 a 2010, a população rural tem uma diminuição de 87,43%, redundando na perda de quase dez mil pessoas (9888). No mesmo período, o acréscimo na população urbana é de 57,64%, ou 3707 pessoas, o que permite deduzir que a população saída do campo teve como destino, além da área urbana de Flórida Paulista, outros municípios, em sintonia com a grande mobilidade espacial que caracteriza o campesinato brasileiro, mobilidade esta que reflete as experiências vivenciadas pelos sujeitos das migrações, pondo em destaque “o quanto eles estão ainda na busca do seu espaço próprio e definitivo” (WANDERLEY, 1996, p.13).

O movimento social que redundando na expulsão de todos os elementos contrários às diretrizes do modo capitalista de produção na agricultura, pode ser notado também pela diminuição do número de proprietários residentes na propriedade (Tabela 03), em torno de 21,9%, o que reforça movimento de reformatação do espaço em detrimento da agricultura de gestão familiar, constituindo porta de entrada para a expansão agroindustrial canavieira.

Tabela 03. Número de proprietários residentes na U.P.A. nos anos de 1995/96 e 2007/2008.

1995/96	2007/2008
192	150

Fonte: LUPA (1995/96 e 2007/2008).

Org.: VALÉRIO, 2011.

Em sintonia com os enunciados da migração campo-cidade, os dados referentes ao número de familiares do proprietário que trabalham na propriedade (Tabela 04) permitem notar que, mesmo tendo aumentado o número de propriedades em que familiares do proprietário trabalham nas mesmas, o total de pessoas que exercem alguma atividade na propriedade familiar teve uma redução de 12,36%, reafirmando a tendência de retirada do elemento humano no espaço rural em questão.

Tabela 04. Familiares do proprietário que trabalham na U.P.A. no município de Flórida Paulista/SP.

ANO	1995/96	2007/2008
U. P. A. (propriedades)	787	788
TOTAL (pessoas)	1.319	1.156

Fonte: LUPA (1995/96 e 2007/2008).
Org.: VALÉRIO, 2011.

A análise da estrutura fundiária do município projeta uma característica que marca a história do Brasil desde os remotos períodos coloniais, a alta concentração da propriedade da terra. De acordo com os dados disponibilizados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo por meio do Projeto LUPA, no ano de 1996, das 828 Unidades de Produção Agrícola existentes na zona rural de Flórida Paulista, 783 enquadravam-se como pequenas (até 200 ha), ocupando uma área de aproximadamente 55% do total. As propriedades enquadradas como grandes (acima de 200 ha) eram pouco mais de cinco por cento (5,43%), ocupando uma área aproximada de 45% do total agrícola (Tabela 05).

Tabela 05. *Pequenas e Grandes*⁵⁹ Unidades de Produção Agrícola em relação à área ocupada nos anos de 1995/96 e 2007/2008 no município de Flórida Paulista/SP.

	1995/96				2007/2008			
	U. P. A	%	ÁREA (ha)	(%)	U. P. A	%	ÁREA (ha)	(%)
PEQUENA (até 200 ha)	783	94,6	27.463,3	55	766	93,8	25.935,6	49,4
GRANDE (mais de 200 ha)	45	5,4	22.456,9	45	51	6,2	26.566,5	50,6
TOTAL	828	100	49.920,2	100	817	100	52.502,1	100

Fonte: LUPA (1995/96 e 2007/2008).
Org.: VALÉRIO, 2011.

⁵⁹ Nossa opção pela divisão em *pequenas e grandes* propriedades compõe um recurso metodológico com o objetivo de evidenciar os extremos da propriedade da terra no município.

Os números referentes ao ano de 2008 não deixam dúvida quanto à intensificação da concentração da propriedade da terra no município. Se em 1996 mesmo com a alta concentração fundiária a maior parte da terra estava em posse dos *pequenos proprietários*, no ano de 2008 ocorre uma inversão, onde em torno de *seis por cento* (6,24%) dos *grandes proprietários* passam a dominar mais da metade do território rural em questão (50,6%).

Os dados apresentados confluem para uma reestruturação em que o espaço rural passa a exercer *novas* funções, compor *novas* paisagens, demarcar *novos* territórios, sintonizados às demandas da reestruturação produtiva do capital na escala do globo, o que altera constantemente o patamar tecnológico, os procedimentos técnicos e a quantidade de trabalho vivo em relação ao trabalho morto, com reflexos na substituição do homem pela máquina, deixando àqueles que persistem na atividade agrícola de produção familiar um cenário que faz lembrar a aridez da paisagem que acompanhou o processo de cercamento das terras comunais descrito por (MORUS, 2001) onde,

[...] a todos os pontos do reino, onde se recolhe a lã mais fina e mais preciosa, (a cana mais doce) acorrem, em disputa do terreno, os nobres, os ricos e até santos abades. [...] Eles subtraem vastos tratos de terra à agricultura e os convertem em pastagens (canaviais); abatem as casas, as aldeias [...] Transformam em desertos os lugares mais povoados e mais cultivados. [...] enquanto que honestos cultivadores são expulsos de suas casas, uns pela fraude, outros pela violência, os mais felizes por uma série de vexações de questiúnculas que os forçam a vender suas propriedades. [...] Os infelizes abandonam, chorando, o teto que os viu nascer, o solo que os alimentou, e não encontram abrigo onde refugiar-se (p. 15).

Ao considerar a citação de (MORUS, 2001) não estamos com isso advogando em favor de uma leitura anacrônica ou mesmo da transposição da leitura de um contexto sócio-espacial para outro. O que indicamos refere-se apenas às similaridades do processo ocorrido na Inglaterra do século XVI e no Brasil do século XXI, em que o território de disputas promove a expulsão do homem do campo, a retirada de casas e todas as estruturas estranhas aos intentos da agricultura “moderna” para dar lugar às gigantescas plantações com monocultura canvieira. Antes, as ovelhas e a lã; hoje, os canaviais e o álcool combustível. Mudam as paisagens, permanecem as disputas pelo controle das parcelas do território.

Indagado acerca das implicações do avanço da cana para as atividades praticadas na propriedade, o agricultor Ademir Vargas fez menção a uma

oportunidade em que a aplicação de veneno no canavial redundou na contaminação da maior parte das culturas praticadas, o que levou a perda de toda a produção:

[...] foi um dia “de” eles passaram de trator, aí teve, teve “perca” total aqui, aí teve que fazer ocorrência, teve que, aí trouxe o agrônomo ali da Casa da Lavoura, lá o, o Cléber, aí eles vieram fazer a avaliação, tudo, apesar que a usina não queria arcar com a despesa, disse que não era “né”, aí veio o pessoal do veneno lá de São Paulo, veio outro, trouxeram não sei quem mais, mais pelo menos metade a gente conseguiu, a gente conseguiu ainda [...]

A proximidade para com o território canavieiro marca o “cercamento” a que estão submetidas às pequenas propriedades no espaço em questão, reféns do desmesurado e predatório pacote de defensivos agrícolas inerentes aos “tratos” da monocultura canavieira, algoz da produção camponesa na cada vez mais intensificada disputa por território que, à luz da reestruturação produtiva do espaço rural pelo capital agroindustrial canavieiro, redundando na exclusão do primeiro em benefício do segundo, conforme ilustra a imagem abaixo (Foto 03), obtida a partir da propriedade do citado agricultor:



Foto 03: Território camponês (abaixo) e território do agronegócio (acima) em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.

Nesse cenário de disputas um leitor desavisado seria facilmente conduzido à conclusão de que não resta mais caminho ao campesinato que não seja a filiação à cartilha de tecnificação do agronegócio empresarial e aos pressupostos da produção

para o mercado, sem o que, estariam fadados ao desaparecimento, aos moldes do que defende ABRAMOVAY (1998) quando advoga pela extinção da figura do camponês em nome da sua transformação em “agricultor familiar”, sujeito plantado a partir da metamorfose advinda da incorporação de “modernas” técnicas que vinculam a produção no campo às diretrizes do mercado capitalista.

Amparado em clássicos da teoria marxista, entende a metamorfose do camponês em agricultor familiar a partir da diferenciação interna gerada com a crescente introdução de novas técnicas por meio da integração dos camponeses ao mercado capitalista de produção, de modo que:

[...] o ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1998, p. 131).

Ao considerarmos a realidade encontrada no espaço rural do município em questão, marcada pela monotonia da paisagem homogeneizada pela monocultura canavieira, que estende seus “mares verdes” até o limite da imposição do relevo, ocupando quase a metade de toda a área rural do município, deparamo-nos ainda com uma paisagem que destoa da uniformidade imposta pelo agronegócio canavieiro, fazendo surgir “ilhas” camponesas em meio ao “mar de cana”.

Por mais que as previsões acerca do fim do campesinato insistam em enterrá-lo sob a lápide do agronegócio, ao percorrer a zona rural do município constatamos, para além da multiterritorialidade da cana-de-açúcar, que projeta seus efeitos na paisagem, nos sons, nos odores, na fauna e na flora de todo o território, a heterogeneidade da diversificação que marca a produção camponesa que, ao burlar a lógica do agronegócio, abre flancos de resistência onde a terra, mais que um “pedaço de chão”, constitui o sustentáculo principal de um modo de vida onde a produção de alimentos compõe estratégia de sobrevivência e autonomia em relação à necessidade de dinheiro, conforme nos indica o depoimento do agricultor abaixo:

[...] a gente fica pensando, será que, se eu for embora, eu vou “sobrevivê” lá? Porque feijão “pro” gasto [...] eu “pranto” “pro” gasto, eu não compro, “né”. Café, tem café, eu não compro, eu seguro café, e, benefício ele “aí” numa maquininha “aí”, torro e “tomo” o café, “né”, e, se eu for “pra” lá (para a cidade) *tem que comprar tudo*, então tive que fazer essas contar “né”? Será que eu sobrevivo lá? [...] então, eu falo assim, “né”, eu, eu não fico quieto, eu sempre “to” “prantando”, eu “pranto” tomate, agriculto café, eu “pranto” melancia, eu “pranto”, de tudo, abobrinha, “né”? “Aí”, pé de tomate ali mesmo, ele nasceu lá

dentro da horta junto com o alface, eu “ranquei” e “prantei” ali [...] Aqui “ó”, aqui é, é pimenta doce, até “cheguei” esse “cisquinho” “aí” “pra” conservar mais umidade, “tava” rastelando aqui hoje, e ajeitei [...] ⁶⁰.

A diversificação é outra característica que marca a produção camponesa (Fotos 04 e 05), onde o território é aproveitado no limite das possibilidades edafoclimáticas, de modo que a cada estação do ano novas culturas são introduzidas em substituição às anteriores, o que redundava numa dinâmica permanentemente heterogênea, fazendo da paisagem um emaranhado de formas que se completam na consolidação da Soberania Alimentar compreendida nos limites da propriedade familiar, ou seja, a Soberania Alimentar local:



Foto 04: Consórcio café-feijão em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.

No território camponês, a relação homem-meio perfaz uma combinação que resulta no espaço da Soberania Alimentar, bastião da produção e reprodução de um modo de vida em que o respeito e a esperança pela terra compõem a ética daquele que tem a certeza de que do cuidado de hoje depende o fruto de amanhã; a terra, mais que meio de produção, representa a possibilidade concreta de continuar a acreditar num futuro melhor, como nos indica o referido agricultor: “O homem da

⁶⁰ Antônio Bovi, agricultor de Flórida Paulista em entrevista concedida durante a realização dos Trabalhos de Campo em 27/11/2010.

roça é o que mais tem fé, ele sempre joga “pro” ano que vem, se esse *ano não deu*, o ano que vem vai “dá”, e assim por diante, entendeu? Assim por diante”.



Foto 05: Consórcio café-mamão em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.

Das *dezesseis* propriedades visitadas durante as entrevistas na área rural do município, todas praticavam no mínimo *dez* tipos de culturas alimentícias⁶¹, principalmente para consumo próprio, mas também para comercialização na área urbana do município (Tabela 06). Para o agricultor camponês o fato de estar na terra tem o significado primordial de, com isso, conseguir a aquisição dos gêneros básicos de que necessita para alimentar sua família, além da comercialização do excedente como forma de obtenção de dinheiro para a satisfação das necessidades cotidianas.

Costumeiramente negligenciada nas análises acerca da produção de alimentos, à margem das estatísticas oficiais, a produção de alimentos para autoconsumo implica, antes de qualquer coisa, numa menor demanda por gêneros externos à propriedade que, do ponto de vista qualitativo, redundaria no fortalecimento da Soberania Alimentar local. Do ponto de vista quantitativo, no conjunto, a produção para autoconsumo tem ainda o significado de reduzir a demanda por alimentos na escala nacional, fato que fortalece o país no que se refere ao abastecimento alimentar.

⁶¹ Os dez tipos de produtos alimentícios mais encontrados durante a realização dos trabalhos de campo foram respectivamente: Goiaba, abóbora, mandioca, manga, banana, mamão, urucum, verduras, coco e milho.

Tabela 06: Produtos alimentícios encontrados em relação ao número de propriedades em que cada um foi localizado.

Produtos	Nº de Propriedades	Produtos	Nº de Propriedades
Abacate	05	Laranja	05
Abacaxi	03	Lichia	01
Abóbora*	15	Limão*	11
Acerola	10	Mamão*	13
Amora	05	Mandioca	14
Banana*	13	Manga*	14
Batata doce	03	Maracujá	02
Berinjela	03	Maxixe	02
Café	06	Melancia	11
Caju	03	Milho	12
Carambola	02	Pepino	02
Cenoura	02	Pimenta*	03
Chuchu	03	Pimentão	01
Ciriguela	01	Pitanga	02
Coco*	12	Poncã	04
Feijão*	07	Quiabo	06
Figo	01	Romã	03
Fruta do Conde	05	Tamarindo	03
Goiaba*	16	Urucum	13
Inhame	03	Uva	05
Jabuticaba	11	Vagem	01
Jaca	03	Verduras	13
Jiló	03		

* Produto com mais de uma variedade.

Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Org.: VALÉRIO, 2011.

Ter o alimento “no quintal” implica numa das mais importantes estratégias de sobrevivência da família camponesa, de modo que a cada alimento produzido uma necessidade é satisfeita, sem que para isso haja a necessidade do dispêndio de dinheiro, escasso nas parcas economias dos pequenos agricultores. A família camponesa quando na terra, adquire o máximo possível dos alimentos consumidos internamente à sua propriedade, o que não é possível àquelas famílias que têm como única possibilidade a aquisição comercial de tudo aquilo que virá a compor o seu cardápio, fato que afirma a soberania do território camponês no que se refere à satisfação das necessidades de alimentação (Fotos 06 e 07).



Foto 06: Plantio de feijão para subsistência em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.



Foto 07: Horta para subsistência em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.

Ao discutir o autoconsumo e a sociabilidade camponesa, PAULINO (2010) destaca a importância e os múltiplos significados do alimento na lógica de produção familiar, para quem a comida constitui elemento central, dotada de uma espécie de linguagem simbólica, mais que comida como *simples* alimento, comida como fonte de vida, onde comida, trabalho e terra compõem “categorias centrais do discurso

camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza” (WOORTMANN, 1990, p. 37).

Portanto, a terra camponesa não é apenas terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do autoconsumo (PAULINO, 2010, p. 40).

No território camponês a Soberania Alimentar se apresenta na escala do lugar, demarcada nos limites do que a intrincada trama de relações estabelecidas entre a família e o espaço no qual estão inseridas permite abarcar, de modo a consolidar o máximo de independência em relação às necessidades de dinheiro e, com isso, fortalecer a economia familiar nas aquisições circunscritas ao circuito da mercadoria, imprescindíveis para a reprodução da família camponesa em meio à sociedade capitalista de produção.

3.1- O abastecimento alimentar em Flórida Paulista/SP

Com uma população total de aproximadamente doze mil habitantes, os moradores da área urbana do município contam com apenas seis pontos de venda fixos (dois supermercados, duas quitandas e duas mercearias), mais a feira-livre realizada às sextas-feiras, para a aquisição de produtos como frutas, legumes e verduras.

A seguir, podemos notar a distribuição dos produtos alimentícios encontrados durante a realização dos Trabalhos de Campo na área urbana do município de Flórida Paulista/SP, identificados segundo a origem dos mesmos e a quantidade de estabelecimentos em que cada produto foi encontrado, com destaque para o predomínio do abastecimento alimentar *externo* ao território municipal (Tabela 07):

Tabela 07. Produtos encontrados nos pontos de venda existentes na área urbana de Flórida Paulista/SP de acordo com a origem dos mesmos.

PRODUTO	ORIGEM			TOTAL ⁶²
	INTERNA	EXTERNA	INT. E EXTERNA	
Abacaxi		6		6
Abacate	2	2		4
Abóbora		1	5	6
Abobrinha	1		5	6
Alho		3		3
Ameixa		2		2
Banana		4	2	6
Batata		6		6
Batata doce		4	2	6
Berinjela		2	3	5
Beterraba		3		3
Cebola		6		6
Cenoura		5		5
Chuchu		2	2	4
Coco		2		2
Feijão		3		3
Goiaba	1		1	2
Jiló			1	1
Laranja		6		6
Limão		6		6
Maçã		5		5
Mamão		5		5
Mandioca	1		5	6
Manga		5		5
Maracujá		6		6
Maxixe	1			1
Melancia		6		6
Melão		5		5
Pepino		3	2	5
Pêra		4		4
Pêssego		1		1
Pimenta		2	1	3
Pimentão		4	1	5
Poncã		1		1
Quiabo	1		1	2
Tomate		6		6
Uva		2		2
Vagem		2		2
Verduras	5	1		6

	Interna e externa		Exclusivamente Externa		Exclusivamente Interna
--	-------------------	--	------------------------	--	------------------------

Fonte: Trabalho de Campo 2010.
Org.: VALÉRIO, 2011.

⁶² Número de estabelecimentos em que o produto foi encontrado no dia 26/11/2010 na área urbana do município de Flórida Paulista/SP.

Quanto à origem, de acordo com informações originadas a partir da aplicação de questionários em todos os pontos de comercialização de alimentos na área urbana, a maior parte de tais produtos advém de fora, predominantemente do CEASA de Presidente Prudente/SP, com exceção das verduras, adquiridas no município pela maioria dos estabelecimentos⁶³ e na maior parte das barracas de hortifrutigranjeiros presentes na feira-livre, além de algumas frutas e legumes, específicos a cada época do ano.

Em termos de diversificação, a quantidade de culturas alimentícias praticadas nas *dezesseis* propriedades visitadas nesta primeira etapa (45), supera o número de tipos de alimentos disponíveis para a comercialização encontrados nos *seis* estabelecimentos comerciais fixos durante os trabalhos de campo (39), indicativo da importância da policultura na composição da estratégia de fortalecimento e continuidade na terra para o pequeno produtor camponês, por um lado, e da deficiência das relações entre tais produtores e os pontos de comercialização de alimentos na área urbana, por outro.

Do total de produtos alimentícios encontrados, menos de 3% provém exclusivamente do município (2,6%); *trinta e oito por cento* (38,46%) tem como origem tanto fornecedores internos como externos aos limites do território de Flórida Paulista, enquanto que quase *sessenta por cento* (58,97%) dos alimentos dependem do abastecimento *exclusivamente externo* para serem consumidos no município, fato que ilustra o predomínio do paradigma da segurança alimentar, onde o mercado e os mecanismos de circulação da mercadoria trazem em si a solução para o abastecimento das necessidades de alimentação, prescindindo assim dos produtores locais em favor da contínua concentração e ampliação do mercado. Com isso,

[...] a produção de alimentos continua sendo orientada somente com o objetivo mercadológico. Isto é, se serão ou não consumidos não é o que importa, pois a regência do valor de troca subordina a utilidade e o acesso aos alimentos aos reais interesses do metabolismo do capital (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 164).

A atual configuração do espaço rural de Flórida Paulista, marcada pela imposição da paisagem monocultural, torna pouco representativas as interações entre os pontos potencialmente habilitados na composição de um sistema territorial

⁶³ Apenas um, dos seis estabelecimentos fixos que comercializam produtos hortifrutigranjeiros declarou adquirir verduras de produtores forâneos ao município.

capaz de abastecer a demanda interna por alimentos, (pequenas propriedades camponesas, por um lado, e unidades de distribuição e consumo de alimentos, por outro), expressão geográfica da soberania do território nas decisões sobre agricultura e alimentação, concepção ainda distante na pulverizada e desconexa estrutura de produção agrícola local.

3.2- O abastecimento alimentar *público* no município (PNAE e PAA)

No âmbito público do abastecimento alimentar municipal, em atendimento a resolução nº 38 do Ministério da Educação (MEC) e a Lei Federal nº 11.947/2009, desde o mês de agosto de 2010 o setor de alimentação escolar municipal deu início ao recebimento de gêneros alimentícios produzidos pelos pequenos agricultores familiares, com o objetivo de incrementar a qualidade do cardápio oferecido nas escolas e creches. Tais dispositivos legais obrigam os municípios a destinarem no mínimo 30% do valor recebido para a alimentação escolar, na aquisição de produtos da agricultura familiar local.

Iniciada através de iniciativa da *Associação Passiflora dos Produtores Rurais de Adamantina e Região* (APPRAR) a aquisição dos alimentos foi definida após Edital de Chamada Pública editado pela Prefeitura Municipal, por meio da Divisão de Educação, com a participação de dezenove pequenos agricultores, sendo sete pertencentes ao município de Flórida Paulista/SP, previamente cadastrados no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁶⁴.

Implantado em 1955, porém, assegurado apenas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Programa garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas ou filantrópicas, com o objetivo de atender as necessidades nutricionais dos alunos de forma a colaborar com o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento dos estudantes, além de contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis⁶⁵.

⁶⁴ Cf. BISPO, 2010.

⁶⁵ Cf. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Os agricultores participantes do Projeto entregam semanalmente às segundas-feiras, os produtos disponíveis de uma lista elaborada pela nutricionista responsável pela merenda escolar no município, Luciana Amorim Bernardi de Carvalho, abrangendo frutas, legumes e verduras.

A quantidade de alimentos entregue por cada produtor leva em consideração as condições de produção específicas a cada propriedade, tanto em termos de quantidade como de variedade que, no conjunto, contribui de maneira significativa para a composição da merenda escolar, com produtos de qualidade e boa procedência, o que garante uma melhora considerável na alimentação oferecida aos alunos, segundo a nutricionista do município. Para além dos benefícios na melhora da qualidade da alimentação oferecida aos estudantes com a entrega dos produtos (Foto 08), o Projeto contribui ainda no fortalecimento da renda familiar dos agricultores, pelo fato de estabelecer uma relação direta entre produtor e consumidor, segundo nos indica o agricultor participante do Projeto no município:

[...] antes, a gente já entregava, só que a gente não entregava diretamente na Escola, a gente entregava assim, *tinha intermediário*, então entregava no mercado, então seria no mercado que a Prefeitura “vinha”, pegava as coisas que estavam do mercado, que passava “pra” Escola. [...] Quer dizer, daquilo que a gente entrega, então, quer dizer, você passa a entregar mais, mais uma coisa “né”, então tem mais um lugar “pra” entregar [...] toda semana tem aquela produção “pra” entregar “né” [...] (Ademir Vargas, agricultor de Flórida Paulista/SP).



Foto 08: Alimentos entregues pelos produtores participantes do PNAE no município.

Fonte: CATI de Flórida Paulista/SP.

Mesmo considerando o curto período de funcionamento e o reduzido número de produtores participantes, o sucesso do Projeto pode ser notado pela rápida resposta dada pelos pequenos produtores locais quando da possibilidade da criação de uma demanda permanente com a garantia de preços para seus produtos, o que projeta um bom exemplo que já é notado por outros produtores, fato constatado pela previsão de aumento na quantidade de produtores cadastrados para o próximo contrato (12), conforme informações do Técnico Agrícola da CATI de Flórida Paulista, Sr. Cléber Ricardo Oliveira. A cada contrato de seis meses, o conjunto dos produtores participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município entrega uma quantidade pré-estabelecida de produtos alimentícios (Tabela 08).

Tabela 08: Quantidade de alimentos entregues *semestralmente* nas escolas e creches de Flórida Paulista/SP.

PRODUTO	QUANTIDADE (Kg)
Alface crespa	800
Abóbora seca	900
Banana maçã	2000
Banana nanica	6000
Berinjela comum	360
Cebolinha	500
Couve manteiga	100
Goiaba vermelha	1200
Mandioca	600
Pepino comum	400
Quiabo	300
Repolho	600
Vagem manteiga	300
TOTAL	14060

Fonte: CATI de Flórida Paulista/SP.
Org.: VALÉRIO, 2011.

Outra possibilidade que desponta como alternativa aos pequenos produtores de Flórida Paulista diz respeito ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), previsto para ser iniciado no ano de 2011 com a participação de *dez* pequenos agricultores já cadastrados no município⁶⁶. Ao discorrer sobre o Programa e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar, VIEIRA (2007) aponta

⁶⁶ CATI de Flórida Paulista/SP.

que o mesmo teria sido originado como resposta à histórica exclusão dos pequenos agricultores familiares, responsáveis pela maior parte da produção de alimentos, instituído pela Lei 10.696, de 02/07/2003 e regulamentada pelo Decreto 5873 de 15/08/2006, constituindo ação do Governo Federal com o objetivo de apoiar os agricultores enquadrados no Pronaf na comercialização dos produtos alimentícios, garantindo-lhes a compra da produção até o limite de R\$ 3.500,00 por ano (p. 01).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. Constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) de apoio à comercialização dos produtos alimentícios da agricultura familiar, no qual o governo adquire alimentos dos agricultores familiares e doa parte dele para pessoas em risco alimentar (VIEIRA, 2007, p. 03).

De acordo com HESPANHOL (2008, p. 08), a partir do declínio da cultura do café na região a partir de meados dos anos oitenta, “os pequenos proprietários tiveram que buscar alternativas produtivas e economicamente viáveis em pequenas áreas”, alternativas essas que, devido às limitações apresentadas em virtude da reduzida escala de produção, têm levado “à subordinação dos produtores aos interesses dos intermediários e do setor agroindustrial”. Com isso,

Para tentar minimizar o problema da pequena escala de produção, uma alternativa encontrada pelos produtores e, cada vez mais estimulada por meio das políticas públicas, foi a organização coletiva através das associações. Todavia, mesmo para os produtores rurais associados, uma das maiores dificuldades tem sido a comercialização da produção *in natura* devido à intensa presença de intermediários que atuam na região. Diante dessa dificuldade, a implementação do PAA, na sua modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), operada pela CONAB em parceria com as escolas públicas e as instituições assistenciais (creches, asilos, hospitais etc.) e as associações de produtores tem resultado em vários benefícios para a comunidade local (HESPANHOL, 2008, p. 09).

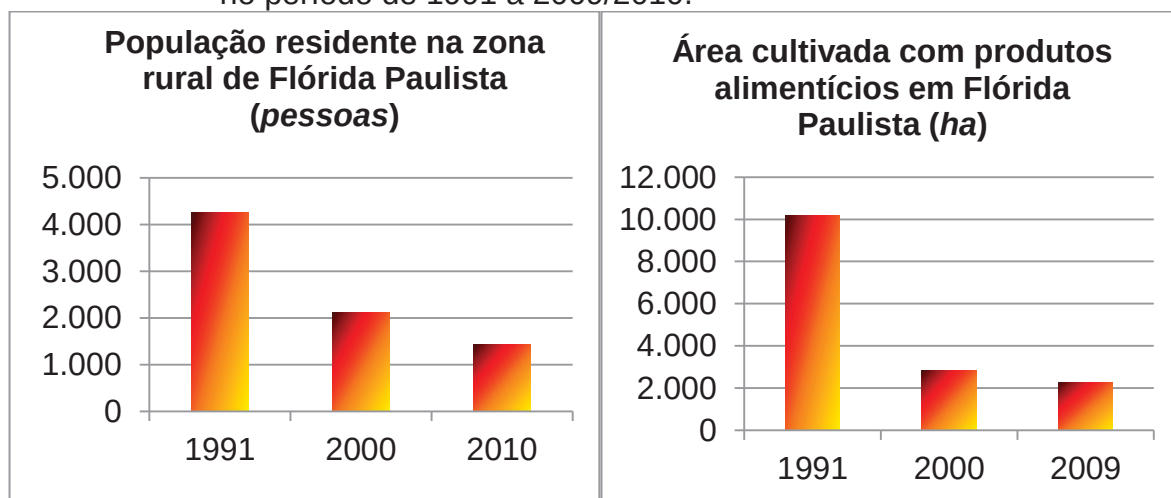
Tanto o PNAE como o PAA constituem passos importantes para o fortalecimento das pequenas propriedades locais, estabelecendo a ligação entre pontos que consolidam avanços para a Soberania Alimentar na escala do município, território minado pela uniformidade enfadonha da geometria agroindustrial canavieira.

3.3- A Soberania Alimentar como produto da simbiose cidade-campo: realidades e possibilidades

Da semente lançada na terra por aquele que tem no lugar em que vive mais que uma simples *propriedade*, o próprio sustentáculo do seu modo de vida, até o prato que sacia as necessidades de nutrição com a diversidade de vitaminas, proteínas e minerais necessários ao pleno desenvolvimento biológico, em sintonia com práticas e hábitos culturais originados a partir da diversidade do quadro natural no decorrer do processo histórico, sobressai uma complexa estrutura sócio-espacial em que as diversas formas componentes do território mantêm uma relação reciprocamente vantajosa.

A forte relação observada entre a diminuição da população rural e a redução da área destinada ao cultivo de produtos alimentícios (Gráfico 03), evidencia uma das características que marcam o campesinato enquanto protagonista na produção de alimentos, sujeito central na produção do espaço da Soberania Alimentar que, apartado das condições de produção e reprodução que permitem sua manutenção na terra, repercute de forma direta na oferta de gêneros alimentícios para as populações próximas, minando as bases de sustentação da Soberania Alimentar no território em questão.

Gráfico 03: Comparativo entre a evolução da população residente na zona rural e a área total destinada ao cultivo de produtos alimentícios no período de 1991 a 2009/2010.



Fonte: SIDRA/IBGE.
Org.: VALÉRIO, 2011.

Com a redução acentuada do número de pequenas propriedades familiares no território em questão, a capacidade de abastecimento alimentar interna ao município se torna rarefeita, o que implica em uma crescente dependência de alimentos produzidos em outras regiões, de modo a reforçar o paradigma da *segurança alimentar*, ou seja, o alimento enquanto simples mercadoria que se realiza na circulação do mercado capitalista.

3.3.1. A geografia entre a terra e o prato

Entendido a partir de sua expressão material no espaço, o fenômeno da alimentação humana projeta um conjunto indissociável de *sistemas de objetos e sistemas de ações*⁶⁷ em que sua totalidade é definida na proporção da capacidade de articulação e reciprocidade entre os pontos constituintes referentes ao fenômeno. O município enquanto totalidade espacial traz em si a indissociabilidade das formas que o compõe, onde tanto o rural como o urbano contempla uma miríade de funções que se completam na composição do território.

À luz da tradição do materialismo histórico, Frabetti, (2006, p. 144) aponta que cidade e campo

[...] se distinguem e inter-relacionam de acordo com o modo pelo qual se divide e organiza o trabalho social e, assim, se estabelecem as formas de propriedade, fundamentalmente a propriedade da terra. São partes de um todo, constituídas por relações sociais e de apropriação dos recursos disponíveis e desigualmente distribuídos no espaço. [...] a relação cidade-campo tem, assim na sua gênese, um caráter de complementaridade forçada entre desiguais [...].

Desse modo, o campo não se reduziria a uma simples *função*, impondo-se como pressuposto no interior da reprodução ampliada do capital. Da mesma forma, as lutas camponesas “pressionam os centros de decisão e questionam o modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira ali sediado e dali irradiado”⁶⁸, o que liga cidade e campo de maneira contraditória e indubitável, fato que permite inferir quanto às implicações negativas da reestruturação do espaço rural aos moldes da

⁶⁷ Cf. SANTOS, 2002.

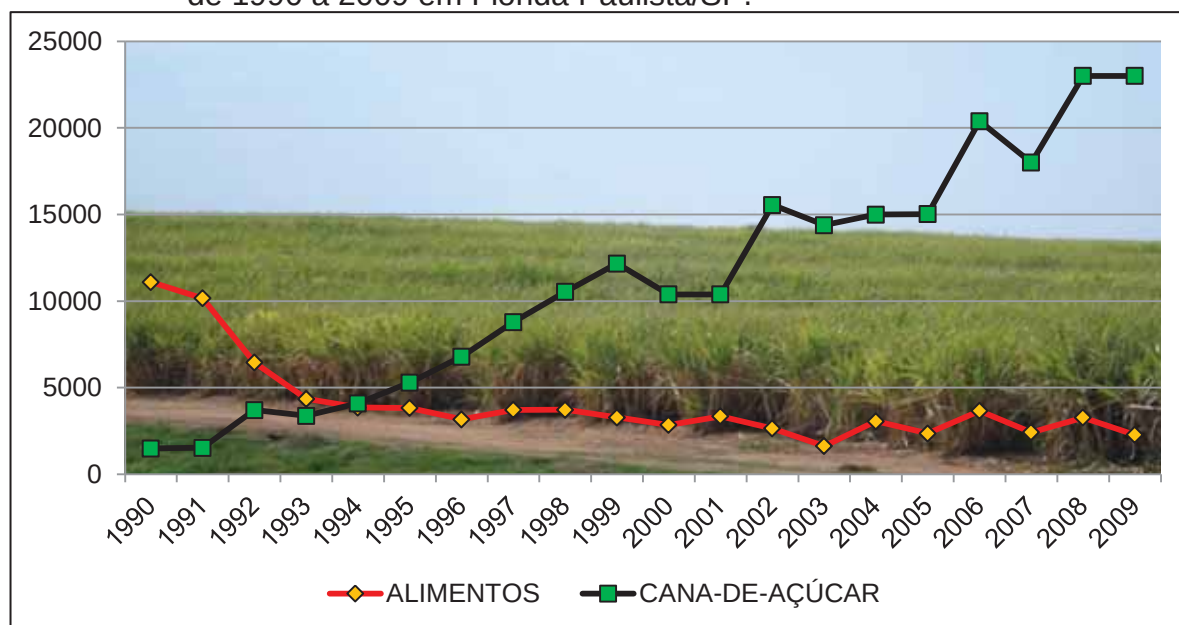
⁶⁸ Cf. FRABETTI, 2006, p. 167.

intensa disputa por território que redonda na retirada do elemento humano em benefício da utilização da terra como *negócio*.

Tal processo impacta de forma direta a produção de alimentos interna ao recorte em questão, assim como a concomitante retração na oferta de tais gêneros para os moradores da área urbana, necessitando assim de constantes importações para o suprimento alimentar local, em acordo com os pressupostos da circulação do alimento como mercadoria, numa “circulação que parece pouco lógica, pois alguns alimentos que entram no país, oriundos das mais diversas regiões do planeta, são também os que compõem a pauta das exportações”⁶⁹, o que não constitui privilégio da escala nacional, fato comprovado pela identificação de alimentos que ao mesmo tempo em que são vendidos para fora do município por produtores locais, são, também, adquiridos por comerciantes locais por meio de fornecedores de fora⁷⁰.

A partir do ano de 1990, é possível notar o movimento de territorialização do capital canavieiro desde o início das atividades da *Indústria Floralco* no município (1989), assim como os efeitos de tal processo para a produção de alimentos, com tendência inversamente proporcional ao que se pode constatar com relação aos números da área plantada com cana-de-açúcar (Gráfico 04):

Gráfico 04: Evolução da área plantada com alimentos e cana-de-açúcar no período de 1990 a 2009 em Flórida Paulista/SP.



Fonte: SIDRA/IBGE.
Org.: VALÉRIO, 2011.

⁶⁹ Cf. PAULINO, 2010, p. 96.

⁷⁰ Trabalho de Campo, 2010.

Ao discutir a alimentação do brasileiro nas diferentes regiões do país e a precariedade nutritiva da mesma, (CASTRO, 1961) conclui tratar-se da influência de fatores socioculturais e não de fatores de natureza geográfica, assim:

De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe e com sua infinita variedade de quadros climato-botânicos, seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano; e se nossos recursos alimentares são até certo ponto deficitários e nossos *hábitos alimentares defeituosos*, é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas (p. 51-52). *Grifo nosso*

O mercado e a concepção do alimento enquanto simples mercadoria define os parâmetros básicos da *segurança alimentar*, panaceia gestada à sombra do que se convencionou denominar *revolução verde*, “cavalo de Troia” do desmonte deliberado das pequenas propriedades de gestão familiar, o que implica em um *território a ser alimentado*, subordinado aos enunciados da reprodução ampliada do capital e da lógica da mercadoria.

Paradoxalmente, a panaceia da segurança alimentar, sinônimo de autorregulação do mercado global foi imposta, pressupondo-se que os desencontros entre oferta e procura por si só se resolveriam: com oferta insuficiente de cada alimento em particular, os preços ao produtor tornar-se-iam remuneradores, provocando a entrada de novos produtores na atividade e, dessa maneira, expansão da oferta; por outro lado, grande oferta e baixa de preços dar-se-iam concomitantemente, levando à migração de produtores para outras culturas e conseqüentemente diminuição da oferta no ciclo seguinte. Cálculo esse operado sem grande destaque ao fato de tratar-se da questão alimentar, submetida a um cômputo de ajuste permanente que supõe seletividade dos consumidores [...] (PAULINO, 2010, p. 95).

Conforme nos indica a autora, submetida aos ditames da lógica da mercadoria, “a segurança alimentar passou a ser tarefa do mercado mundial, fortalecido por meio da ampla e deliberada desestruturação das práticas policultoras próprias da organização camponesa” (PAULINO, 2010, p. 94).

Essa dinâmica seria, segundo a autora, reveladora daquilo que HARVEY (2005) denominara ajuste espacial, em acordo com “a premência de ampliação permanente do mercado, como forma de realização da mais-valia [...]”⁷¹.

⁷¹ PAULINO, 2010, p. 94.

Entendida a partir dos limites do território em questão, a capacidade de abastecimento alimentar suficientemente competente para com o abastecimento local compõe um *vir a ser*, com uma diminuta relação entre os poucos produtores locais e os reduzidos pontos de aquisição de alimentos. Incrustados nos interstícios da geometria agroindustrial característica da monocultura canavieira, os produtores que ainda permanecem na terra consolidam possibilidades concretas para a restauração dos elementos compósitos da Soberania Alimentar, fato geográfico ausente na escala do município.

Durante a realização dos Trabalhos de Campo, ao ser indagado acerca do futuro da pequena propriedade e da possibilidade de continuidade na atividade agrícola por parte dos filhos, o agricultor Ademir Vargas, numa interpretação que demonstra propriedade em relação ao “caminho” percorrido pelo alimento até chegar à mesa e otimismo quanto ao futuro da atividade agrícola, declara:

Olha rapaz, é o que eu queria era, porque eu acho que futuramente a terra vai “dá” ainda, a esperança da gente é que ela ainda “dá” lucro ainda viu. [...] eu quero ver, *eles* “pega” o computador e “fazê” um caroço de arroz e um caroço de feijão, produzir, “né”, porque hoje “se vê” que é só mídia, não têm outra coisa, qualquer criança, o negócio é, a partir da mídia. Então, eu queria ver eles “pega” o computador e “fazê” um caroço de feijão, um caroço de arroz [...] um pé de alface, “pra” produzir e “sortá” no mercado, fala: aqui “ó”, tá aqui “pra” vocês “comê”. *Não tá gente! Tá aqui na terra “ó”* [...] Porque o pessoal da cidade, eles têm que “come”, e alguém vai ter que plantar, então eu creio que futuramente, a lavoura ainda têm que “dá” [...].

Entre a terra e o prato, o caminho percorrido pelo alimento permite vislumbrar sujeitos, territórios e territorialidades constituintes do *complexo sócio-espacial alimentar*, arranjo geográfico que traz em si as *possibilidades* de autonomia (*soberania*), segurança (*dependência*) ou mesmo fome (*privação*), de acordo com a disposição dos atores, fatores e setores determinantes do fenômeno.

Do campo vivo ao prato cheio, avulta a totalidade do fenômeno da alimentação humana, complexo por demais para ser tratado como mera questão de suprimento quantitativo, concepção errônea que exclui o sujeito central da afirmação de um território em que as diferentes formas se combinam na consolidação do *espaço da Soberania Alimentar*, conjunto de pontos que se articulam em rede na satisfação das condições de afirmação do homem para além da mercadoria.

3.4- Das *distintas temporalidades* aos descaminhos da Soberania Alimentar

O alimento enquanto síntese de múltiplas relações no espaço e no tempo perfaz uma peculiar geografia entendida entre a terra e o prato, de modo a revelar paradigma e politicamente os significados do alimento e da alimentação. No que concerne ao recorte em questão, avulta o predomínio do abastecimento alimentar externo ao território, o que não anula as poucas, porém importantes relações existentes entre as pequenas unidades de produção camponesa e os pontos de venda/aquisição de produtos alimentícios existentes na área urbana do município.

O elevado número⁷² de proprietários residentes no espaço rural considerado, contrasta com a diminuta expressão dos produtos produzidos no município nas bancas de comercialização da área urbana, o que indica deficiências na articulação entre os pontos potencialmente aptos a consolidar o *abastecimento alimentar interno* (pequenas propriedades camponesas e estabelecimentos locais de distribuição e consumo), decorrência direta da ausência de políticas no bojo da Soberania Alimentar, condição sócio territorial em que há o “predomínio do movimento centrípeto sobre o centrífugo numa parcela estabelecida do território”⁷³.

Para que a potencialidade contida nos *pontos* seja manifestada na forma de uma unidade espaço/temporal capaz de garantir o abastecimento alimentar numa determinada parcela do espaço, impõem-se a existência de relações econômicas, sociais e políticas que assegurem articulação às diversas demandas compreendidas no bojo do rural/urbano, o que remete aos sujeitos responsáveis pela ativação dos *sistemas alimentares locais*, conjunto de pontos articulados em rede por meio da interação entre os diferentes sujeitos do território, distintas temporalidades que se completam na consolidação do espaço da Soberania Alimentar.

No bojo das relações compreendidas entre os diferentes sujeitos do *complexo sócio-espacial alimentar* em questão, destacam-se as articulações promovidas pela Associação Passiflora de Adamantina e Região (APPRAR), em conjunto com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Flórida Paulista/SP na viabilização de *ações públicas* que integram produtor e consumidor por meio de Programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA

⁷² Em relação ao contexto no qual figuram, marcado pelo predomínio das grandes plantações com monocultura canavieira.

⁷³ Cf. HAESBAERT, 2004, p. 123.

(Programa de Aquisição de Alimentos), havendo uma lacuna no que se refere às possibilidades de encontro entre as demandas do consumo local e o *potencial* de produção da estrutura produtiva do município, um desencontro que resulta no predomínio do *abastecimento alimentar externo* aos limites do território, o que suscita indagações acerca das causas de tal desacordo.

Frente ao fato da desconexão entre os pontos componentes do *complexo sócio-espacial alimentar* local, impõe-se identificar o que impede que as demandas alimentares oriundas do município sejam resolvidas em conjunto com os produtores locais. O comerciante local não adquire alimentos locais devido a não existência do mesmo, ou os produtores locais não produzem devido à falta de demanda por parte dos comerciantes? Por que a venda direta produtor/consumidor não se consolida como *ponto* fundamental do abastecimento alimentar local? Afinal, qual a causa do isolamento entre os extremos do fenômeno alimentar?

Nossa hipótese remete ao contexto histórico de desestruturação das economias locais por meio da negligencial ou mesmo proposital ausência de políticas de apoio aos pequenos produtores camponeses, somada às diretrizes do agronegócio “moderno” e a imposição do *tempo do capital* como pressuposto para as atividades no campo, de modo que a produção de alimentos foi legada à *marginalidade*, demarcando espaços residuais desarticulados nos quais o fenômeno da alimentação fica na dependência do *movimento do alimento no espaço*, conduzido por meio dos *atravessadores* que minam a renda camponesa e fazem da sociedade refém da dependência do *movimento do mercado*.

Ao questionarmos o fato da falta de articulação entre as demandas alimentares do município em relação ao potencial produtivo da estrutura local, não defendemos com isso qualquer tipo de *topolatria*⁷⁴, tampouco acreditamos que a integralidade das demandas alimentares resolver-se-á de modo fechado na escala do município, porém, o que colocamos em questão refere-se ao imperativo do movimento do alimento no espaço, no qual alimentos que poderiam ser adquiridos na escala do lugar, sem a participação de *atravessadores*, acabam por peregrinar de forma irracional de modo a elevar o preço e prejudicar a qualidade do alimento para o consumidor final, com o agravante de com isso retirar dos produtores locais

⁷⁴ Derivado do conceito de *topofilia* de Yi Fu Tuan (1977) a *topolatria* indica a existência de sentimentos reverenciais e míticos por um dado lugar (NOSSA, 2008, p. 93).

importantes possibilidades de realização para sua produção, um círculo vicioso em que perde o produtor, o consumidor, a sociedade.

3.5- Os *circuitos espaciais* de produção e consumo de alimentos

Originalmente direcionada ao estudo da economia urbana, a ideia de *circuitos espaciais* cunhada por Santos (2004) como relacionada ao processo de modernização capitalista resultaria na configuração de duas classes de circuitos, o “superior” e o “inferior”, de modo a dividir os mercados segundo as condições de inclusão/exclusão no mundo do trabalho e do consumo (SILVA, 2007, p. 03).

O circuito “superior” se diferencia do circuito “inferior” com base nas diferenças de tecnologia e organização, onde o primeiro se caracteriza pelo uso intensivo de tecnologia importada e de *capital intensivo*, enquanto o segundo é caracterizado pelo uso de *trabalho intensivo*⁷⁵. Assim, de acordo com o autor, cada circuito se define de acordo com “o conjunto das atividades realizadas em certo contexto” e pelo “setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo” (SANTOS, 2004, p. 42). Desse modo,

As atividades do circuito superior manipulam grandes volumes de mercadorias, enquanto que as do circuito inferior, tanto no comércio, quanto na fabricação, trabalham com pequenas quantidades. [...] A atividade do circuito superior é, em grande parte, baseada na publicidade, que é *uma das armas utilizadas para modificar os gostos e deformar o perfil da demanda*. No circuito inferior, a publicidade não é necessária, graças aos contatos com a clientela, e tampouco seria possível, já que a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família. [...] No circuito superior, a reutilização dos bens de consumo duráveis é quase nula, enquanto no circuito inferior uma das bases da atividade é justamente a reutilização desses bens. [...] As atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental, enquanto as atividades do setor inferior não dispõem desse apoio e frequentemente são mesmo perseguidas [...] *Uma outra diferença essencial entre os dois circuitos decorre do fato de o circuito inferior encontrar sua integração localmente* (SANTOS, 1971), enquanto no circuito superior as atividades realizadas localmente vão integrar-se numa outra cidade de nível superior, no país ou no exterior (SANTOS, 2004, p. 44-48). Grifo nosso

⁷⁵ SANTOS, 2004, p. 43.

As características elencadas acima quanto aos *circuitos inferior e superior*, pensadas a partir do fenômeno da alimentação e do abastecimento alimentar, podem ser associadas à soberania e à segurança alimentar, respectivamente, assim como aos *circuitos curtos e longos*, de modo a permitir a investigação da natureza e da forma de participação dos diversos atores e setores componentes da *condição alimentar* local, o que revela as conexões responsáveis pela oferta social de alimentos, consubstanciada entre diferentes agentes na forma de encadeamentos produtivos.

O encontro entre os extremos entendidos da produção ao consumo de alimentos ocorre mediante distintas temporalidades, envolvendo mais ou menos *agentes*, mais ou menos deslocamentos e manipulações, mais ou menos *atravessadores* que, oportunamente, fazem da desarticulação entre os *pontos* potencialmente habilitados na constituição da *rede sócio-espacial alimentar* uma oportunidade de *negócio*, na qual *atacadistas e transportadores* atuam segundo atividades do tipo misto⁷⁶, devido a sua dupla ligação com o circuito inferior e superior:

Ambos têm laços funcionais tanto com o circuito superior como com o circuito inferior da economia urbana e regional. O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de *intermediários*, que chega frequentemente ao nível do “feirante”, ou do simples vendedor ambulante. Através desses *intermediários* e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores. [...] Elemento integrante do circuito superior, o atacadista é também o cume do circuito inferior (SANTOS, 2004, p. 41). (Grifo nosso).

A lógica do abastecimento alimentar referenciado no pressuposto do *movimento do alimento no espaço* mascara os efeitos homogeneizantes da generalização da monocultura canavieira no município e região, ocultando uma verdadeira esterilização da produção de alimentos na escala do lugar, de modo a privilegiar os *circuitos longos* em detrimento dos *curtos*, resultando num território a ser alimentado a partir *de fora*, ao sabor das imposições dos circuitos superiores da economia. Ditados por demandas externas ao território, o uso e a ocupação do espaço rural não deixam margem à constituição de sistemas alimentares endógenos, impossibilitados pela sobreposição da homogeneidade agroindustrial ditada *por cima*.

⁷⁶ SANTOS, 2004, p. 41.

Conforme adverte Thomaz Junior (2009, p. 221), para além dos efeitos *aparentes* da substituição das terras de culturas anuais e de pastagens por cana-de-açúcar, consolida-se a existência de uma *desigual* disputa ideológica por *projetos de sociedade*, na qual figura, de um lado, os interesses do capital agroindustrial canavieiro, capitaneados pelo aparato midiático-ideológico que blinda os interesses de reprodução ampliada do capital e, de outro, as experiências da agricultura camponesa, nas quais o uso de múltiplas tecnologias e conhecimentos tradicionais se completa de acordo com a diversidade dos ecossistemas. De modo mais amplo,

[...] isso está contido na valorização da cultura, na preservação da biodiversidade, dos recursos naturais para a humanidade e para as gerações futuras, bem como na autonomia dos povos e das comunidades, para decidirem livremente vínculos que a produção agropecuária teria com os consumidores, baseada, pois, nos *pequenos circuitos de produção/consumo*. Isso quer dizer que o exercício e a edificação de vínculos para a consolidação da soberania alimentar, a começar pela abrangência da *territorialidade dos consumidores*, estaria definida pela *dimensão das áreas de produção*, as quais não privilegiariam as grandes distâncias, e, ainda, na qualidade/sanidade dos produtos e preços remuneradores para os produtores e suas famílias (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 222). Grifo nosso

A elucidação da trama que abarca os extremos do fenômeno alimentar (produtor – consumidor) de maneira a torná-los estrategicamente separados pressupõe atentarmos para um aspecto apontado por SANTOS (2004, p. 39), “o da dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior”. A ausência de recursos por parte dos pequenos produtores faz com que o acesso aos centros de consumo esteja subordinado aos interesses dos atravessadores (atacadistas e transportadores) que, sustentados numa miríade de intermediários e nos recursos do crédito bancário, abocanham a maior parte do valor do produto que chega ao consumidor final, numa perversa contradição na qual “quem nem suja a mão de terra fica com a maior parte do que é produzido”⁷⁷.

De fato, a lógica é perversa. Quando indagados acerca da origem dos alimentos comercializados, os responsáveis pelos pontos de venda de alimentos da área urbana do município são enfáticos: “a maioria vem de fora”. Quanto à possibilidade de aquisição de produtos internamente ao município, todos os entrevistados apontam para uma mesma justificativa, a não existência de produtos locais suficientes para o abastecimento de suas prateleiras. Do outro lado, para os

⁷⁷ Ditado comum na fala dos pequenos agricultores entrevistados.

pequenos agricultores entrevistados, a produção tem como principal entrave a comercialização que, devido ao limitado público consumidor local, encontraria dificuldades na venda da produção.

Por um lado, o comerciante local adquire a maior parte dos produtos comercializados a partir de fornecedores externos ao município; por outro, os poucos produtores locais vendem a maioria dos alimentos produzidos para atravessadores de fora, fato que ilustra a perversa desarticulação decorrente da prevalência do *movimento do alimento no espaço*.

Mais que um desencontro, um isolamento planejado. O fiel da balança referente à questão apresentada acima nos leva à realidade encontrada, na qual alguns produtos produzidos no município e comercializados para fora, via atravessadores, são os mesmos adquiridos por comerciantes locais por meio de atravessadores e vendidos nas bancas do município⁷⁸, o que refuta a hipótese da ausência de produção e permite pensarmos acerca da prevalência do *movimento do alimento no espaço*, inserido numa cadeia decrescente de intermediários subordinados à lógica de reprodução do capital, na qual:

O desenvolvimento desigual e combinado desse processo é a chave para entendermos as diversas formas que o capital utiliza para praticizar a exploração, a subordinação, a expropriação, a sujeição, enquanto estratégia para garantir sua produção e reprodução (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 76).

A ausência de estratégias organizativas no bojo da produção e comercialização de alimentos (feira-livre, *por exemplo*) por parte dos pequenos produtores deixa o caminho livre às imposições do circuito superior da economia, o que redundará na desarticulação entre os pontos constituintes da *rede sócio-espacial alimentar* local e no predomínio do abastecimento alimentar *externo* aos limites do território, subordinado ao parasitismo das determinações estranhas ao lugar e às implicações de tal condição para os recursos naturais, assim como para o homem habitante do lugar.

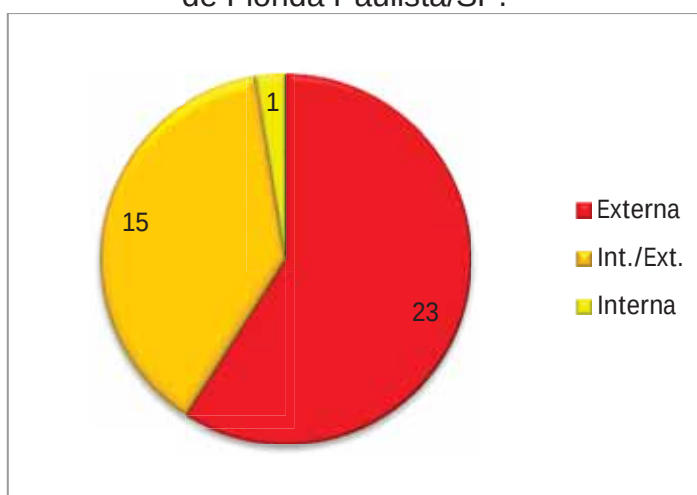
3.6- Os (des) caminhos do alimento em Flórida Paulista/SP

⁷⁸ Citamos como exemplo o caso da berinjela e do repolho, constatado quando da realização dos trabalhos de campo.

O movimento no espaço projeta a lógica por detrás do alimento, responsável pela articulação dos diversos sujeitos que compõem a peculiaridade de cada *condição alimentar*, de modo a revelar tanto paradigma, como politicamente, os conteúdos das ações que promovem o abastecimento alimentar. O alimento consumido no município de Flórida Paulista tem como origem principal fornecedores *externos*, predominantemente do CEASA de Presidente Prudente/SP, responsável por agregar produtos procedentes de vários estados do Brasil.

Em ocasião dos trabalhos de campo entendidos aos pontos de comercialização de alimentos foi possível detalharmos a origem dos principais produtos encontrados, na qual sobressai o predomínio dos alimentos trazidos de fora, por meio dos *atravessadores* (Gráfico 05). Dentre os trinta e nove tipos de produtos alimentícios encontrados, apenas um teve como origem exclusiva o abastecimento interno, ao passo que outros quinze provinham tanto fornecedores externos como internos ao território municipal, enquanto que a maior parte, *vinte e três dos trinta e nove* itens alimentícios, tem como única possibilidade de consumo a aquisição *exclusivamente externa*, o que faz da alimentação local *dependente* do movimento do alimento no espaço, sintonizado aos enunciados dos circuitos superiores da economia.

Gráfico 05: Origem dos alimentos encontrados nos pontos de venda da área urbana de Flórida Paulista/SP.



Fonte: Trabalho de Campo, 2010/2011.

O termo *atravessador* é apropriado para entendermos seu papel internamente ao fenômeno da alimentação, pois, tais sujeitos encontram-se localizados

hierarquicamente entre os extremos do fenômeno alimentar, de modo à oportunamente *atravessar* o caminho entre produtor e consumidor, para assim consolidar a separação que permite o controle dos fluxos entre ambos, condição que submete produtor e consumidor ao crivo da lógica da mercadoria.

De acordo com informações do gerente responsável pela CEASA de Presidente Prudente/SP, Sr. Sebastião Odoni, cerca de 70% dos *permissionários*⁷⁹ autorizados a comercializar produtos na unidade são compostos por *comerciantes atacadistas*, enquanto que os outros 30% representam produtores que comercializam seus produtos de forma direta. O predomínio dos comerciantes atacadistas é indicativo da deficiência dos pequenos produtores na comercialização da produção, o que abre as portas para que os *atravessadores* possam movimentar seus *negócios* e drenar a renda camponesa, fazendo do alimento uma mercadoria que se valoriza na medida em que se desloca no espaço.

Por detrás do alimento à venda nas bancas de Flórida Paulista encontra-se uma diversidade de sujeitos, territórios e territorialidades que, no conjunto, compõe a *condição alimentar local*, subordinada ao imperativo do *movimento do alimento no espaço*, no qual vigoram os interesses de “ampliação permanente do mercado, como forma de realização da mais-valia, já que sua realização está condicionada à circulação das mercadorias” (PAULINO, 2010, p. 94), em consonância com os parâmetros da segurança alimentar que, por definição,

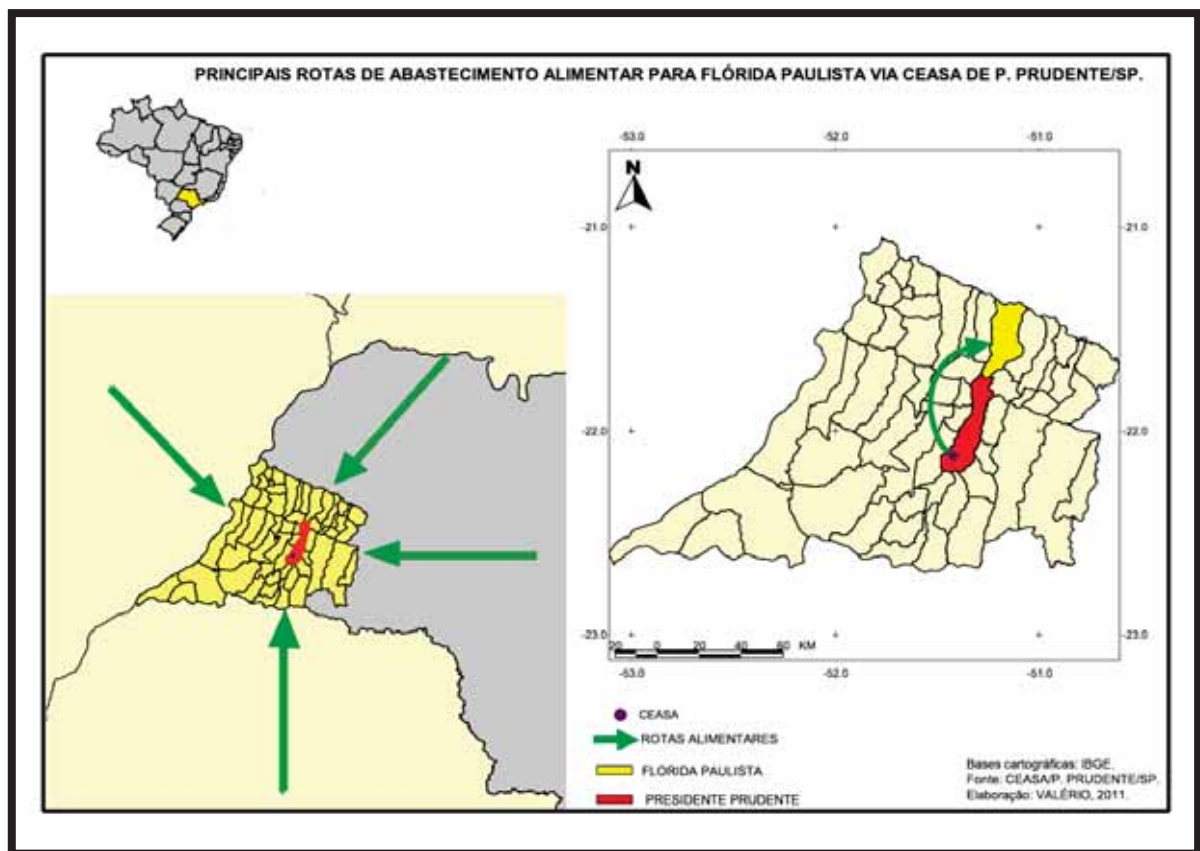
[...] passou a ser tarefa do mercado mundial, fortalecido por meio da ampla e deliberada desestruturação das práticas policultoras próprias da organização camponesa. [...] ao mesmo tempo em que a doutrina neoliberal disseminou a tese de que a segurança alimentar era uma questão de mercado e de tecnologia, meio para a remoção dos obstáculos à produção, os países centrais trataram de intervir estrategicamente na produção, direcionando subsídios tanto para as atividades mais vulneráveis quanto para as mais eficientes. Coerentes, portanto, com os pactos de classe, já que alimentos abundantes e baratos são bem-vindos ao modelo de acumulação ancorado na centralidade do capital (PAULINO, 2010, p. 94-95).

Conforme assevera Thomaz Junior (2009, p. 168), para além de alternativas mercadológicas e de manutenção de estoques reguladores que garantam o *jogo do mercado*, a Soberania Alimentar contempla, em sua definição, “os desafios de viabilizar ações práticas para enfrentar a fome, a pobreza e a miséria [...]”.

⁷⁹ Produtores e/ou comerciantes atacadistas que recebem um termo de *Permissão Remunerada de Uso* para comercializar em espaços delimitados no Entrepasto da Capital e nas unidades do interior.

A constatação de que a maioria dos alimentos consumidos no município de Flórida Paulista procede da CEASA de Presidente Prudente indica a dimensão das distâncias percorridas por cada um deles, uma vez que os produtos responsáveis pelo abastecimento do referido órgão têm como origem, fornecedores oriundos de uma diversidade de estados brasileiros, das regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, de acordo com o gerente da CEASA/Presidente Prudente (Mapa 02):

Mapa 02: Principais rotas de abastecimento alimentar para Flórida Paulista via CEASA de Presidente Prudente/SP.

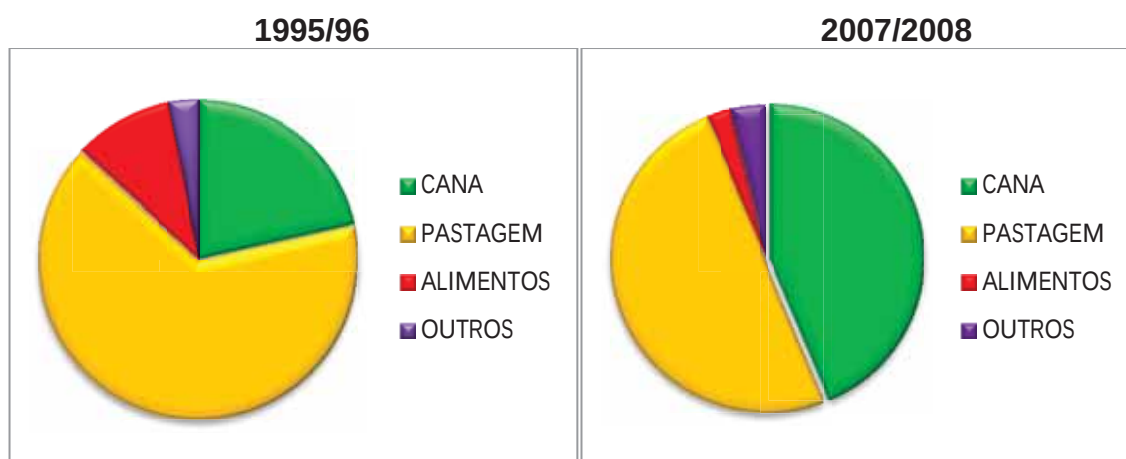


Fonte: CEASA – Presidente Prudente/SP.

O alimento enquanto mercadoria responde aos princípios do modelo de produção dominante para, com isso, minar a renda camponesa e promover o uso do território em consonância com a implantação das formas próprias à sua continuidade, o que redonda na substituição das paisagens heterogêneas da agricultura camponesa pela monotonia da homogeneidade agroindustrial, com reflexos na diminuição da capacidade interna de abastecer a demanda por alimentos (Gráfico 06), além dos impactos para a terra e para a água, advindos do *modus operandi* próprio ao agronegócio canavieiro.

No período considerado houve uma diminuição das áreas de pastagem em torno de 19% (32682,4 para 26322 ha), ao passo que a cana-de-açúcar teve a área de plantio aumentada em 115% (10.707,8 para 23.013,6 ha). Considerando que a área destinada às pastagens registrou um decréscimo de 6360 ha, menos que o total de terras incorporadas ao *círculo do agronegócio* (12.305,8 ha), deduz-se que tal expansão incorpora em seu processo produtivo *outras áreas* de produção agrícola, incluindo uma diversidade de culturas alimentícias que, no prazo considerado, registraram uma diminuição superior a 70% (-74,5%) e não somente áreas de pastagens degradadas como tradicionalmente afirmado pelos asseclas do capital agroindustrial canavieiro. (Gráfico 06).

Gráfico 06: Ocupação do território agrícola em 1995/96 e 2007/2008
Flórida Paulista/SP.



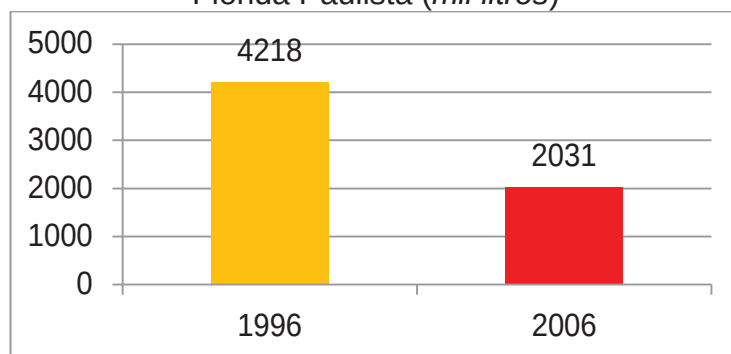
Fonte: LUPA, 1995/96 e 2007/2008.
Org.: VALÉRIO, 2011.

Subentendida ao contexto de desterritorialização das pastagens em favor da territorialização da cana-de-açúcar, a diminuição da produção leiteira (Gráfico 07) incrementa aspectos negativos para o campesinato, afligindo mais uma importantíssima fonte de renda e alimentação para os pequenos produtores, além de elemento que contribui à permanência da vida no campo e ao abastecimento de leite e derivados artesanais para a população urbana.

Durante a realização das entrevistas na área urbana do município, ao indagarmos as pessoas acerca de alguma mudança possível de ser notada nos últimos anos quanto à questão do abastecimento alimentar, foi frequente o

apontamento para a redução na oferta de gêneros artesanais derivados do leite, com destaque para doces, queijos e derivados, não mais encontrados como outrora.

Gráfico 07: Produção anual de leite:
Flórida Paulista (*mil litros*)



Fonte: SIDRA/IBGE.

Org.: VALÉRIO, 2011.

Esse reordenamento territorial desfavorável tanto ao cultivo alimentar como pecuário, acompanhado do crescimento vertiginoso das áreas de cultivo monocultor canavieiro no município de Flórida Paulista e região, aponta para o fato da concretização do êxito expansionista do capital canavieiro sobre as ditas “áreas novas” do Oeste Paulista, com efeitos diretos sobre a formatação do espaço agrícola local e regional, o que implica na diminuição tanto da *quantidade* como da *diversidade* alimentar.

A especificidade da forma de uso projeta as implicações decorrentes da substituição das paisagens, nas quais o fenômeno alimentar encontra-se inserido num frágil equilíbrio tanto social como ecológico que, submetido aos ditames da lógica agroindustrial, sucumbe aos mares verdes da cana-de-açúcar.

4- Terra e água no território canavieiro: *o quadro natural em questão*

Devido ao fato de tratarmos da relação entre fenômenos submetidos aos mesmos condicionantes, *de forma diferenciada*, porém, inextricável, a base natural na qual se assentam as atividades agrícolas compõe um dos referenciais imprescindíveis ao entendimento da especificidade das diversas formas de uso e ocupação do território. Desse modo, para uma melhor compreensão acerca das implicações da generalização da monocultura canavieira à produção de alimentos, buscamos evidenciar as principais características do quadro natural do município de Flórida Paulista em relação aos requisitos edafoclimáticos da cultura da cana-de-açúcar, assim como ao *modus operandi* próprio ao agronegócio canavieiro, o que permite inferências quanto às ações do capital agroindustrial no município e região, tal como aos efeitos da atividade canavieira para os recursos terra e água, elementos centrais na consolidação do espaço da Soberania Alimentar.

Sustentados no tripé *terra, água e família*, a Soberania Alimentar implica numa relação material entre o homem e o meio no qual se encontra inserido, de forma a permitir o uso dos recursos em consonância com a sua preservação, condição *sine qua non* para a manutenção do modo de vida daqueles cuja temporalidade perpassa gerações, retirando da terra o alimento da família e da sociedade.

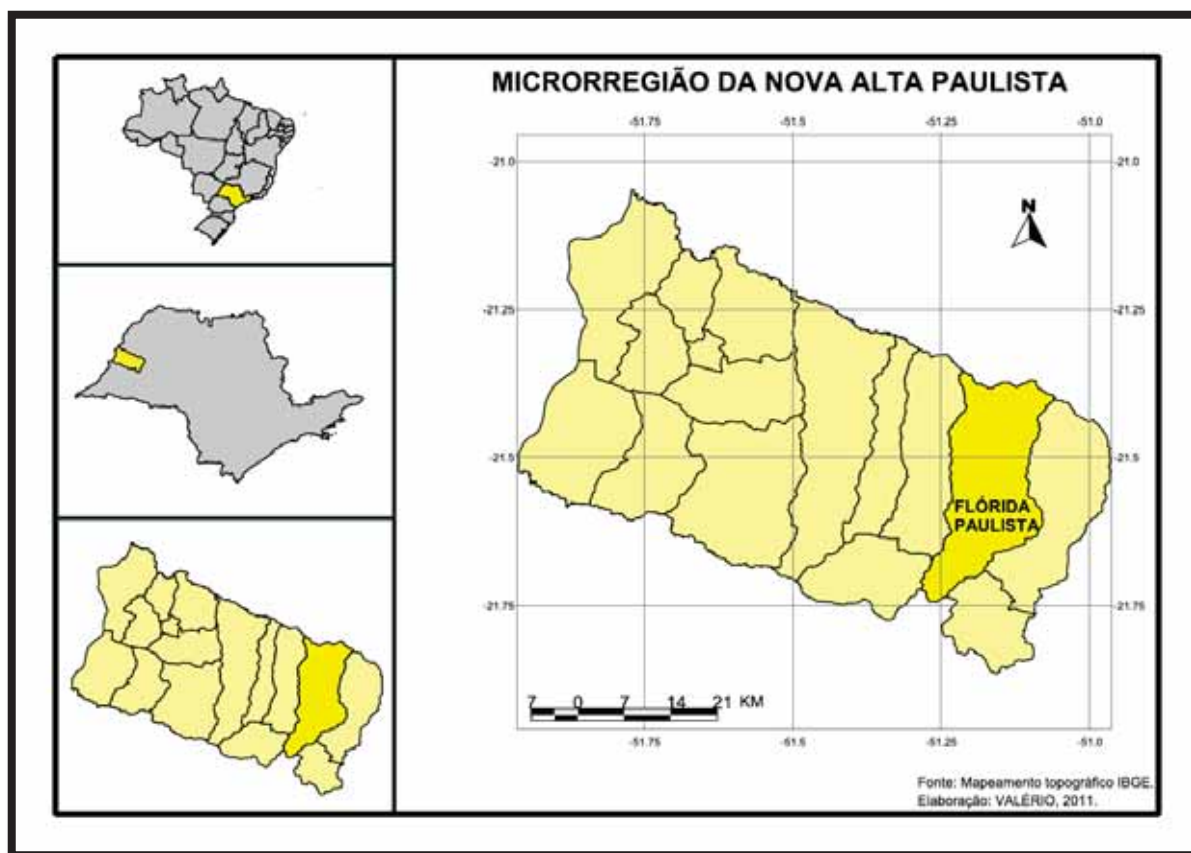
Distintos sujeitos dotados de distintas técnicas e potenciais de intervenção impactam de maneira diferenciada na estruturação do território, o que torna imperativo avaliar a especificidade das formas de uso e ocupação dos vários agentes que fazem da terra e da água cúmplices de um modo de vida *ou* reféns de um modo de produção.

4.1- O quadro natural de Flórida Paulista/SP

4.1.1- Clima

Situado na microrregião da Nova Alta Paulista (Mapa 03), numa altitude aproximada de 400 metros em relação ao nível do mar, o clima do município, segundo a classificação climática de Köppen, corresponde ao *clima tropical com estação seca de inverno* (Aw)⁸⁰, o que implica em um período de chuvas entre outubro e março, intercalado por um período de seca entre abril e setembro (Gráfico 08).

Mapa 03. Localização da área de estudo internamente à microrregião da Nova Alta Paulista.



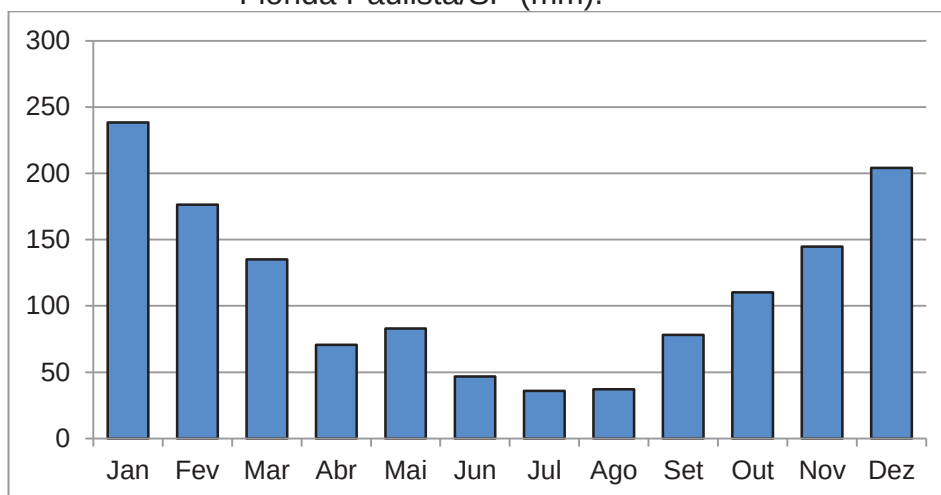
Fonte: IBGE.

Monteiro (1973) aponta que a região situa-se numa zona de transição climática em que a circulação atmosférica é controlada pela dinâmica das massas tropicais, setentrionais e meridionais onde, dentre estas massas de ar, a frente polar Atlântica é a principal responsável pela produção das maiores precipitações. As massas tropicais setentrionais procedentes da Amazônia provocam chuvas intensas e de curta duração, porém, com grande capacidade erosiva (SIGRH/SP, 1997, p. 35).

⁸⁰ Cf. Clima dos Municípios Paulistas – CEPAGRI, UNICAMP.

Fundamentada principalmente em critérios de temperatura, a classificação climática mencionada indica que o mês mais frio tem temperatura média superior a 18° C, sendo a precipitação pluvial anual maior que a evapotranspiração anual, com distribuição sazonal da precipitação marcada por uma estação seca de inverno⁸¹.

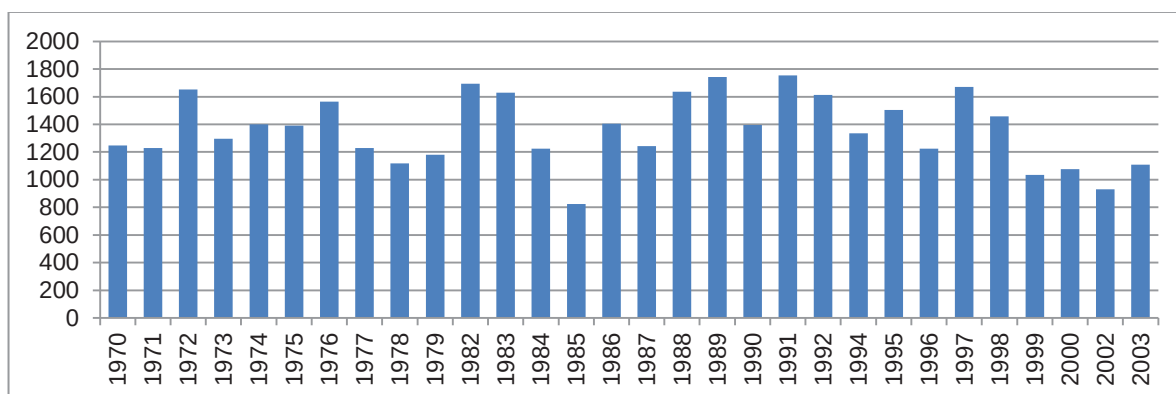
Gráfico 08. Precipitação mensal média de 1970 a 2003⁸²
Flórida Paulista/SP (mm).



Fonte: SIGRH/SP.
Org.: VALÉRIO, 2011.

No mesmo período considerado acima, os dados referentes à média da precipitação total anual superam os 1300 mm, com extremos entre 824 e 1754 mm (Gráfico 09).

Gráfico 09. Precipitação total anual de 1970 a 2003 – Flórida Paulista/SP (mm).



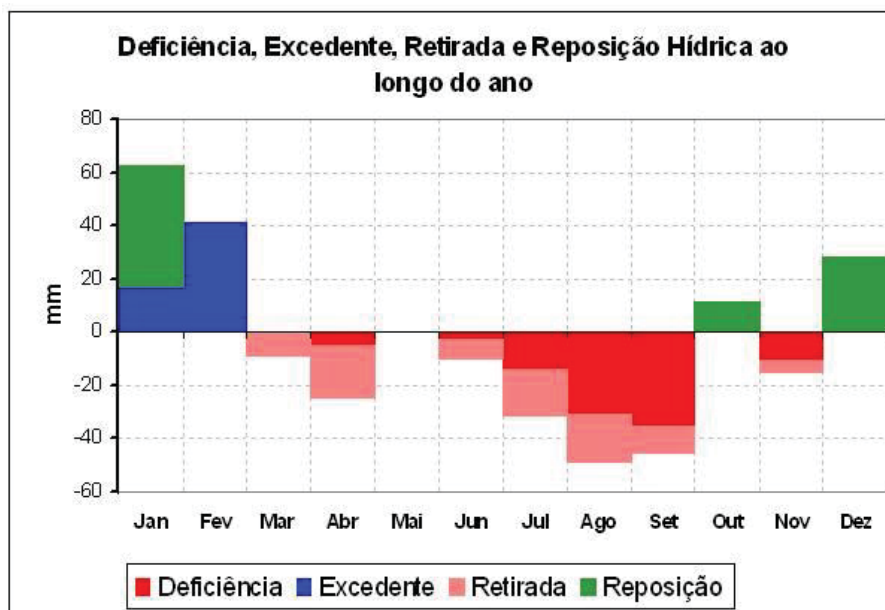
Fonte: SIGRH/SP.
Org.: VALÉRIO, 2011.

⁸¹ Cf. MENDONÇA, 2007, p. 121.

⁸² Exceto os anos de 1980, 1981, 1993 e 2001 que, devido à incompletude dos dados, foram excluídos da série.

O balanço hídrico climatológico para o município de Flórida Paulista indica índices de deficiência, excedente, retirada e reposição hídrica ao longo do ano que, no conjunto, revela especificidades em relação aos aspectos edafoclimáticos locais e suas compatibilidades e incompatibilidades para com os mais variados cultivos agrícolas, assim como um inventário acerca das possibilidades de intervenção (Gráfico 10).

Gráfico 10. Balanço hídrico-climatológico para o município de Flórida Paulista/SP.



Fonte: EMBRAPA – Banco de Dados Climáticos do Brasil.

A região apresenta um total pluviométrico anual médio de 1264 mm, com estação seca bem definida (abril a setembro) totalizando 300 mm de média de precipitação pluvial e temperatura média mensal com variação de 19,5 a 23,6° C. A estação úmida (outubro a março) apresenta um total médio de 964 mm, em torno de três vezes o total médio para o período de estiagem, o que caracteriza a região com um regime pluvial de sazonalidade tropical e temperaturas médias mensais entre 24 e 26° C⁸³.

4.1.2- Relevo

⁸³ Cf. TREMOCOLDI, 2008, p. 18.

Localizado no Planalto Ocidental Paulista, maior unidade morfológica do Estado de São Paulo, internamente à bacia hidrográfica do Rio Paraná, o relevo do município de Flórida Paulista se caracteriza por uma *predominância de baixas declividades*, havendo predomínio de colinas amplas e baixas com topos aplainados (ROSS & MOROZ, 1996). (Foto 09).



Foto 09: Formas de relevo predominantes em Flórida Paulista/SP.

Fonte: VALÉRIO, 2011.

Desse modo, a região onde se localiza o município de Flórida Paulista encontra-se morfoestruturalmente na *Bacia Sedimentar do Paraná* e, morfoesculturalmente, no *Planalto Ocidental Paulista* que, segundo IPT (1981):

Situa-se essencialmente sobre rochas do Grupo Bauru, que é constituído por diversas formações predominantemente areníticas, em algumas regiões cimentadas por carbonato de cálcio. Basaltos expõem-se nos vales dos principais rios em ocorrências descontínuas, exceto ao longo do Paranapanema e do Pardo, onde afloram extensivamente (ROSS & MOROZ, 1996, p. 52).

Marcado pela prevalência de formas levemente onduladas (Quadro 01), o relevo característico da morfoescultura do Planalto Ocidental Paulista permite identificar variações fisionômicas regionais que possibilitam demarcar distintas unidades geomorfológicas, “como o Planalto Centro Ocidental; patamares Estruturais de Ribeirão Preto; Planaltos Residuais de Batatais/Franca; Planalto

Residual de São Paulo; Planalto Residual de Botucatu e Planalto Residual de Marília” (ROSS & MOROZ, 1996, loc. cit.).

Quadro 01: Principais características dos sistemas de relevo presentes nas bacias dos Rios Aguapeí e Peixe (modificado de IPT 1981).

PLANÍCIES ALUVIAIS	Terrenos baixos e mais ou menos planos, junto às margens dos rios, sujeitos periodicamente a inundações. Ocupa áreas pequenas e estão restritas às calhas dos rios Paraná, Peixe, e Aguapeí.
TERRAÇOS FLUVIAIS	Terrenos horizontais ou levemente inclinados, junto às margens dos rios, não inundáveis. Ocupa áreas pequenas e sua ocorrência se restringe às barras dos rios do Peixe e Aguapeí.
COLINAS AMPLAS	Predominam interflúvios com área superior a 4 km ² , topos extensos e aplainados, vertentes com perfis retilíneos a convexos. Drenagem de baixa densidade, padrão subdendrítico, vales abertos, planícies aluviais interiores restritas, presença eventual de lagoas perenes ou intermitentes. É o sistema de relevo característico do Planalto Ocidental. Acha-se desenvolvido sobre arenitos do Grupo Bauru.
COLINAS MÉDIAS	Predominam interflúvios com áreas de 1 a 4 km ² , topos aplainados, vertentes com perfis convexos a retilíneos. Constitui um sistema de relevo comum nesta província, encontrado sua maior expressão no interflúvio Peixe-Aguapeí, sobre arenitos da Formação Adamantina.
MORROTES ALONGADOS E EPIGÕES	Predominam interflúvios sem orientação preferencial, topos angulosos, vertentes ravinadas com perfis retilíneos. Drenagem de média a alta densidade, padrão dendrítico, vales fechados. Ocorre em áreas relativamente grandes nas cabeceiras dos rios Peixe, e Aguapeí, sobre substrato arenoso das Formações Marília e Adamantina, e na região de Presidente Prudente, essencialmente sobre arenitos com cimento carbonático da Formação Adamantina.
MORROS SEDIMENTARES DE TOPOS ARREDONDADOS	Topos arredondados e localmente achatados, vertentes com perfis retilíneos a convexos, presença de espigões curtos locais. Drenagem de média densidade, padrão subparalelo a dendrítico, vales fechados. Ocorre em áreas pequenas e restritas no Rio do Peixe e na região de Bastos e Oscar Bressane. Desenvolve-se sobre a Formação Adamantina.
ENCOSTAS SULCADAS POR VALES SUBPARALELOS	Desfeitos em interflúvios lineares de topos angulosos a arredondados, vertentes de perfis retilíneos. Drenagem de média densidade, padrão subparalelo a dendrítico, vales fechados. Restrito ao flanco sul do Planalto de Marília, sustentado por arenitos e conglomerados com cimento carbonático (Formação Marília).
ESCARPAS FESTONADAS	Desfeitas em anfiteatros separados por espigões, topos angulosos, vertentes com perfis retilíneos. Drenagem de alta densidade, padrão subparalelo a dendrítico, vales fechados. Restrito a alguns setores (sul, centro e norte) do Planalto de Marília. É suportado por arenitos e conglomerados com cimento carbonático (Formação Marília).

Fonte: SIGRH/SP, 1997, p. 28-29.

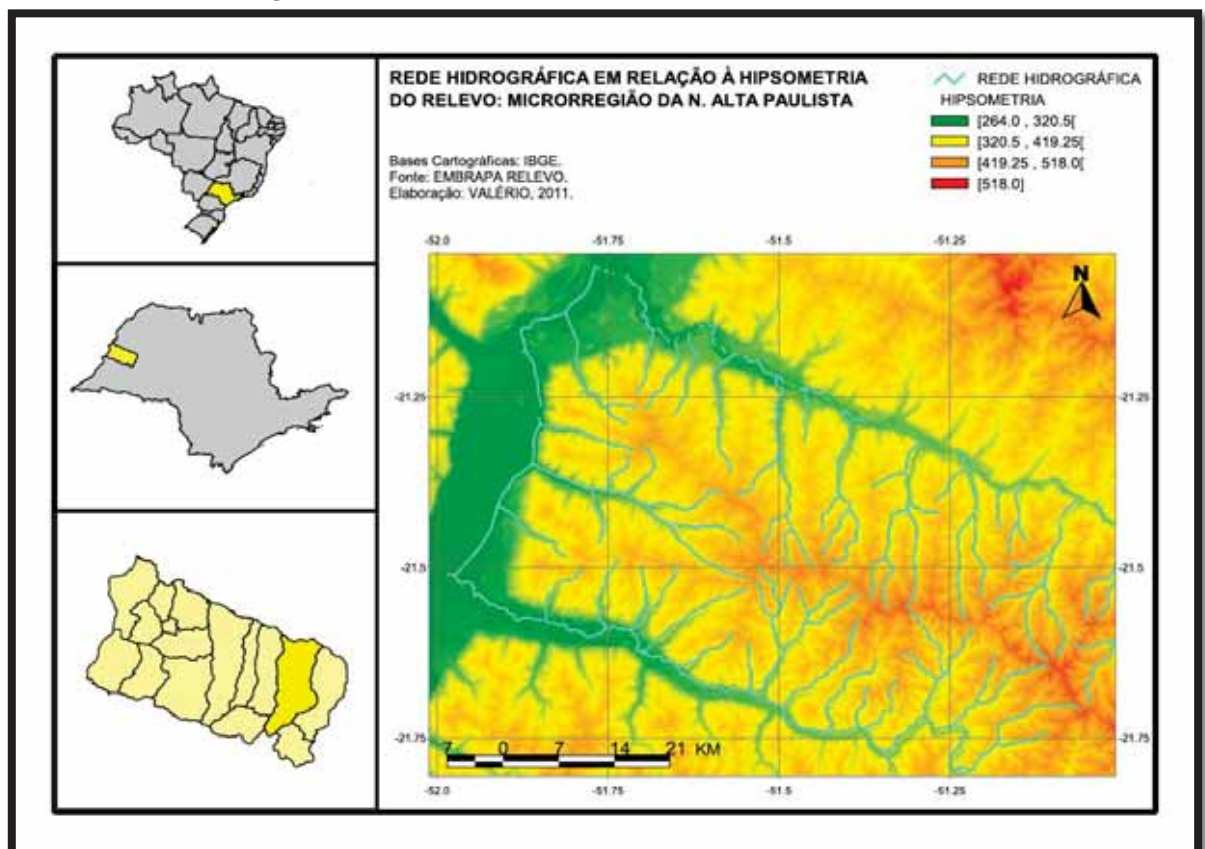
O Planalto Ocidental Paulista tem sua maior parte delimitada pela morfoescultura do *Planalto Centro Ocidental*, limitado ao norte pelo Estado de Minas Gerais, a noroeste com o Estado de Mato Grosso do Sul, a sudoeste com o Estado do Paraná e a sul e leste com a Depressão Periférica Paulista (SIGRH/SP, 1997, p. 30).

4.1.3- Hidrografia

Delimitados pela rede de drenagem, tanto o município de Flórida Paulista como a microrregião da Nova Alta Paulista apresentam características de relevo que, consideradas a partir da generalização das plantações com cana-de-açúcar, facilitam a dispersão dos agrotóxicos utilizados, fato que projeta a contaminação de áreas que extrapolam os limites regionais.

Devido ao seu formato longitudinal perpendicular ao sentido do espigão divisor de águas, o território de Flórida Paulista encontra-se situado sobre duas importantes bacias hidrográficas que compõem a rede de drenagem do interflúvio formado pelos Rios Aguapeí e Peixe, limites físicos que contém a microrregião da Nova Alta Paulista (Mapa 04).

Mapa 04: Localização da rede hidrográfica em relação à hipsometria do relevo: Microrregião da Nova Alta Paulista/SP.



Fonte: Embrapa Relevo/IBGE.

Em virtude da rápida ocupação ocorrida a partir de meados da década de 1920 e o consequente desmatamento da área para plantio das lavouras de café, algodão, amendoim, milho e cana-de-açúcar, seguido pela formação de grandes áreas de pastagem para a pecuária bovina extensiva após o esgotamento dos solos, consolidou-se uma ocupação desordenada em que foram priorizados os ganhos imediatos, resultando em processos de erosão acelerada e assoreamento da rede de drenagem⁸⁴.

4.1.4- Solos

Considerados a partir dos levantamentos executados na área das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe pelo *Projeto Radam-Brasil*, os principais tipos de solo da região são representados abaixo (Quadro 02).

Quadro 02. Principais tipos de solos encontrados no interflúvio Aguapeí/Peixe.

Latossolo Vermelho Escuro	Compreende solos minerais não hidromórficos com horizonte B latossólico e coloração vermelha escura. A textura varia de argilosa a média, sendo sempre acentuadamente drenados. Observa-se na região estudada a ocorrência de Latossolo Vermelho Escuro associado aos arenitos do Grupo Bauru e sistemas de relevo predominantemente de colinas amplas.
Podzólico Vermelho Amarelo	São solos moderadamente drenados, variando de rasos a profundos e textura variando de arenosa/média a argilosa/muito argilosa. Distribuem-se em relevos com encostas declivosas, predominando relevos de colinas médias e morrotes alongados.
Litólico	Compreende solos minerais pouco desenvolvidos, com aproximadamente 20 a 40 cm de profundidade, sobrepostos a rochas consolidadas, com pequena ou nenhuma meteorização(alteração). A designação é estendida também a solos que não estão assentes diretamente sobre rochas consolidadas próximas à superfície, porém a quantidade de cascalhos e fragmentos de rocha pouco alterada é maior que a de material decomposto.
Planossolo	São solos com B Textural, mudança textural abrupta e horizontal superficial de textura arenosa ou média. A coloração dos horizontes subsuperficiais é variegada, com predomínio de cores brunadas e acinzentadas, que refletem a condição da drenagem imperfeita do perfil, decorrente da situação topográfica baixa, com excesso de umidade durante as chuvas.
Glei Pouco Húmico	Compreende solos hidromórficos, mal drenados, e portanto caracterizados pela presença de horizonte glei. Ocorrem na região estudada em planícies aluviais, limitados a áreas de agradação.
Areias Quartzosas	São solos arenosos pouco desenvolvidos constituídos essencialmente por minerais de quartzo, excessivamente drenados, profundos e de baixa fertilidade natural.

Fonte: SIGRH/SP, 1997, p. 31-34.

⁸⁴ Cf. ETCHEBEHERE et al. 2005, p. 46.

4.2- A fome com a vontade de comer: da aptidão edafoclimática ao *modus operandi* da agroindústria canavieira

Cultivada em uma extensa faixa latitudinal compreendida entre a latitude 36.7° N e 31.0° S, desde o nível do mar até pouco mais de 1000 metros de altitude, a cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*) se caracteriza como uma planta essencialmente tropical. Pelo fato de corresponder a um cultivo de longa duração, o desenvolvimento da cana perpassa por todas as estações durante seu ciclo produtivo. O crescimento, a produção e a qualidade da cana resultam da existência de componentes climáticos que controlam seu desenvolvimento, sendo requisitos principais as condições de temperatura, luz e umidade disponível (SUGARCANECROPS).

As condições climáticas ideais para a produção ótima do açúcar da cana compreendem uma estação longa, quente e com alta incidência de radiação solar e umidade adequada (chuva); uma estação razoavelmente seca, ensolarada e fresca, mas sem geada para amadurecimento e livre de tufões e furacões (SUGARCANECROPS).

A cultura da cana-de-açúcar se adapta muito bem às regiões de clima tropical, quente e úmido, cuja temperatura predominante seja entre 19 e 32° C e onde as chuvas sejam bem distribuídas, com precipitação acumulada acima de 1000 milímetros por ano. A cultura conta com duas fases principais de desenvolvimento:

crescimento vegetativo: fase em que a planta é favorecida pelo clima úmido e quente;

maturação: quando temperaturas mais amenas e a baixa disponibilidade de água favorecem o acúmulo de sacarose (Agência CNPTIA – EMBRAPA).

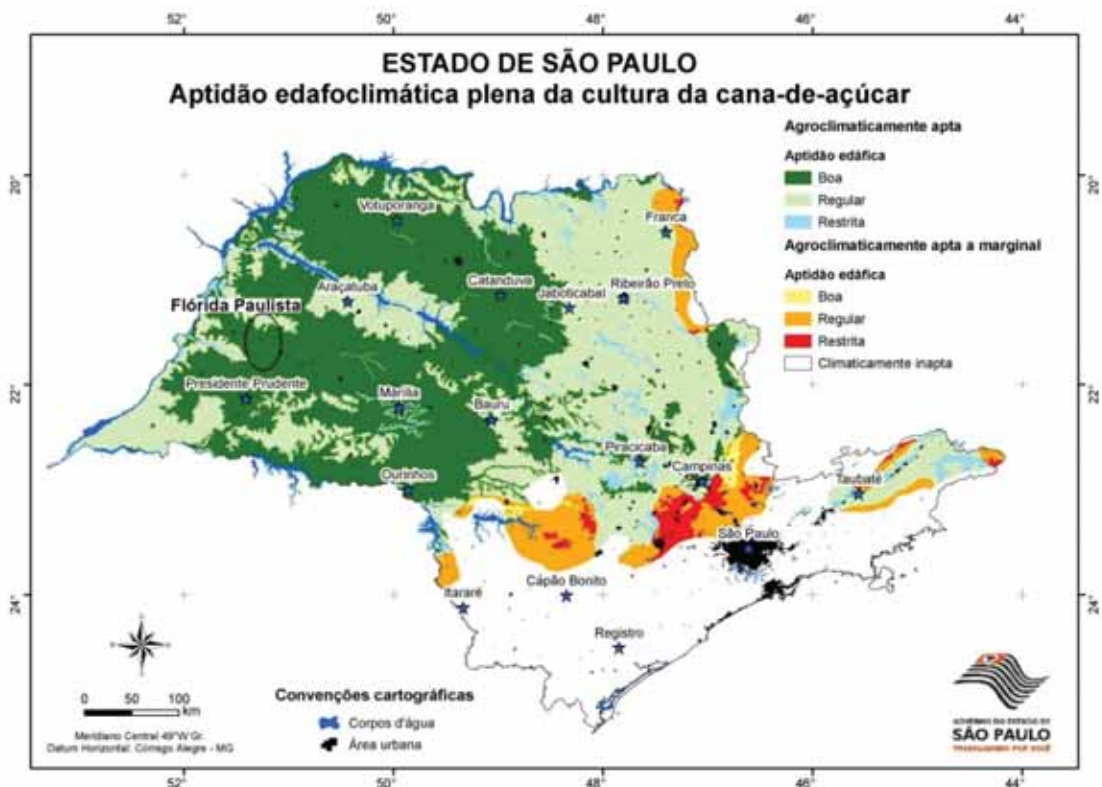
O clima predominante no Estado de São Paulo apresenta excelentes condições para a produção ótima da cana-de-açúcar, “permitindo o crescimento vigoroso da planta durante a primavera e o verão, e oferecendo condições adequadas para a maturação e a colheita, durante o outono e o inverno” (Agência CNPTIA – EMBRAPA).

No Estado de São Paulo a cana-de-açúcar é cultivada principalmente em solos do tipo *latossolo vermelho*, *vermelho-amarelo* e *vermelho escuro*, podendo ser produzida em diversos tipos de solo, no entanto,

É evidente que para obter produtividade satisfatória é necessário recuperar a fertilidade dos solos, tanto nas camadas superficiais como nas mais profundas, quando estes não apresentarem condições ideais para o cultivo da cana. Para isso, quantidades adequadas de corretivos (calcário e gesso) devem ser utilizadas de maneira a atingir tais objetivos e, consequentemente, aumentar a produtividade (Agência CNPTIA – EMBRAPA).

Em busca de uma caracterização edafoclimática visando à constituição de um zoneamento agroambiental para a cultura da cana-de-açúcar, o Centro Integrado de Informações Agrometeorológicas (CIIAGRO) apontou para as principais características de viabilidade da cultura canavieira no Estado de São Paulo (Mapa 05).

Mapa 05: Aptidão edafoclimática para a cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.



Fonte: CIIAGRO/SP.

Amparada no arcabouço técnico-científico oferecido por instituições públicas, universidades e empresas privadas, as pesquisas para desenvolvimento de novas variedades resultam em tipos adaptados às diferentes condições de clima e solo, bem como à produção de cana em áreas afetadas por pragas e doenças, com destaque para a *Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro do Brasil* (RIDESA), instituída no ano de 1991 e responsável por

variedades plantadas em mais da metade da área canavieira total do território nacional (Agência CNPTIA – EMBRAPA).

Conforme constatou o estudo acima, tendo em vista os atributos de clima e solo, a maior parte do território paulista oferece condições favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar, com destaque para a porção Oeste do Estado, no qual o município de Flórida Paulista apresenta-se como *agroclimaticamente* apto à expansão agroindustrial canavieira, além de oferecer condições de relevo adequadas à demanda pela mecanização da colheita, em substituição à queimada da palha prevista desde 2002 com a aprovação da Lei Nº 11.241, de 19 de Setembro de 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 47.700, de 11 de Março de 2003, na qual o Governo do Estado de São Paulo passa a disciplinar a prática da queima da palha nos canaviais, dispondo sobre a eliminação gradativa da queima da palha⁸⁵ (Tabelas 09 e 10).

Tabela 09. Cronograma do percentual da área *mecanizável*⁸⁶ onde não se pode efetuar a queima.

ANO	ELIMINAÇÃO DA QUEIMA (%)
1º ano – 2002	20
5º ano – 2006	30
10º ano – 2011	50
15º ano – 2016	80
20º ano – 2021	100

Fonte: VIEIRA, 2007, p. 12.

Tabela 10. Cronograma do percentual da área *não mecanizável*⁸⁷, onde não se pode efetuar a queima.

ANO	ELIMINAÇÃO DA QUEIMA (%)
10º ano – 2011	10
15º ano – 2016	20
20º ano – 2021	30
25º ano – 2026	50
30º ano – 2031	100

Fonte: VIEIRA, 2007, loc. cit.

⁸⁵ Cf. VIEIRA, 2007, p. 12.

⁸⁶ Relevo com declividade máxima de 12% e área superior a 150 ha.

⁸⁷ Áreas menores de 150 ha ou que o relevo tenha declividade superior a 12%.

Devido à forte tendência à mecanização da colheita, fundamentada mais na competitividade entre as unidades produtoras que nos pressupostos legais, as condições de relevo exercem um papel de fundamental importância no processo produtivo da cana-de-açúcar, de modo a determinar áreas mais ou menos viáveis à atividade canavieira.

Possibilitada somente naqueles terrenos com declividade inferior a 12%, a mecanização do corte pressupõe o replanejamento das áreas de plantio desde o preparo do solo, com limpeza total do terreno e retirada de todas as irregularidades possíveis, até o planejamento logístico do traçado dos talhões e carreadores (VIEIRA, 2007, p. 14).

4.2.1- Uso de agrotóxicos na cana-de-açúcar

Assunto pouco pesquisado no cenário acadêmico, as consequências da intensificação do uso de agrotóxicos para os recursos terra e água acabam sendo encobertas pela desinformação, o que implica num “caminhar no escuro” quanto aos efeitos para a produção de alimentos e à saúde das pessoas. Para Armas (2006), muitos dos produtos empregados na proteção da cultura da cana-de-açúcar “apresentam níveis toxicológicos elevados, com grande tendência de atingirem os corpos hídricos” (p. 15), de modo que:

Os agrotóxicos representam os produtos mais amplamente encontrados em corpos hídricos superficiais e subterrâneos do mundo todo, em função do amplo uso em áreas agrícolas e urbanas. Eles compreendem uma variedade de moléculas com distintas propriedades que lhes conferem diferentes graus de persistência ambiental, mobilidade e potencial tóxico, carcinogênico, mutagênico e teratogênico ou algum efeito endócrino a diversos organismos não alvos, *inclusive o ser humano* (ARMAS, 2006, p. 15). (grifo nosso).

De acordo com o estudo realizado na sub-bacia hidrográfica do Rio Corumbataí (ARMAS, 2005), visando uma caracterização temporal do uso de agrotóxicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar para a definição daqueles a serem incluídos num eventual programa de monitoramento, foram identificados 24 ingredientes ativos.

Com um movimento total de US\$3,1 bilhões no ano de 2003, o Brasil figura entre os três maiores consumidores mundiais de agrotóxicos, onde o Estado de São Paulo responde por 18,64% do valor comercializado, tendo a cana-de-açúcar como responsável por 11,5% do total nacional no ano de 2002, superada apenas pela soja (ARMAS, 2006, p. 14).

No Brasil, a distribuição dos agrotóxicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar apresenta-se bastante heterogênea. Para Ferreira (2000), no período de 1997 a 1999, o consumo de inseticidas aumentou de 7,6 para 12,5%, enquanto os herbicidas apresentaram uma redução de 85,9 para 82,2%⁸⁸.

Avaliando-se o consumo total de agrotóxicos na sub-bacia do rio Corumbataí no período de quatro anos, observa-se que o glifosato representou 19,88% dos produtos utilizados, seguido da atrazina, ametrina, 2,4-D, metribuzim, diurom e acetocloro, com 14,53; 14,39; 10,63; 9,43; 7,87 e 7,82%, respectivamente. Os demais produtos responderam isoladamente por menos de 5% do volume consumido e, conjuntamente, por 15,45% do volume de agrotóxicos empregados no período (ARMAS, 2005, p. 978).

No estado de São Paulo, maior consumidor brasileiro de agrotóxicos, [...] estudos baseados principalmente em processos matemáticos de estimação apontam para o risco de contaminação de águas subterrâneas, a exemplo de Rodrigues et al. (1997) e Pessoa et al. (2003), além de alguns estudos que evidenciaram a presença de algumas moléculas em corpos hídricos superficiais e subterrâneos (ARMAS, 2006, p. 45).

Em estudo encomendado pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), a consultoria alemã *Kleffmann Group* apontou o Brasil como maior mercado de agrotóxicos do planeta, com um movimento de 7,1 bilhões de dólares frente aos 6,6 bilhões do segundo colocado, os Estados Unidos⁸⁹. De acordo com o coordenador de agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Luís Rangel, o aumento tem relação com o crescente uso de tecnologias no campo, “quanto mais avançado o sistema produtivo, maior o consumo de agrotóxico. Neste momento é importante fazer um balanço da relação entre risco e benefícios do seu uso”⁹⁰.

Para o gerente geral de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Cláudio Meirelles, a liderança nacional é preocupante, pois, “são substâncias tóxicas que são objeto de ação regulatória no mundo. No Brasil,

⁸⁸ Cf. ARMAS, 2005, p. 976.

⁸⁹ Cf. O Estado de São Paulo, 07/08/2009.

⁹⁰ Ibidem.

temos dificuldade de ação de controle, falta de recursos humanos e falta de laboratórios, enquanto a velocidade de consumo avança”⁹¹.

Estudos realizados pela Embrapa apontam que a contaminação dos recursos hídricos por resíduos de agrotóxicos ocorre principalmente devido à ação do escoamento superficial, uma vez que a ocorrência de uma única chuva pode gerar perdas de até 2% da quantidade aplicada. O transporte vertical de pesticidas por processos de lixiviação no perfil do solo “tem sido apontado como a principal forma de contaminação do lençol freático (águas subterrâneas), juntamente com a água das chuvas ou de irrigação que desce pelo solo” (SIGRH/SP).

⁹¹ Ibidem.

5- Do discurso positivo à negação da Soberania Alimentar: o agronegócio e a “modernidade” destrutiva do capital

A expansão do agronegócio canavieiro sobre as ditas *terras novas* do Oeste Paulista se baseia num *discurso positivo* em que são ressaltados supostos benefícios para a região, tal como geração de empregos, utilização de terras ociosas, aquecimento das economias locais e regionais e um consequente crescimento econômico. Surgido a partir das grandes fazendas caracterizadas como *plantation*, definidas por grandes extensões de terras dedicadas à monocultura para o mercado externo com a utilização de mão-de-obra escrava, o latifúndio se *modernizou* e fez surgir o *agronegócio*, atualmente em posição de destaque no território nacional, onde “a alta produtividade é alcançada por meio do uso intensivo de agrotóxico combinado aos baixos salários dos trabalhadores”⁹². Com isso,

Diante da importância econômica atribuída a atividade sucroalcooleira justifica-se o histórico de intervencionismo estatal que predominou no período colonial, no império e em todo período republicano, passando pelas ditaduras varguista e militar, assim como, ocorre na atual conjuntura, materializado por meio dos incentivos do governo Lula que instituiu uma série de medidas favorecendo a produção de biocombustíveis (BARRETO, 2009, p. 04).

A análise do discurso em que o agronegócio apregoa benefícios de novos postos de trabalho, melhorias e desenvolvimento econômico e social pressupõe atentarmos para o viés ideológico implícito em tal anúncio, pois,

Por trás desse discurso, o capital sucroalcooleiro oculta de certo modo seus interesses, em arregimentar “benefícios”, principalmente aqueles em que a margem de lucro se mostra significativa. Como os incentivos fiscais que tais municípios oferecem ao se implantar uma nova unidade em seus limites municipal-territoriais [...] fazendo na maioria das vezes, o Poder Público dos municípios, a população, a classe trabalhadora, “platéia” para seu discurso carregado de ideologias e promessas. A presença da ideologia na formação do discurso é determinante para que o capital subjugue a sociedade, e obtenha os resultados esperados. A ideologia inserida na falácia do agronegócio age como o “pendulo que hipnotiza”, torna a população, o Poder Público municipal e a classe trabalhadora enlaçada e obediente a suas vontades (BARRETO, 2009, p. 05-06).

⁹² BARRETO, 2009, p. 04.

Desse modo, sob a tutela da política local, estadual e nacional amparada no discurso ideológico do crescimento/desenvolvimento econômico e social via geração de emprego e renda para as populações próximas, consolida-se o desmonte deliberado das práticas policultoras, com impactos diretos na produção de alimentos, fato constatado pelas “notícias que associam o avanço da monocultura da cana-de-açúcar destinada à produção de etanol, à diminuição da produção de gêneros alimentícios [...]” (BARRETO, 2009, p. 07).

Nesse sentido, Silva (2009) entende que,

[...] atualmente presenciamos no setor uma nova fase de concentração e centralização de capitais e ainda de concentração fundiária, uma vez que *pequenos e médios proprietários de terra arrendam suas propriedades para as usinas, comprometendo, portanto, a produção de alimentos básicos*, o que acaba encarecendo estes produtos (SILVA, J. H., 2009, p. 53).

Por detrás do discurso falacioso propagado sob a égide dos combustíveis *renováveis* encontram-se as mazelas advindas do *modus operandi* próprio à agroindústria canavieira, onde são expostas faces de degradação humana e ambiental. Em ocasião de uma fiscalização promovida pelo Ministério Público Federal na empresa Floralco Açúcar e Alcool, localizada no município de Flórida Paulista, ficou constatado o não cumprimento às diretrizes do PAS (Plano de Assistência Social)⁹³, de modo que os trabalhadores vinculados à citada empresa não dispunham de direitos sociais básicos referentes ao Plano (SILVA, 2009, p. 83).

Recentemente a mesma empresa foi penalizada com uma multa de R\$ 126 mil em virtude da queima irregular da palha da cana e consequente destruição de árvores nativas numa reserva ambiental:

A Floralco não tinha autorização para a queimada. "Foram queimados 124 hectares de palha de cana. O fogo se alastrou e destruiu parte de uma área de preservação. Houve dois crimes ambientais", afirmou Evandro Torquato, soldado da Polícia Ambiental em Presidente Prudente (O ESTADO DE SÃO PAULO, 19/05/2011).

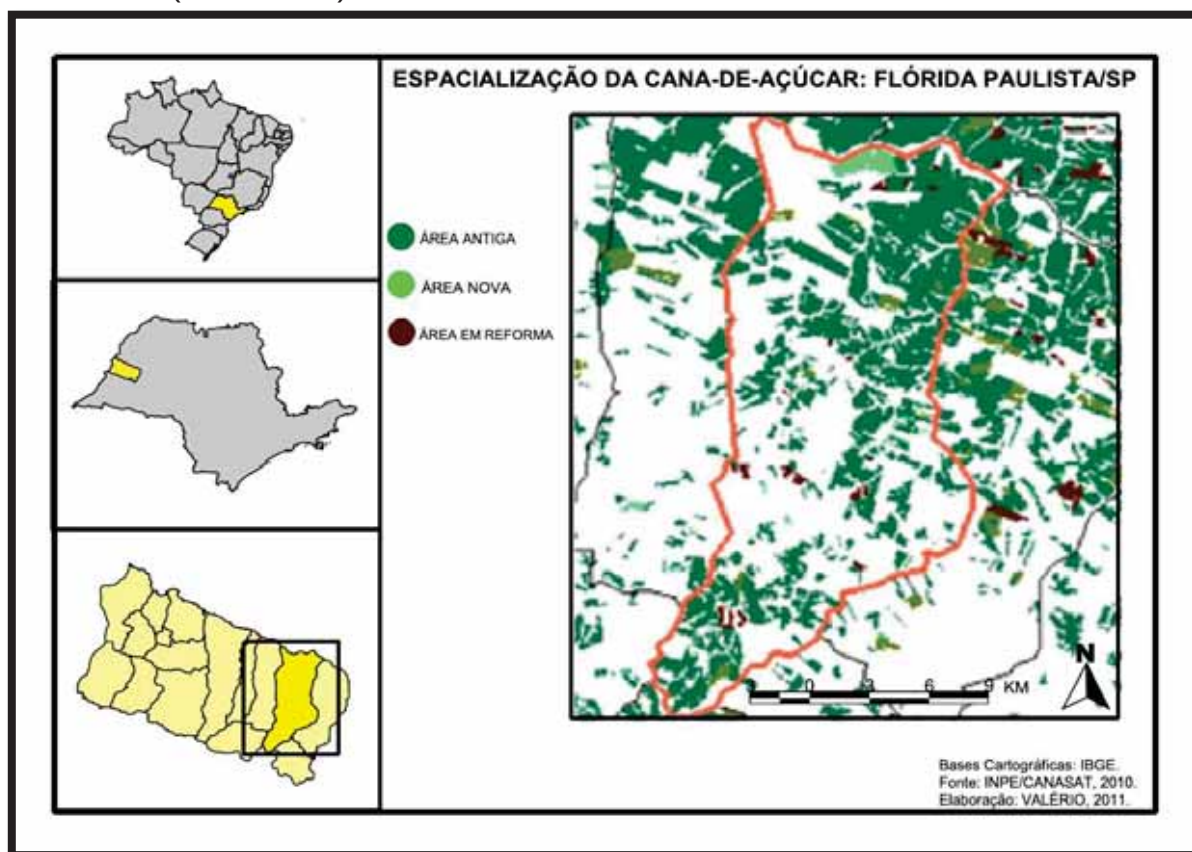
Em virtude da ausência de um efetivo monitoramento referente aos impactos causados pela contaminação da água e do solo por resíduos de agrotóxicos utilizados na cultura canavieira, as discussões relativas aos efeitos da expansão da cana-de-açúcar tem se pautado em aspectos *supostamente positivos* na preservação da estrutura física do solo, fato que tem cooptado uma diversidade de

⁹³ Obrigação imposta às empresas ou pessoas físicas que exploram usinas, destilarias e fornecimento de cana, prevista pelo artigo 36 da Lei 4.870/65.

intelectuais desavisados quanto aos efeitos nefastos para os recursos naturais, além da *esterilização social* resultante da homogeneização da paisagem.

Considerada a partir da espacialização da cana-de-açúcar no município (Mapa 06) e a maneira como são aplicados os agrotóxicos por meio de aviões de pulverização⁹⁴, a rede de drenagem favorece a dispersão de resíduos por meio de processos de lixiviação e escoamento superficial, conforme verificado no estudo de Armas (2006), o que projeta a contaminação tanto da água superficial e subterrânea como do solo e dos cultivos praticados, apontando para sérios riscos à saúde humana.

Mapa 06. Espacialização da cana-de-açúcar no município de Flórida Paulista/SP. (Safrá 2010).



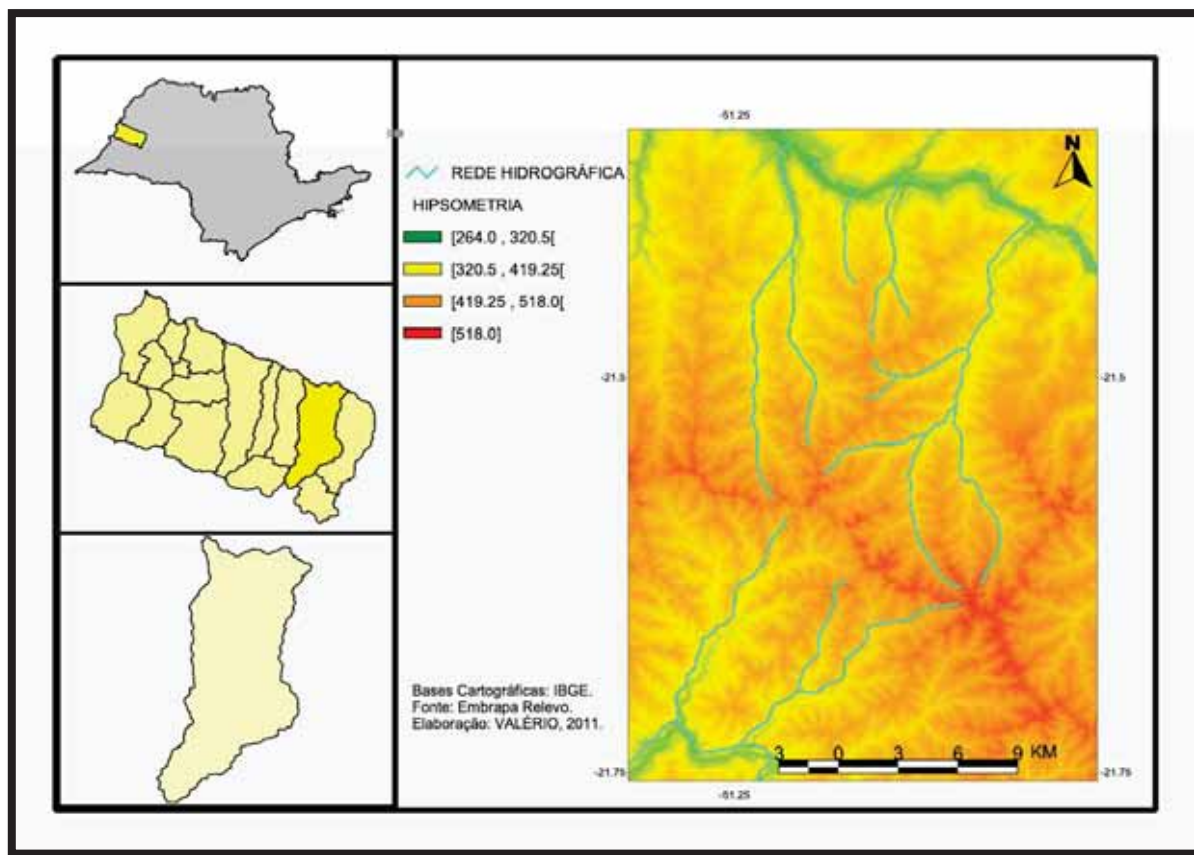
Fonte: INPE/CANASAT, 2010.

Pensadas a partir do quadro natural do município, as ações promovidas pelo capital agroindustrial canavieiro permitem inferir quanto aos potenciais efeitos para os recursos terra e água. Considerando as características de clima e relevo predominantes em relação ao *modus operandi* próprio à agroindústria da cana-de-

⁹⁴ Fato constatado por meio de depoimentos dos produtores rurais entrevistados durante os trabalhos de campo.

açúcar, especificamente em relação à larga utilização de agrotóxicos empregados na *defesa* dos canaviais, a posição longitudinal perpendicular do território municipal em relação ao espigão divisor de águas faz com que duas importantes bacias hidrográficas estejam sujeitas à contaminação por resíduos de produtos aplicados nos canaviais; Bacia do Rio Aguapeí, ao Norte e Bacia do Rio do Peixe, ao Sul (Mapa 07).

Mapa 07. Localização da rede hidrográfica em relação à hipsometria do relevo em Flórida Paulista/SP.



Fonte: Embrapa Relevo/IBGE.
Elaboração: VALÉRIO, 2011.

A análise da espacialização da cultura canavieira em relação aos componentes morfológicos e hidrográficos do território de Flórida Paulista aponta para os riscos a que incorremos a partir da generalização indiscriminada das plantações com cana-de-açúcar, com ênfase para as porções sul e nordeste do município, nas quais se destacam tanto as “manchas verdes”, como as nascentes e canais de drenagem, um encontro que projeta pessimismo quanto às resultantes de tal relação.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) na cidade de Lucas do Rio Verde, referente à contaminação do leite materno por resíduos de agrotóxicos, foram analisadas amostras do leite de 62 mulheres, sendo constatada a contaminação de *todas*, algumas delas com até seis tipos diferentes de agrotóxicos. Segundo o toxicologista Félix Reyes da Universidade de Campinas (UNICAMP), a saúde das crianças está em risco, pois, “bebês em período de lactação são mais suscetíveis, pois sua defesa não está completamente desenvolvida” (FOLHA ONLINE, 23/03/2011).

Ao discorrer acerca do transporte de agrotóxicos pela atmosfera, ALMEIDA (1974) aponta que uma diversidade de *ésteres de 2,4-D*⁹⁵ aplicados nos canaviais “volatizam-se e são carregados pelo vento, alcançando e destruindo as plantações vizinhas” (RÜEGG *et al.* 1991, p. 43), com isso,

Vários inseticidas organoclorados, com pressão vapor relativamente elevada, passam progressivamente do solo para a atmosfera. Levados pelo vento podem atingir áreas distantes. Por outro lado, a aplicação aérea de pesticidas acarreta a perda de 10 a 70% dos produtos aplicados, que são levados à deriva, contaminando outras áreas (HURTIG, 1972, *apud* RÜEGG *et al.* 1991, p. 43).

Em ocasião dos trabalhos de campo pudemos constatar, por meio de depoimentos, a contaminação e perda integral da produção de pequenas propriedades em virtude da proximidade com áreas de monocultura canvieira que, quando da pulverização nos canaviais, dispersam agrotóxicos pelo vento de maneira indiscriminada.

Escudado no *discurso positivo* que encobre a perversa realidade, o agronegócio segue sua marcha destrutiva sobre a terra e o homem, de maneira a aprofundar as máculas da utilização do território sob os auspícios de interesses estranhos ao lugar. Subordinada às diretrizes de reprodução do capital, a produção de alimentos fica limitada à marginalidade, sobreposta pelas imposições inerentes à generalização do *formato único*.

5.1- Para além dos canaviais: projetos de sociedade em disputa

⁹⁵ O éster de 2,4-D corresponde a uma das formulações mais antigas e amplamente utilizadas de herbicidas.

Alimentos ou combustíveis, pratos ou tanques? A expressão já utilizada por nós (VALÉRIO, 2009) indica formas diferenciadas de utilização do território, nas quais ficam subentendidos conteúdos específicos em relação ao projeto de sociedade que se anuncia. A substituição das paisagens decorrente da territorialização da cana-de-açúcar expressa o projeto que se impõe. O modo de produção hegemônico, em atendimento às diretrizes necessárias à sua reprodução dita as normas de uso do território, de maneira que todos os elementos estranhos à sua lógica são removidos em benefício da sua continuidade.

A paisagem atualmente predominante no município e região encontra-se sintonizada aos enunciados de continuidade do atual modelo, no qual a alimentação é regida pelo paradigma da segurança alimentar, o que faz do alimento e da alimentação fenômenos subordinados à *lógica do mercado*, de modo que o abastecimento alimentar passa a ser garantido por meio do movimento do alimento no espaço, não importando onde, como e por quem tenha sido produzido.

O abastecimento alimentar *predominantemente externo* aos limites do território, a generalização da paisagem canavieira, a ascensão do álcool combustível como matriz energética, mais que fatos isolados, ilustram a forma articulada por meio da qual o modo de produção dominante justifica as mais contraditórias formas de ocupação do território, reflexo da

[...] predominância, na base do edifício social, do modelo concentracionista de terra, renda e capital [...] Colocar em primeiro plano a estrutura de poder de classe, em torno da concentração da propriedade da terra (urbana e rural), o fortalecimento dos grandes conglomerados agroindustriais, alimentícios, químico-farmacêuticos, financeiros, minero-madeireiro-metalúrgicos, em nosso país, significa expor em escala de importância todo o histórico quinhentista de consolidação do latifúndio e dos mecanismos de concentração de renda e de riqueza nas mãos de poucos (THOMAZ, JUNIOR, 2009, p. 76).

À ausência de políticas de reforma agrária se juntam ações de Estado que não privilegiam os interesses da classe trabalhadora, o que consolida “o projeto de sociedade fundado nas grandes empresas, na concentração fundiária e na marginalização social de milhões de famílias camponesas”⁹⁶.

Ao discutir a atual configuração das cadeias alimentícias, o autor indica a existência de cartéis controlados por aproximadamente *dez* empresas transnacionais, aliadas formal ou informalmente a outras *quarenta* empresas de

⁹⁶ THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 76.

porte médio, responsáveis pelo controle dos principais grãos (milho, trigo, soja, cevada etc.), além das carnes, lácteos, óleos, vegetais, açúcar e frutas⁹⁷. Assim,

Nesta fase de mundialização do capital, a necessidade da alimentação requer que pensemos de forma articulada o sistema produtivo dos alimentos e, desse modo, no esquema, na organização e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos, e em abastecer os mercados consumidores próximos às áreas de produção (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 158).

Dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) indicam que nos anos de 1960, no total, os países do sul dispunham de um *superávit* superior a *sete bilhões de dólares* em produção interna de alimentos, momento em que não havia empresas com participação superior a 1% dos mercados. Atualmente, *quatro* distribuidoras de cereais detêm uma participação superior a 80% do mercado mundial (Cargill, ADM, Bunge e Louis Dreyfus)⁹⁸. Para a pesquisadora,

As garras das transnacionais sobre o sistema alimentar são a causa profunda da crise. Porque não há nenhuma política pública que possa controlar o preço dos alimentos quando a produção agrícola está em mãos de agentes que só se preocupam com o lucro e nada mais. Então, claro que *não vão vender a quem necessite, e sim a quem pague mais* (ALVAREZ, 2011). Grifo nosso

A comercialização de alimentos própria ao *modelo de dominação do capital* influi negativamente na estrutura produtiva familiar, orientada pela *práxis* difundida pelas transnacionais agro-químico-alimentar e financeiras de que a produção agropecuária deva estar direcionada ao atendimento dos *interesses do mercado*, afirmação que Thomaz Junior, (2009, p. 158) assevera encimar-se num *fetice* responsável por obscurecer as contradições fundantes do metabolismo social e instalar a sutileza do “peso de determinação do mercado para a sociedade”, que faz “da fome a principal chaga da humanidade em pleno século XXI”.

Considerada a partir das relações impostas pelo atual modelo dominante, a alimentação das pessoas projeta uma perversa *seletividade*, na qual os lugares, uma vez privados da heterogeneidade territorial que permite a ativação dos sistemas alimentares locais, ficam reféns da especulação que faz do alimento uma mercadoria sujeita ao crivo dos que pagam mais. Assim,

⁹⁷ THOMAZ JUNIOR, 2009, loc. cit.

⁹⁸ ALVAREZ, 2011.

Muito bem escudados nos principais veículos de formação de opinião (universo midiático), os setores hegemônicos e fiéis defensores do *status quo* tentam desfocar a atual crise, para fazer crer que a elevação dos preços dos alimentos não tem vinculação com ações especulativas. Tampouco deixam vazar que o desabastecimento e incremento do atual patamar da fome no planeta têm qualquer vinculação com as iniciativas de produção dos combustíveis renováveis. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 164).

Mesmo em pequenos municípios do interior, como é o caso de Flórida Paulista, o prazer de degustar um alimento fresco à sombra da copa de uma árvore é cada dia mais difícil. Adquirir um alimento a partir daquele que o viu crescer ecoa como *romântico* por demais, tarefa incerta de ser realizada no território subordinado à lógica do capital, no qual produtor e consumidor constituem sujeitos separados, intermediados pelos circuitos superiores da economia.

6- Considerações finais

Para além do discurso de que a cana-de-açúcar seria *bem vinda* pelo fato de dar *bom uso* às áreas de pastagens degradadas e obsoletas constatamos, na prática, uma relação inversamente proporcional entre o aumento da área canavieira e a diminuição da área destinada ao cultivo de culturas alimentícias. Na atualidade o uso do território responde às diretrizes do modo capitalista de produção, o que implica na utilização tanto dos recursos naturais como da força de trabalho em nome da continuidade do atual modelo. Por meio das mediações entre teoria, estatísticas oficiais e a realidade empírica notamos, para além do discurso que dá boas vindas à cana-de-açúcar em virtude dos “benefícios” de tal atividade para a região, um preocupante processo de concentração da propriedade da terra, conduzido principalmente pelo Estado via projetos de incentivo ao desenvolvimento do agronegócio, lamentavelmente tido como “vedete” pelo atual governo brasileiro.

Contrapondo o argumento de que a cana-de-açúcar ocuparia somente áreas de pastagens degradadas e decadentes, constatou-se na prática o avanço da cultura canavieira tanto sobre estas, como também sobre aquelas propriedades em que a pecuária leiteira representava o lastro econômico mínimo necessário à permanência das famílias camponesas na terra, garantindo a produção de uma variedade de produtos diretamente relacionados, tais como queijos, doces e derivados, assim como sobre áreas destinadas até então à policultura alimentar, conforme pudemos constatar por meio dos trabalhos de campo. Dessa forma, os poucos produtores que ainda permanecem na atividade leiteira e na produção de alimentos caracterizam focos de resistência de um período na contramão das demandas dos atuais fluxos globalizados a par da produção de agrocombustíveis.

Atentos aos números verificamos que, no período de 1995/96 a 2007/2008, houve uma diminuição das áreas de pastagem em torno de *dezenove por cento* (19,46%). No prazo considerado a área plantada com cana-de-açúcar aumentou de 10.707,8 para 23.013,6 ha. Tendo em vista que a área de pastagens perdeu em torno de 6360 ha (de 32.682,4 para 26.322 ha), menos que o total de terras incorporadas ao círculo do agronegócio (12.305,8 ha), deduz-se que tal expansão incorpora em seu processo produtivo, *outras* áreas de produção agrícola e não

somente áreas de pastagens degradadas como tradicionalmente afirmado pelos asseclas do capital sucroalcooleiro.

Os resultados obtidos a partir dos Trabalhos de Campo apontam para um predomínio do abastecimento alimentar *externo* aos limites do espaço em questão, o que faz do município um *território a ser alimentado*, onde a Soberania Alimentar limita-se a pontos isolados dispersos em meio à paisagem homogeneizada do agronegócio canavieiro, cuja monotonia é rompida pela heterogeneidade das formas constituintes do *modo de vida* que traz em si a *possibilidade* de que o abastecimento alimentar *interno* venha um dia a figurar como realidade.

A participação da esfera pública nas questões relativas ao abastecimento alimentar no município, apesar de tímida e incipiente, deixa transparecer o potencial de Programas como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) na promoção do abastecimento alimentar interno ao município, o que consolida e fortalece tanto a oferta de alimentos sãos e de qualidade, como a permanência no campo daqueles que ainda resistem ao *formato único* imposto pelo agronegócio.

No que concerne ao processo em questão, concordamos com o que pensa Thomaz Junior (2009, p. 221) quando argumenta existir “uma disputa ideológica por projetos de sociedade em questão”, e não somente os efeitos aparentes da substituição das terras de pastagens e de culturas anuais por cana-de-açúcar, em prejuízo à produção de alimentos.

A vigência do abastecimento alimentar entendido a partir da circulação do alimento segundo o receituário da *segurança alimentar*, reforça a lógica da mercadoria e da reprodução ampliada do capital, do mesmo modo que a generalização do consumo de alimentos aos moldes da *macdonaldização* dos hábitos alimentares, em sintonia com a industrialização/mercantilização dos padrões de consumo na escala nacional, decorrência direta da substituição/extinção de práticas e culturas tradicionais na escala dos diversos municípios.

O movimento no espaço denuncia a lógica por detrás do alimento, de modo a caracterizar paradigma e politicamente a *condição alimentar* nas diversas escalas do território; *soberanas*, quando da afirmação da autonomia no abastecimento alimentar referenciado no homem, ou *dependentes*, condição que a lógica do mercado eufemisticamente denominara *segurança alimentar*, o que subordina a alimentação humana à lógica da reprodução ampliada do capital.

Os fatos estão postos. Ignorá-los, além de não eliminar o problema, traz em si a aceitação de que uma das mais importantes necessidades da existência humana seja intermediada a partir da prevalência dos interesses do mercado, o que aprofunda e perpetua a chaga da fome em favor do lucro das grandes empresas do setor agroalimentar. Ao mesmo tempo em que o agronegócio busca no município e região condições edafoclimáticas ideais ao pleno desenvolvimento da atividade canavieira, o *modus operandi* próprio à “moderna” agroindústria encontra no quadro natural o catalisador dos impactos para o solo e para a água, anunciando a contaminação de recursos com os quais a sociedade atual e futura terá que providenciar sua alimentação.

Alimentar ou ser alimentado, eis uma das mais importantes decisões da geopolítica atual. Alimentar significa dotar os homens e mulheres camponeses, produtores de alimento por definição, das condições políticas e sociais capazes de consolidar a permanência na terra daqueles que têm um papel de fundamental importância tanto para a manutenção da oferta local de alimentos, em sintonia com a diversidade cultural/nutricional dos povos, como também na contenção/inversão do movimento de saída do homem do campo para a cidade, fenômeno tão caro aos crescentes contingentes de miseráveis que habitam as áreas urbanas de maneira periférica e precarizada, assim como para a diminuição das áreas destinadas à produção de culturas alimentícias.

Embasados no pressuposto de que nosso entendimento quanto à questão apresentada encontra-se em fase inicial, pensamos ser esta Monografia parte de um projeto maior no qual estamos trabalhando com o intuito de aprofundar as investigações em relação à dinâmica expansionista do agronegócio canavieiro e as implicações na produção de alimentos no âmbito do município de Flórida Paulista e região, intento este programado para as investigações no âmbito do mestrado. Acreditamos assim ser possível indicar com maior precisão a existência de influências da atual (re) formatação produtiva agrícola regional na destinação de porções cada vez menores às produções de cunho alimentar.

7- Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALVAREZ, S. **As garras das transnacionais sobre o sistema alimentar são a causa profunda da crise**. Brasil de fato, São Paulo, 30 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6733>>. Acesso em: 02/07/2011.

ANTUNES, R. (org.) **A dialética do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARMAS, E. D. de. **Biogeodinâmica de herbicidas utilizados em cana-de-açúcar (*Saccharum spp*) na sub-bacia do Rio Corumbataí**. 2006, 187 f. Tese (Doutorado em Ecologia de Agroecossistemas), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP, Piracicaba/SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-03102006-170029/pt-br.php>>. Acesso em: 30/03/2011.

ARMAS, E. D. **USO DE AGROTÓXICOS EM CANA-DE-AÇÚCAR NA BACIA DO RIO CORUMBATAÍ E O RISCO DE POLUIÇÃO HÍDRICA**. Química Nova, Vol. 28, No. 6, p. 975-982, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v28n6/26824.pdf>>. Acesso em: 09/03/2011.

BARRETO, M. J.; THOMAZ JUNIOR, A.; OLIVEIRA, A. M. S. de. **O DISCURSO IDEOLÓGICO DO AGRONEGÓCIO E A EXPANSÃO DO CAPITAL SUCROALCOOLEIRO NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA**. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barreto_MJ.pdf>. Acesso em: 16/05/2011.

BERTOLO Açúcar e Alcool. **Histórico do Grupo Bertolo e da Usina Floralco no município**. Flórida Paulista/SP: 2008. Disponível em <www.grupobertolo.com.br>. Acesso em 18 ago. 2008.

BISPO, R. MERENDA ESCOLAR MELHORA QUALIDADE COM ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. **FOLHA REGIONAL**. Flórida Paulista, 25 de set. 2010. Nº 633, p. 01.

BORÉM, A.; MILACH, S. C. K. **O MELHORAMENTO DE PLANTAS NA VIRADA DO MILÊNIO**. Revista Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento, n. 7, p. 68-72. Disponível em: <<http://www.biotecnologia.com.br/revista/bio07/melhora.pdf>>. Acesso em: 14/03/2011.

Brasil em Relevo. EMBRAPA. Disponível em: <http://www.relevobr.cnpem.embrapa.br/sp/hth3/sp03_01.htm>. Acesso em: 10/06/2011.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp, 2000.

CASTRO, J. de. **GEOGRAFIA DA FOME**. O DILEMA BRASILEIRO: PÃO OU AÇO. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CEPAGRI, UNICAMP. **CLIMA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS**. Disponível em: <http://www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_186.html>. Acesso em: 18/04/2011.

CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. A questão agrária. SP: Brasiliense, 1981. p. 133-164.

CHESNAIS, F. **Mundialização: O capital financeiro no comando**. Outubro. São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CIAGRO. **Zoneamento agroambiental para o setor sucroalcooleiro**. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/zoneamentoAgroambiental.php>>. Acesso em: 29/04/2011.

CNPTIA-EMBRAPA. **Características de clima para a cana-de-açúcar**. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_20_3112006152934.html>. Acesso em: 16/04/2011.

Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. **A Reforma Agrária no contexto da Soberania Alimentar, o direito à alimentação e diversidade cultural: "Terra, Território e Dignidade"**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.icarrd.org/po/icard_doc_down/Issue_Paper5.pdf>. Acesso em: 12/08/2009.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C.; SANTOS, A. dos; VEIGA, P. da M. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Competitividade da Indústria do Café**. Campinas: IE/UNICAMP, 1993.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELIAS, N. **SOBRE O TEMPO**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Embrapa. **Banco de Dados Climáticos do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bdclima.cnpm.embrapa.br/resultados/balanco.php?UF=&COD=311>>. Acesso em: 23/04/2011.

ETCHEBEHERE, M. L. de C.; SAAD, A. R.; CASADO, F. da C. **ANÁLISE MORFOESTRUTURAL APLICADA NO VALE DO RIO DO PEIXE (SP): UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA NEOTECTÔNICA E DA MORFOGÊNESE DO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA**. Revista Universidade Guarulhos, Geociências, V. 04, n. 01, Guarulhos: 2005. Disponível em: <<http://revistas.ung.br/index.php/geociencias/article/view/6/5>>. Acesso em: 04/04/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estudo aponta agrotóxico em leite materno em MT**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/892662-estudo-aponta-agrotoxico-em-leite-materno-em-mt.shtml>>. Acesso em: 25/05/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **“Refeudalização da sociedade”** São Paulo: 2007. Disponível em <<http://blog.controversia.com.br/2007/12/05/cana-de-açucar/>>. Acesso em 10/09/09.

FOLHA DE SÃO PAULO. **ÍNDICE GLOBAL DE PREÇOS DOS ALIMENTOS ATINGE ALTA RECORDE**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/855111-indice-global-de-precos-dos-alimentos-atinge-alta-recorde-segundo-a-onu.shtml>>. Acesso em: 06/01/2011.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Selingue/Malí. **Declaração de Nyélény**. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion_Mujeres_Nyeleni_PR.html>. Acesso em: 24/05/2009.

FRABETTI, G. L. **APONTAMENTOS PARA UMA ABORDAGEM DIALÉTICA DAS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO: DO MODELO CLÁSSICO AOS NOVOS**

DESAFIOS. São Paulo: AGRÁRIA, Nº 5, pp. 139-169. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/5/7_Frabeti_G_L.pdf>. Acesso em: 09/10/2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **CONDIÇÃO PÓS-MODERNA.** São Paulo: Loyola, 2007.

HESPANHOL, R. A. de M. **MUDANÇA DE CONCEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO BRASILEIRO: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA).** *Scripta Nova*, Presidente Prudente, v. 13, n. 270 (79), ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-79.htm>>. Acesso em: 08/12/2010.

INPE/CANASAT. **Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra.** Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/mapa.html>>. Acesso em: 15/05/2011.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KUHN, T. S. **A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

LEFEBVRE, H. **A REVOLUÇÃO URBANA.** Belo Horizonte/MG: Ed. UFMG, 2004.

Mapeamento Topográfico IBGE. Malha Municipal Digital 2007. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/geociencias/default_prod.shtm#TOPO>. Acesso em: 08/06/2011.

MENDONÇA, F. **Climatologia: Noções básicas e climas do Brasil.** São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MORUS, T. **UTOPIA.** e-BooksBrasil. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/utopia.html>>. Acesso em: 13/10/2010.

NOSSA, P. **A (DES)CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ESPAÇO E DE SAÚDE À LUZ DA ABORDAGEM HUMANISTA E CULTURAL.** Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto, II Série, Volume II, 2008 – pp. 83-102.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6373.pdf>>. Acesso em: 22/04/2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Brasil lidera uso mundial de agrotóxicos.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not_imp414820,0.php>. Acesso em: 13/05/2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Usinas fazem queimadas não autorizadas no Oeste paulista.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,usinas-fazem-queimadas-nao-autorizadas-no-oeste-paulista,721327,0.htm>>. Acesso em: 25/05/2011.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital – trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado:** gestão do trabalho e certificação ambiental. 2003. Dissertação (mestrado em Geografia) - FCT/UNESP/Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. M. S. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 2009. 566f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo, Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e Modernidade:** As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre. n. 21. São Paulo: AGB, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território:** a questão camponesa no capitalismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

POULAIN, J. P. **O ESPAÇO SOCIAL ALIMENTAR: UM INSTRUMENTO PARA O ESTUDO DOS MODELOS ALIMENTARES**. SCIELO, Revista de Nutrição, V. 16, n. 03, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1415-52732003000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 19/04/2011.

PRADO JR., C. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). Disponível em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/det/arquivos/File/Profuncionario/Evento%2022%20a%2025/PNAEaquielesscerqueira.pdf>>. Acesso em: 23/10/2010.

RAMOS, P. Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canavieira do Brasil. **Revista Reforma Agrária (ABRA)**. São Paulo, v. 34, n.1, p.35-66, 2007.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo**. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: n. 10, p. 41-56, 1996.

RÜEGG, E. F. et al. **IMPACTO DOS AGROTÓXICOS**. Sobre o ambiente, a saúde e a sociedade. São Paulo, ÍCONE: 1991.

SANTOS, C. A. M. dos.; NUNES, J. O. R. **O Relevo e o Sistema de Afastamento e Tratamento de Esgoto da Cidade de Marília-SP**. In: VII SINAGEO e II Econtro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008, Belo Horizonte. VII SINAGEO e II Econtro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo12/005.pdf>. Acesso em: 09/05/2011.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **O ESPAÇO DIVIDIDO**. São Paulo: Edusp, 2004.

SECRETARIA de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. **População carcerária da Penitenciária de Flórida Paulista/SP**. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/common/unidprisionais/cro/pen_compacta_florida_paulista.html>. Acesso em: 28/11/2010.

SECRETARIA de Agricultura e Abastecimento de São Paulo: **Projeto LUPA 1995/96**. Disponível em:

<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/servicos/lupa/lupa_9596.htm>. Acesso em 18 out. 2009.

SECRETARIA de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: **Projeto LUPA 2007/2008**. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/Cati/principal/index.php>>. Acesso em 18 out. 2009.

SEVERINO, A. J. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIGRH/SP. **Banco de Dados Pluviométricos do Estado de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/cgi-bin/bdhm.exe/plu?qwe=qwe>>. Acesso em: 13/05/2011.

SIGRH/SP. **CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS AGUAPEÍ E PEIXE**. Disponível em: <<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/ARQS/RELATORIO/CRH/CBH-AP/186/2%20-%20aspectos%20do%20meio%20fisico%20das%20bacias%20hidrograficas%20dos%20rios.doc>>. Acesso em: 10/05/2011.

SIGRH/SP. **USO DE AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA**. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/ARQS/RELATORIO/CRH/CBH-ALPA/1121/uso_de_agrotoxicos_na_agricultura.html>. Acesso em: 13/05/2011.

SILVA, C. A. da. **PENSANDO O ESPAÇO SOCIAL ALIMENTAR EM BENEFÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica, Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/clecio.htm>>. Acesso em: 18/04/2011.

SILVA, J. H. da. **UM PERFIL DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA DA ALTA PAULISTA**. 2009, 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília/SP, UNESP, Marília/SP.

SILVA, M. A. M., **Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho**. Pegada, Presidente Prudente, v. 09, nº 01, p. 63-80, 2008.

SMITH, A. **INVESTIGAÇÃO SOBRE A NATUREZA E AS CAUSAS DA RIQUEZA DAS NAÇÕES**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SUGARCANECROPS. **Caracterização edafoclimática da cana-de-açúcar.** Disponível em: <<http://www.sugarcane crops.com/p/climate/>>. Acesso em: 12/05/2011.

THOMAZ JUNIOR., A. **A Territorialização do Monopólio: As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal/SP.** 1988. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) - FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMAZ JUNIOR., A. **Por trás dos canaviais os nós da cana.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

THOMAZ JUNIOR., A.; GONÇALVES, M. A.; OLIVEIRA, A. M. S. (orgs.) **Geografia e Trabalho no século XXI.** Vol. III. Presidente Prudente: Centelha, 2007a.

THOMAZ JUNIOR., A. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema!** Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org). **III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações.** Marília, 2007b.

THOMAZ JUNIOR., A. **Armadilhas da fome e a geração de lucros para o mercado.** Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Ijuí, n.258, p. 15-17, 2008a.

THOMAZ JUNIOR., A. **Por uma Cruzada Contra a Fome e o Agrohídronegócio.** Nova Agenda Destrutiva do Capitalismo e os Desafios de um Tempo não Adiado. Presidente Prudente: Pegada, v.9, n.1, p. 8-34, 2008b.

THOMAZ JUNIOR., A. **Totalidade Viva do Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar.** (Uma Reflexão Autocrítica da Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). In: BATISTA, R. L.; TUMOLO, P. **Trabalho, Economia e Educação.** Londrina: Práxis, 2008c.

THOMAZ JUNIOR., A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI.** (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 985 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. O Agrohídronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe No Brasil do Século XXI. **Campo Território**, V. 5, N° 10, Uberlândia, 2010.

THOMAZ JUNIOR, A. **Os Desafios Rumo a um Projeto para o Brasil! (Intemperismo do Trabalho e as Disputas Territoriais Contemporâneas)**. In: IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE). Goiânia, 2011. **Anais**.

THUSWOHL, M. **Relatório de Jean Ziegler provoca polêmica no Brasil**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: http://www.swissinfo.org/por/capa/Relatorio_de_Jean_Ziegler_provoca_polemica_no_Brasil.html?siteSect=105&sid=8397726&cKey=1194608635000&ty=st. Acesso em: 12/11/2009.

TREMOCOLDI, W. A.; BRUNINI, O. **CARACTERIZAÇÃO AGROCLIMÁTICA DAS UNIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO: ADAMANTINA E REGIÃO**. Instituto Agrônomo (IAC): Campinas, 2008.

União dos produtores de bioenergia, UDOP. São Paulo: 2008. **Evolução da pauta produtiva da Floralco Açúcar e álcool**. Disponível em http://www.udop.com.br/index.php?item=home_associadas&codemp=31. Acesso em 3 de out. 2009.

VALÉRIO, V. J. O. **DO PRATO AO TANQUE. A EXPANSÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA, A REFORMA AGRÁRIA E A SOBERANIA ALIMENTAR EM QUESTÃO: O CASO DE FLÓRIDA PAULISTA/SP**. In: Jornada do Trabalho, 10., 2009, Presidente Prudente/SP. Anais da X Jornada do Trabalho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente/SP, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/A14.pdf>. Acesso em: 27/09/2010.

VALÉRIO, V. J. O.; THOMAZ JUNIOR, A. **POR UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA DA SOBERANIA ALIMENTAR. A CONSTRUÇÃO CRÍTICA DE NOVOS REFERENCIAIS PARA A QUESTÃO AGRÁRIA**. In: Jornada do Trabalho, 11. 2010, João Pessoa/PB. Anais da XI Jornada do Trabalho, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa/PB, 2010. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXIJORNADA/GT2.htm>. Acesso em: 19/11/2010.

VIEIRA, D. de F. A.; VIANA, C. A. dos S. **O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA E SUA RELAÇÃO COM O MODO DE FUNCIONAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81..pdf>. Acesso em: 13/08/2010.

VIEIRA, G. **AVALIAÇÃO ENERGÉTICA E CUSTO DE PRODUÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR (*Saccharum*) DO PREPARO DE SOLO AO 5º CORTE**. 2007, 119 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Ciências Agronômicas da UNESP – Botucatu/SP.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu: 1996. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/o/899445>>. Acesso em: 20/09/2010.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia**. Anuário Antropológico, Brasília, nº 87, 1990.